NUNO VASCO • ÓSCAR CARDOSO

A BEM DA NAÇÃO

Um preso político do anterior regime e um inspector-adjunto da PIDE /DGS revelam, em conjunto e pela primeira vez em livro, o jogo do «gato e do rato» entre perseguidos e perseguidores, no âmbito da actividade da ex-polícia política portuguesa.

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE
LISBOA
1998

A BEM DA NAÇÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS
Direcção-Geral da Justiça e dos Cultos
Decreto-Lei n.º 22:470

Art. 11.º — As fórmulas dos diplomas emanados da Assembleia Nacional, do Presidente da República, do Governo e das autoridades são as seguintes:

(...)

12.º — Toda a correspondência oficial deve ser expedida sob esta fórmula: «Serviço da República» (S.R.), e terminará pela expressão «A bem da Nação».

Paços do Governo da República, 11 de Abril de 1933

ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Abílio Soares Pinto dos Reis Júnior — Manuel Rodrigues Júnior — Daniel Rodrigues de Sousa — Aníbal de Mesquita Guimarães — César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Sebastião Garcia Ramires.

Biblioteca Nacional — Catalogação na Publicação

Vasco, Nuno, 1949, e outro
A Bem da Nação/Nuno Vasco, Óscar Cardoso
(Caminhos da memória: 17)
ISBN 972-20-1447-1
I — Cardoso, Óscar, 1935
CDU 323.2 (469)
355.4 (469)
327.8 (469)

Publicações Dom Quixote, Lda.
Av. Cintura do Porto de Lisboa
Urbanização da Matinha, Lote A, 2.°-C
1900 Lisboa

Revisão tipográfica: Margarida Campos
1.ª edição: Janeiro de 1998
Depósito legal n.° 118 995/97
Fotocomposição: Mariano
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos

ISBN: 972-20-1447-1

Índice

Prólogos

NUNO VASCO

Vinte e quatro anos após a Revolução de 25 de Abril de 1974, era mais do que tempo de ouvir alguns dos vencidos, no caso em apreço, a PIDE/DGS.

Nos meses que se seguiram à «Revolução dos Cravos», alguns foram os autores que abordaram o tema da «polícia política» de Salazar e de Marcello Caetano (e eu próprio o fiz, em 1977, com *Vigiados e Perseguidos — Documentos Secretos da PIDE/DGS*), sem que os visados tivessem um espaço de defesa, lhes fosse permitida uma página de afirmação, umas linhas, que fossem, para justificar (ou não) a sua actividade.

Com este *A Bem da Nação* — frase «estafada» com que se terminavam, invariavelmente, documentos de toda a espécie, na vigência do Estado Novo — pretendo recordar à minha geração, por vezes esquecida, aqueles «velhos tempos» de opróbio e de vergonha.

Aos mais novos revelo, talvez para seu espanto, os métodos utilizados pela polícia política do fascismo português, para vigiar e perseguir os seus concidadãos.

É este, pois, um livro contra a PIDE/DGS e os seus esbirros; mas também contra todas e quaisquer polícias políticas, por esse mundo fora.

Só que, em meu entender, este propósito não estaria completo se a obra não fosse tolerante.

Para comentar os factos que publico e as opiniões que emito, convidei o ex-inspector-adjunto, Óscar Cardoso, oficial que desempenhou altas funções na PIDE/DGS e a quem foi atribuída, já depois do 25 de Abril, pensão vitalícia por «Serviços Distintos prestados à Nação».

Ao invés de muitos camaradas seus, que desde a Revolução se têm refugiado no mais completo e suspeito mutismo ou lançam, de onde a onde, opiniões desgarradas, Óscar Cardoso quis corresponder a uma amizade antiga — a dos nossos pais — e escrever comigo este livro.

Aqui tem Leitor — ao que julgo saber numa primeira e única vez reunidos — o preso e o polícia, o democrata e o autocrata, o cidadão comum e o notável: um e outro nesta singularidade estranha de sermos «mestres» e oficiais... de artes e «ofícios» diferentes.

Como quase tudo na vida, trata-se de um livro com duas faces. Quem nos ler saberá distinguir qual a que mais lhe convém.

ÓSCAR CARDOSO

Não era minha intenção concorrer para a feitura deste livro. Amizades antigas de família levaram-me a conhecer o Nuno Vasco. Trata-se de uma pessoa simpática que tem tirado da vida aquilo que ela tem de melhor.

Escrevo a seu pedido, por amizade.

Mais uma vez verifico que, após estes anos todos, ninguém sabe nada do que foi a PIDE/DGS, o que é confrangedor depois de tantas comissões de análise e extinção, etc., chefiadas por grandes cabeças revolucionárias.

Os insignes vultos trataram dos seus interesses, escreveram pasquins para consumo do povo ávido de novidades, enganaram o público e fizeram muito dinheiro.

O 25 de Abril foi feito para entregar Portugal à União Soviética, o que aconteceu. Todas as nossas províncias ultramarinas caíram sob o jugo da URSS em nome de uma democracia que nunca chegou a ser posta em prática.

O próprio Portugal metropolitano esteve sob a alçada da União Soviética durante o «Gonçalvismo». Só o facto de a gente portuguesa ser profundamente crente permitiu que uma heresia de 100 anos sucumbisse a favor de uma religião vetusta de 2000 anos.

Cumpriu-se a mensagem de Fátima. Portugal continua a ser um baluarte da Fé.

Interesses recônditos de carácter internacional têm procurado destruir o nosso país, desde há muito.

Como dizia Fernando Pessoa, Portugal é cabeça espiritual da Europa.

A nova ordem mundial desfechou um golpe profundo, estratégico e talvez definitivo com a destruição de Portugal. Soube, inteligentemente, tirar partido de um dos nossos grandes defeitos: a vaidade. Essa mesma vaidade que nos tem levado a humilhar ou olvidar grandes vultos nacionais, com a preocupação de imitar o estrangeiro. Vaidade que nos tem custado a perda dos nossos valores, conquistados com sangue, amor e sacrifícios através dos tempos.

A queda de Portugal é essencial para o domínio da Europa e do resto do mundo.

Há muitos anos que nos batíamos numa guerra que nos foi imposta e que era cruel, capciosa, canalha e esconsa.

Alguns portugueses não quiseram acreditar.

Era preciso ser moderno, estar na vanguarda, ter ideias avançadas. Deste modo, colaboraram com o inimigo, por estupidez, vaidade, ingenuidade e também por espírito de traição, alguns portugueses.

Os portugueses foram enganados e agora estão a pagar esse engano.

O que temos hoje? Miséria, desemprego, droga, prostituição, perversões, violência, anarquia, promiscuidade, etc., etc.

E o nosso Ultramar...? Por favor, vejam o vídeo *No Outro Lado do Tempo* e tirem conclusões.

Resta aos que governam tentar convencer as gentes de que, embora as grandes benesses tardem em chegar, ou nunca cheguem, e embora se viva num clima de catástrofe e desespero, pelo menos libertaram o bom povo de uma organização muito má que torturava, matava, esfolava e perseguia tudo e todos, sem excepção de credos, idade ou sexo.

Um certo partido político cumpriu a sua missão: destruir Portugal.

Um outro partido está procedendo à entrega dos escombros.

A Polícia Internacional de Defesa do Estado foi um ramo das forças de segurança a que tive o privilégio de pertencer.

Alguns dos seus membros são detentores das mais altas condecorações da nação portuguesa. Muitos, quanto tínhamos pátria, deram a vida por esse ideal. «Havemos de chorar os mortos se os vivos os não merecerem.»

Talvez só nos reste chorar.

Os Arquivos da PIDE/DGS

Convém desde o princípio esclarecer que a PIDE/DGS vigiou e perseguiu não só aqueles que, como costuma dizer-se, *«faziam política»*, mas também os cidadãos comuns para quem o dia-a-dia era, a maioria das vezes, o casa-trabalho/trabalho-casa de uma existência anónima e conforme com as regras sociais.

Na verdade, quem não era *«político»* também foi vítima da polícia política do anterior regime, porque a PIDE/DGS não se limitou a prender e a torturar: era uma organização que controlava e oprimia todos os campos de convivência quer directa quer indirectamente através das limitações à liberdade de expressão e de circulação, ao direito de associação, à liberdade sindical e aos meros direitos cívicos do simples cidadão.

Quando em 25 de Abril de 1974 a PIDE/DGS foi extinta, acabava a mais velha polícia política da Europa; mas nas trinta e três horas que os seus elementos levaram a render-se, queimaram numerosa documentação, nomeadamente os ficheiros dos informadores, onde era feita a correspondência entre os seus nomes de código e a identidade real. E isto não apenas na sede, em Lisboa, mas um pouco por todo o País, nomeadamente nas importantes delegações do Porto, de Coimbra e das Colónias.

No edifício que albergava a Escola Técnica da PIDE/DGS, em Benfica (Lisboa), sem interesse operacional, mas onde existia docu-

mentação importantíssima para a história do nosso século, o esbulho foi levado a cabo por populares, nos dias seguintes à Revolução.

Várias vitrines do museu ali instalado estavam ocupadas com fotografias de reuniões maçónicas, retratos de grão-mestres, como Magalhães Lima e o general Norton de Matos, e símbolos e insígnias do Grande Oriente Lusitano, associação maçónica dissolvida logo nos primeiros tempos do regime instituído em 1926.

Noutras montras encontravam-se despojos do atentado contra Oliveira Salazar, realizado na Av. Barbosa du Bocage, em 1936: estilhaços da bomba, o boné de um dos autores, os botins utilizados por um outro para caminhar no cano de esgoto em que foi colocado o explosivo, fios eléctricos que serviram para fazer deflagrar o engenho.

Estavam ainda em exposição blocos de títulos de numerosos jornais clandestinos, panfletos e insígnias do movimento, para alguns, de inspiração nacional-socialista, fundado por Rolão Preto, uma máquina de impressão do jornal *Avante*, dísticos, cartazes e outro material de propaganda antifascista.

Numa das paredes, em lugar de destaque, pois claro, um quadro com uma poesia escrita por Salazar, quando tinha dez anos...

Mas quantos eram os «pides», em verdade?

Dizia-se, à boca pequena, que eram milhares. Adivinhava-se um em cada esquina, e o povo não estava muito longe da verdade, dado que a PIDE/DGS tecera uma teia tal que lhe permitia fazer de cada amigo um potencial denunciante, de cada colega um delator, de cada familiar um insuspeitado informador.

Contudo, em 25 de Abril de 1974, a polícia política contava com *«apenas»* 2462 elementos efectivos, compreendendo o corpo directivo, agentes, pessoal administrativo e auxiliar.

Havia um director-geral, o major de Engenharia Silva Pais; um subdirector-geral, Barbieri Cardoso; dois inspectores superiores, Coelho Dias (Metrópole) e São José Lopes (Ultramar); sete directores de

serviços, dos quais cinco colocados no Continente: Leitão Bernardino (Administrativos); Pereira de Carvalho (Secção Central/Informações); Manuel da Silva Clara (Serviços de Pessoal); Cunha Passo (Investigação/Contencioso/Gabinete Interpol) e António José Rodrigues (Estrangeiro/Fronteiras); um director de serviços interino; um técnico superior, Fernando Gouveia (Gabinete Técnico); 15 inspectores adjuntos; 46 inspectores; um inspector interino; 41 subinspectores, 158 chefes de brigada (dos quais dois femininos); 524 agentes de 1.ª classe (dos quais dez femininos); 818 agentes de 2.ª classe (dos quais onze femininos); 23 agentes sem categoria especificada (dos quais um feminino); 24 agentes estagiários (dos quais cinco femininos); 84 guardas prisionais (dos quais doze femininos); 46 motoristas; 4 ajudantes de motorista; 33 radiotelegrafistas de 1.ª classe; 68 radiotelegrafistas de 2.ª classe; um radiotelegrafista sem categoria especial e 9 radiomontadores.

A soma destes elementos cifrava-se em 1908, mas se juntarmos a este número 551 funcionários administrativos e auxiliares e três médicos teremos um total de 2462 funcionários.

Constituídos por toneladas de documentos, os arquivos da polícia política estavam organizados por fichas, *dossiers* e registadores onde a PIDE acumulava as informações sobre a população portuguesa, na generalidade, e os antifascistas, em particular.

Pode afirmar-se que quase nada escapava *«à memória da PIDE/DGS»*, desde os simples jogadores de futebol, que tinham ficha, pois claro, até ao ideólogo da revolução cultural chinesa, Mao Tsé-Tung.

As revistas e jornais estrangeiros também tinham as suas fichas, onde a polícia política registava, metodicamente, os números proibidos de circular no País.

Acontece que as fichas da PIDE eram usadas, indistintamente, para os presos políticos, para os simples suspeitos ou indivíduos sob vigilância e, inclusive, para os próprios «pides».

Em cada *Dossier Individual de Controlo* — como eram designadas as fichas — havia um questionário pormenorizado com alíneas tão pertinentes como *informação particular e pessoal, bens móveis e imóveis, restaurantes, lojas, clubes, passatempos, amantes, amigos pessoais, sistemas de transporte utilizados*, etc.

Situado no rés-do-chão do edifício-sede da Rua António Maria Cardoso, o Ficheiro Geral (FG) continha mais de três milhões de fichas individuais, correspondentes a cerca de um milhão e duzentas mil pessoas.

Esta disparidade de números explica-se pelo facto de a ficha de uma só pessoa poder ter várias «entradas», visto que o seu nome se encontrava alfabetado quer pelo nome próprio, quer pelo primeiro e segundo apelidos.

Constituída por três sectores, a ficha remetia através de siglas convencionais para os processos crime, para os boletins de informação ou para os processos estritamente políticos, que se encontravam arquivados no Serviço Reservado (SR), Centros de Informação 1 e 2 (CI 1 e CI 2) e no Especial/Gabinete Técnico (E/GT) ou Centro de Informação 3 (CI 3).

Este ficheiro geral era periodicamente renovado, uma vez que à polícia política não interessava controlar os mortos mas, pelo contrário, estar atenta aos vivos.

O SR era constituído por cerca de cento e vinte e cinco mil processos e o seu acesso era livre a qualquer agente, desde que justificasse os motivos da consulta.

Até aos anos 60 fora este o arquivo central da PIDE, continuando de certo modo a sê-lo, mesmo à data da Revolução. Isto é, todos os assuntos que não «abriam» uma pasta concreta, isolada, nos modernos ficheiros da DGS eram ainda arquivados no SR. Ali estava registado todo o Movimento Comunista Internacional, as ligações da polícia política com as suas congéneres estrangeiras, o tráfico de armas, a pornografia, a droga. Era a partir deste SR que existiam os três arquivos especializados.

O CI 1 englobava os processos políticos repeitantes ao Continente, já se encontrando nalguns deles elementos da vida privada dos visados, por exemplo, fotocópias de cartas interceptadas.

Quanto ao CI 2, virado para processos relativos ao «Ultramar e Estrangeiro», estava instalado no segundo andar do edifício-sede e albergou cerca de vinte e dois mil e quinhentos processos. Deste arquivo sobressaíam registos e informações colhidas em colaboração com as polícias secretas e exércitos estrangeiros, acções realizadas extra-fronteiras, nomeadamente em África (por exemplo a invasão da Guiné-Conakry), processos de organizações como a CIA e a OAS e de empresas negociantes em material de guerra. Emigrantes, exilados e desertores também estavam referenciados neste ficheiro.

O terceiro arquivo, de todos os mais elaborado e científico, estava concebido na base do *«nada é de mais»* e era designado pelas siglas E/GT ou CI 3. Continha informação que permitia a repressão directa de quaisquer manifestações anti-regime no interior do País.

À data da Revolução encontravam-se neste arquivo treze mil processos, na sua maior parte relativos a partidos políticos e organizações estudantis.

O E/GT era uma *«memória»* terrível. Criado na década de 60, por Pereira de Carvalho e Fernando Gouveia, este arquivo era considerado como *«muito reservado»*. Ali estava o repositório das declarações de todos aqueles que tinham passado pelas mãos da polícia política, com especial relevância para o registo dos nomes *«confessados»* como importantes além de outras informações.

Alcunhado pelos seus subordinados de «O Lupa», em virtude da extrema meticulosidade que punha no trabalho, o inspector Gouveia conservava primorosamente organizado e tratava com excepcional cuidado este arquivo a que chamava o *«seu»*.

Nos *dossiers* havia cópias do essencial dos autos de instrução preparatória qualquer que fosse o seu destino: tribunal, arquivo ou a aguardar melhor prova. Era também ali que se guardavam os trechos não

apensados aos autos e em que alguns arguidos, quebrados pela tortura física e psicológica, denunciavam camaradas de luta, casas clandestinas ou quaisquer outros segredos das organizações a que pertenciam, declarações que, por vezes, não eram verdadeiras mas serviam para satisfazer os interesses do interrogador e pôr termo à tortura.

Ali estavam as publicações do Partido Comunista, as cifras usadas pelos seus funcionários, as memórias encontradas nas suas agendas, as fichas e manuscritos existentes nas casas clandestinas, as identidades correspondentes aos pseudónimos de cada militante.

O Arquivo Geral (AG) era o quarto e último dos arquivos existentes na polícia política: ali se guardavam os processos-crime e elementos acessórios de informação que não tivessem sido enviados aos tribunais plenários por conveniência pontual da própria polícia.

Tanto quanto se sabe, em 25 de Abril encontrava-se em adiantada fase de estudo um novo centro de informação, saído do SR, que englobaria a escuta telefónica e teria outras tantas especializações até um CI 7.

No fundo, a PIDE/DGS estava atulhada em milhares de informações que quase não conseguia controlar através dos meios materiais e humanos de que dispunha. À data da Revolução a hora da informática estava para breve... mas ainda não tinha chegado.

«Retirados» dos arquivos secretos e confidenciais da polícia política, os documentos que publicamos revelam bem os métodos pouco ortodoxos de que se socorria a PIDE/DGS para atingir os seus fins.

Em Outubro de 1965, citando um exemplo entre tantos, verificou-se um incidente na vila de Loures, no decorrer do qual um agente da polícia política espancou, brutalmente, alguns populares. O próprio presidente da Câmara, à data Joaquim Sousa Ribeiro, preocupado com os reflexos que o caso poderia ter no ambiente político local, comunicou o facto aos seus superiores da União Nacional, o partido do poder, os quais oficiaram o assunto à direcção da PIDE.

A resposta a este ofício, com a assinatura do major Silva Pais, director da PIDE/DGS, é suficientemente elucidativa da consideração

que ao signatário (e, por extensão, à sua polícia) merecia o povo. Transcrevemos algumas partes:

Verifica-se agora que o Senhor Presidente da Câmara transmitiu também a sua exposição à Comissão Concelhia da União Nacional (...) porque os factos ocorridos «de algum modo poderão reflectir-se na condução dos problemas políticos». Por extensão de raciocínio a queixa seria capaz de ir parar à ONU — ao seu tristemente famigerado Conselho de Segurança — por perigar a paz no Mundo, o que significaria, com certeza, que não perigava nada e que ninguém de bom senso dela faria caso. Diga-se que não é a situação presente, visto o processo, como se disse, aguardar decisão disciplinar. De resto, a satisfatória percentagem de votantes do concelho de Loures mostra bem que as suas populações puseram acima de tudo o seu patriotismo e não corresponderam ao alarme do seu Presidente da Câmara.

É de crer, pois, que a condução dos problemas políticos naquele concelho não venha a sofrer, daqui em diante, a influência de um caso isolado de pancada de um simples agente desta polícia a alguns modestos indivíduos da vila de Loures.

É o último parágrafo deste *«brilhante»* ofício que esclarece bem sobre a quase imunidade dos agentes da polícia política do fascismo português: homens que bem podiam praticar *«um caso isolado de pancada nalguns modestos indivíduos»*.

Pelas suas características registamos aqui outras cartas relacionadas com Silva Pais.

Henrique Tenreiro, o almirante delegado do Governo junto do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, revela-se, por inteiro, *«benfeitor dos pescadores»* quando pede a comparência de um inspector da polícia política para solucionar *«alguns problemas»* surgidos nas matrículas nas áreas de Vila do Conde e de Póvoa de Var-

zim. *Dificuldades que* — no entender do próprio Silva Pais — *podem ter origem em propósitos e interesses estranhos à classe.*

Em consequência deste pedido — que era uma ordem, dada a influência política de Tenreiro — o director da polícia política resolve o caso nomeando para o efeito o inspector-adjunto António Diogo Alves.

Posteriormente, Tenreiro não deixa por mãos alheias a tarefa de propor uma condecoração para o inspector Alves. Assim, em carta também arquivada na PIDE, o almirante escreve:

26 de Julho de 1968
Meu querido Ministro

Como é do conhecimento de V. Exa. o Inspector António Diogo Alves vem prestando, há 35 anos, relevantes serviços como Inspector da PIDE no Porto.

Por esse motivo, suponho que seria de toda a justiça conceder-lhe uma condecoração — talvez a Ordem do Infante D. Henrique — a exemplo do que aconteceu com colegas seus de Lisboa.

Se o meu querido Ministro puder satisfazer esta pretensão, muito lhe agradece o amigo dedicado e grato

Henrique Tenreiro

Apoiados na PIDE/DGS os governos de Salazar e de Caetano ditavam *«leis»* aos civis, aos militares e aos eclesiásticos, mesmo que uns e outros não fossem nacionais, como se prova por esta *Nota Confidencial* da sede da polícia política para a delegação de Coimbra, transcrevendo o despacho do ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, sobre a situação de um padre que, em seu entender, proferira *«imprudentes palavras»*.

Eis o texto, com data de Fevereiro de 1973:

Tenho a honra de informar que o processo em que é arguido o cidadão italiano Padre Alfredo Bellini mereceu de sua Ex.ª o Ministro do Interior o seguinte despacho final:

«Foi sugerido ao Senhor Bispo de Coimbra, que veio informar-me da confiança que lhe merecia o P. Bellini, o afastamento do referido Padre, por alguns meses, de Coimbra, em vista do escândalo produzido pela imprudência das suas palavras. O Senhor Bispo confirmou, por intermédio do Senhor Governador Civil de Coimbra, a sua concordância com esta decisão».

De facto, nos últimos anos do regime deposto no 25 de Abril, o clero passou a dar grandes dores de cabeça à polícia política, a ponto de, em Março de 1973, o director-geral da PIDE/DGS enviar uma circular aos seus subordinados em que determinava:

«Como é do conhecimento dos Serviços, são já de certo modo numerosos os sacerdotes que, em acto de culto, atacam declaradamente as instituições e a política ultramarina do Governo — direi, da própria Nação — e os seus princípios morais. Trata-se de uma acção subversiva que a lei penal prevê iniludivelmente. Muitas das prédicas de que nos chega conhecimento enquadram-se claramente nas disposições daquela legislação.

Há que enfrentar esta actividade delituosa decididamente.

Assim, as homilias dos padres conhecidos nas áreas por tais actividades, devem ser seguidas atentamente, de modo a colherem-se elementos para a devida participação inicial, com indicação de testemunhas, para consequente decisão.

Aos domingos, há que fazer assistir à missa habitual pelo menos três agentes, que tomarão boa nota no caso de o sacerdote entrar em afirmações de carácter delituoso. O funcionário mais graduado ou antigo

fará depois a devida participação, o que tudo será exposto aos Serviços Centrais (caso das delegações, subdelegações e postos de vigilância).

Promover também, sendo possível, a gravação das homilias, sem que isso dispense a simultânea prova testemunhal.

O que se torna imperioso é que os serviços se habilitem com os elementos indispensáveis para se promover a devida acção penal se assim for entendido. O que não pode é assistir-se passivamente, com simples protestos verbais, à acção dissolvente e subversiva conduzida por esses sacerdotes.

Provenientes de diversas entidades, os *«pedidos de informação»* choviam na PIDE/DGS todos os dias, obrigando a que numerosos agentes se ocupassem dos ficheiros e *dossiers* dos cidadãos.

O controlo de todo um país, cercado e perseguido, estava entre as grossas paredes do edifício-sede da polícia política: tudo porque havia que saber quem *«professava ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente»*, etc, etc, numa tão estafada ladainha que a todos enredava e a muitos levou à prisão.

Entre os milhares de documentos arquivados na PIDE/DGS vimos, após a Revolução, o *dossier* que respeitava a um *«pedido de informação sobre a idoneidade política»* dos responsáveis pelos jornais de Setúbal, facto que parece ter preocupado o Governo Civil daquele distrito por alturas de Setembro de 1973.

Solicitada a informação ao posto local da DGS, chefiado pelo subinspector Fernando do Canto e Silva, este apressa-se a comunicar tal facto à sede, em Lisboa, juntando desde logo dois relatórios elaborados por agentes seus.

Numa das informações Manuel Alves Ferreira é considerado um indivíduo *«suspeito sob o aspecto político, porquanto na qualidade de sócio da Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense, após se terem demitido da direcção dois elementos afectos ao Regime, devido a divergências de ideologia política, propôs que fossem demitidos os*

restantes membros daquele órgão, o que veio a acontecer, criando-se uma junta administrativa dominada por elementos desafectos, facto este ocorrido em Julho do ano transacto, não lhe sendo, no entanto, conhecidas quaisquer actividades subversivas, embora acompanhe com indivíduos das suas tendências políticas».

Já quanto a Orlando da Silva Cavaco *«embora não sejam conhecidas quaisquer actividades contrárias ao actual regime, o referenciado tem sido visto no Barreiro acompanhado de elementos desafectos».*

Por último seguiu para o Governo Civil de Setúbal um ofício em que a PIDE/DGS esclarecia quais os indivíduos *«referenciados como elementos desafectos ao regime* — o médico Mário da Silva Moura e o sacerdote António Antunes Ribeiro; quais os que *«sem actividades assinaladas são considerados elementos desafectos»* — Manuel Alves Ferreira e Orlando da Silva Cavaco; e os restantes sobre quem *«nada consta»* — Vitor Manuel Cláudio da Silva, Carlos Monteiro, Alfredo de Jesus Farto e Manuel Joaquim Vaz.

Num país vigiado como era o nosso também a administração dos bairros, para apurar da *«elegibilidade de candidatos a corpos gerentes»* dos sindicatos pedia, em nota confidencial, informações à PIDE. Este tipo de correspondência estava de tal forma burocratizado que havia impressos próprios em que se acrescentava, apenas, o nome dos sindicatos e dos sindicalistas a serem objecto de informação pidesca. Eis o texto:

A fim de instruir um processo destinado a apurar a elegibilidade de candidatos a corpos gerentes do (seguia-se a designação do Sindicato) *peço a V. Ex.ª o favor de mandar-me informar sobre se as pessoas que constam da relação junto «professam ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente ou à disciplina social». Esta informação é solicitada de harmonia com as instruções transmitidas pelo Ministério do Interior que diz dever a mesma informação ser solicitada a essa Direcção-Geral.*

Uma má informação da PIDE/DGS impossibilitava qualquer pes soa de ascender na sua vida profissional. Por vezes, devido à insis tência do prejudicado e ao comprometimento de testemunhas abona tórias, a polícia política revia a sua «opinião», como é o caso de qu damos conhecimento, em relatório assinado por Cunha Passo, directo do Serviço de Investigação e Contencioso:

Pela Inspecção Superior do Ensino Particular do Ministério d Educação Nacional, foi enviada a esta Direcção-Geral fotocópia de u requerimento dirigido a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacic nal pela licenciada (...) no qual solicita a revisão do seu processo, po lhe terem sido indeferidos os pedidos de passagem dos diplomas d professores do ensino particular primário e de directora do estabel cimento do mesmo ramo de ensino, em virtude de informação polític desfavorável prestada a seu respeito pela extinta Polícia Internacio : de Defesa do Estado. Acompanhavam o requerimento duas declar ções abonatórias dos Senhores Professores (...) e (...).

Em documentos existentes em arquivo verifica-se que a requerent em 1961, era sócia do Cine Club Universitário, que é considerado a tendência esquerdista, pois as suas direcções têm sido constituídas p elementos do chamado «partido comunista português» e de outras co rentes políticas avançadas. Verifica-se também que, em 1963, a lice ciada foi referenciada como tendo transportado no seu automóvel u «membro» do chamado «partido comunista português» até às prox midades de encontros com «funcionários do partido».

Estas referências motivaram a informação de «Não oferece gara tias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado».

Ouvida em declarações a licenciada disse julgar nunca ter dese volvido quaisquer actividades políticas, embora quando estudante un versitária possa ter assinado alguns documentos, cujos teores possa ser considerados como não favoráveis ao Regime Político vigent

Recorda-se de ter assinado uma petição solicitando a libertaçã de presos ditos políticos, esclarecendo que o fez só por solidarieda

humana não significando isso que a requerente se identificasse ou identifique com a linha política seguida pelos autores da petição ou pela dos presos cuja libertação era solicitada. Noutra ocasião assinou um documento pedindo ao então Presidente do Conselho de Ministros o seu afastamento da vida pública, não a movendo qualquer intenção reservada pois reconhecia ser muita e variada a obra realizada ao longo dos anos em que chefiava o Governo da Nação, mas somente por achar oportuna a substituição de Sua Excelência ao completar os setenta anos.

No que diz respeito ao Cine Club Universitário disse que nunca assistiu a qualquer assembleia geral nem nele exerceu qualquer cargo directivo, limitando-se a sua actividade a pagar as cotas e assistir às sessões cinematográficas e que deixou de ser sócia quando se licenciou.

Quanto ao transporte de um «membro» do «partido» até às proximidades dos «encontros patidários» disse que enquanto estudante na Faculdade de Ciências travou relações de amizade com uma colega, relações essas que se mantiveram quando ela se ausentou para o estrangeiro e se estreitaram quando a sua colega regressou ao País e veio a enviuvar. Admite a hipótese de que a sua antiga colega, servindo-se da sua amizade, tenha levado a efeito quaisquer actividades políticas delituosas aproveitando algumas das deslocações que fizeram nesta cidade ou arredores no automóvel da requerente. Que a isso se ter verificado foi com o seu inteiro desconhecimento, pois que, embora conheça as tendências políticas da sua antiga colega, a requerente não tem formação marxista e nunca pertenceu ao partido comunista cujas doutrinas não perfilha. Além disso ignorou sempre que a sua antiga colega tenha desenvolvido ou desenvolva actividades subversivas.

Disse por fim que a sua posição política é a de acatamento da ordem social e política legalmente estabelecida sendo seus desejos dedicar-se ao ensino e manter-se alheada dos problemas políticos.

As testemunhas abonatórias são unânimes em a considerar idónea e sem interesse pelos problemas políticos.

Assim tendo em atenção o que dos autos consta parece que a informação política prestada acerca da licenciada poderá ser alterada para outra mais favorável.

Façam-se conclusos ao Excelentíssimo Senhor Inspector Superior.

Lisboa, 17 de Abril de 1971

Em 21 de Abril. Barbieri Cardoso despachava:

«Concordo. Altere-se a informação anteriormente prestada para: Não se vê inconveniente».

Os próprios oficiais das Forças Armadas, nomeadamente do Exército, eram objecto de *«informação»* da PIDE/DGS.

No caso em apreço, o cor. Joaquim António Rocha, responsável pelo Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 7, de Leiria, dirige-se em ofício, datado de 13 de Maio de 1969, tanto ao comandante distrital da PSP daquela cidade como ao director da Delegação de Coimbra da PIDE:

Pedido de Informação

Rogo a V. Exa. se digne determinar que seja preenchido e devolvido a este D.R.M. o Boletim de Informação Confidencial respeitante ao sr. tenente Miliciano do Serviço de Administração Militar, Abel Francisco Machado, natural da freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra, e residente em Maceira Liz, freguesia de Maceira, concelho de Leiria.

A informação solicitada é respeitante à parte política do mesmo senhor oficial.

Quando Silva Pais tomou posse do cargo de director da PIDE, em 1962, o então presidente da Câmara Municipal de Peniche, não fosse

ficar mal visto, até porque o forte-prisão ficava ali a dois passos, escreveu logo ao *Digníssimo Director* para *«apresentação de cumprimentos e oferta de colaboração»*.

Bem diferente foi a carta que um jornalista, Amílcar Sarmento, redigiu na mesma data a Silva Pais, com quem travara conhecimento, alguns anos antes, quando aquele ainda prestava serviço na Fiscalização Económica.

Escrevia o jornalista:

«Se a propósito daquele assunto por que me empenho tivesse alguma coisa a comunicar-me, agradecia que o fizesse, fazendo-me feliz se antes de sair daqui eu visse essa família reunida a festejar o acontecimento.»

E logo a seguir:

«Dê-me licença para o abraçar e, políticas à parte, creia sempre e disponha desta velha amizade.»

Sarmento, um anarco-sindicalista inveterado, que aprendemos a estimar quando dávamos os primeiros passos no jornalismo profissional, no *Diário Popular*, ao mesmo tempo que, desassombradamente, recordava a Silva Pais as *«políticas à parte»*, empenhava-se pessoalmente na libertação de um preso político para ver, como escrevia, *«essa família reunida a festejar o acontecimento»*.

O *«diz-se»* e o *«consta»*, quase sempre baseados nas mais torpes denúncias, era encaminhado rotineiramente para a Sede pelos agentes da DGS, alimentando os *dossiers* individuais de cada qual.

Em Novembro de 1973, por exemplo, o subinspector Jaime Nunes Paulino, responsável pelo posto de Faro, enviava para Lisboa uma informação alertando que *«chegou ao conhecimento desta Subdelegação que o oposicionista (...) há cerca de sete meses ausente do País, se encontra presentemente em França, onde trabalha nos laboratórios de um grupo hospitalar, desconhecendo-se o local exacto onde se*

encontra, prevendo-se contudo ser em Paris, pois o pai (...), também oposicionista, teria ido visitá-lo recentemente àquela cidade, o que possivelmente virá a fazer também na quadra festiva do Natal».

«*Os referenciados* — acrescentava-se numa inquietante nota — *já foram objecto de correspondência desta Subdelegação para essa Direcção-Geral*».

A informação terminava com o da praxe «*A Bem da Nação*».

Um mês depois, a Subdelegação de Faro contribuía novamente para os arquivos pidescos, com uma informação do seu agente Américo Guerreiro Guia, que cita «*uma fonte fidedigna*», ou seja, um «bufo», pessoa da sua «*inteira confiança*», que introduzida no seio de uma família (ou muito próximo) relata ínfimos pormenores e irá denunciar a chegada de um exilado à residência da mãe:

«Por fonte fidedigna chegou ao meu conhecimento que o nacional (...), recentemente formado em engenheiro electrotécnico, com última residência conhecida em Loulé e ausente em França, indivíduo que anda fugido às autoridades militares, vem dentro de dois meses a Portugal.

O referenciado é filho do recentemente falecido oposicionista Francisco Vargas Freire e a sua vinda ao País é motivada por assuntos de partilhas, devido ao falecimento do pai.

Pela mesma fonte chegou também ao meu conhecimento que o falecido Vargas Freire, ao ter conhecimento da prisão do Hermínio da Palma Inácio e seus comparsas, teve um desmaio e seguidamente acolheu-se à cama, não mais se levantando, vindo a falecer no dia 10 do corrente, por doença cardíaca.

Também a mãe do (...), ou seja, a viúva do falecido, está apreensiva com o facto do mesmo se ter deixado impressionar com a notícia da prisão do Palma Inácio e respectivo grupo, e aguarda a vinda do filho na clandestinidade, porque segundo ela pensa, ele faz parte de um partido político revolucionário e teme a prisão.

Mais informo que o Francisco Vargas Freire, momentos antes da sua morte, fez uma gravação em fita magnética para o filho em resposta a uma outra que havia recebido dele naqueles dias.

Acresce-me ainda informar que, pessoa da minha inteira confiança, está preparada para me informar da chegada do (...) à residência da mãe, em Loulé, logo que a mesma se verifique».

Depois, e sem que se soubesse como tivera conhecimento, a PIDE/DGS iria actuar de surpresa, prendendo, de madrugada.

Enviada do posto da DGS em Santarém, para a Repartição do Gabinete do director, eis o que se pode considerar como uma informação-tipo, de rotina.

Segundo *«pessoas idóneas»*, citadas pelo agente José Manuel Oliveira Jordão, determinado cidadão passa a ser *«fichado»* por ter pugnado pela Oposição, no decorrer da campanha eleitoral:

«... o nacional João Manuel Monteiro Serrano, solteiro, estudante do Instituto Superior de Economia de Lisboa, nascido em 23-1-52, em Alpiarça (segue-se a identificação dos pais e local da residência) *durante a última campanha eleitoral para deputados à Assembleia Nacional, foi um dos indivíduos que, naquela vila, mais pugnou pela Oposição, sendo um frequentador assíduo da delegação da comissão de apoio à CDE».*

E tal como *«grão a grão enche a galinha o papo»*, a polícia política ia guardando nos seus arquivos os aparentemente mais insignificantes pormenores da vida dos cidadãos.

Um dia, *«essa memória prodigiosa»* encerrada nos *dossiers* individuais, com remissivos vários, voltar-se-ia contra o preso, seria usada como chantagem ou forneceria pistas insuspeitadas.

Caso se tratasse de indivíduos reconhecidamente *«desafectos ao Regime»* a PIDE/DGS apertava a vigilância em seu redor, tanto de forma dissimulada como ostensiva.

Eis, a título de exemplo, um «*relatório de vigilância*» a Mário Soares, tido pela polícia política como um contumaz prevaricador:

Vigilância do Dr. Mário Soares,
residente na Rua de Malpique, n.º 2-3.º andar
Lisboa, 19 de Abril de 1967

Relatório:
Na residência: o Dr. Mário Soares chegou à sua residência às 13H55 horas conduzido num táxi.

O Dr. Mário Soares deixou a sua residência as 15 e 40, com a sua mulher e dois indivíduos desconhecidos, entraram todos no automóvel CB-46-81 o qual foi conduzido pela dr.ª Maria Barroso. Os referidos indivíduos desceram na rua das Taipas e entraram no n.º 5[illegible] daquela artéria, Vila Martel. O dr. Mário Soares desceu no Largo do Chiado e entrou na Livraria do Diário de Notícias. Ali era aguardado pelo jornalista Manuel Mendes e por um indivíduo desconhecido os quais permaneceram ali cerca de trinta minutos. Após terem saído o referido indivíduo entrou num táxi, o dr. Mário Soares e o jornalista Manuel Mendes separaram-se na Rua de São Nicolau, o dr. Mário Soares foi para o seu escritório.

O dr. Francisco Salgado Zenha entrou no escritório do dr. Mário Soares às 17 horas e 15 e saiu às 17 horas e 45. Às 19 e 35 entrou no mesmo escritório o dr. Eurico Ferreira. O dr. Mário Soares deixou o seu escritório às 20 e 45 horas com o dr. Eurico Ferreira e um indivíduo desconhecido. Na Rua Aurea entraram todos num táxi. O dr. Mário Soares desceu na Rua Pinheiro Chagas e entrou no n.º 6[illegible] daquela artéria.

Na sua Escola Técnica a PIDE/DGS instruía os agentes nos diversos tipos de vigilância e não deixa de ser interessante transcrever alguns dos pertinazes ensinamentos:

Vigilância cerrada: esta é dirigida de tal maneira que o indivíduo não tem oportunidade de se escapar ou de «libertar-se» da equipa de vigilância. Há que prestar pouca atenção para evitar que o indivíduo saiba que é vigiado («rabo pelado»). A vigilância cerrada é raramente por ou contra um organismo de cobertura. A vigilância cerrada pode ser exercida como provocação.

Vigilância discreta: Nesta, fazem-se todos os esforços para subtrair o indivíduo às suas «artimanhas». É a vigilância mais difícil de manter e é a que mais utiliza o organismo de cobertura.

Vigilância a pé: Esta é geralmente a base de todo o trabalho de investigação. V. estudará e virá a ser exímio nos métodos, pessoal e técnicos utilizados neste tipo de trabalho, de forma a bem desempenhar a vigilância.

Condução da vigilância. No desempenho de uma vigilância, mantenha uma posição que evite contacto directo com o indivíduo, de forma a que o tenha permanentemente sob observação. Evite que ocorram as seguintes situações:

1. «perda» do indivíduo.

2. ser «descoberto» pelo indivíduo.

Guie-se pelas seguintes regras gerais:

(a) Altere e sua distância da «caça» de acordo com as circunstâncias. Em locais muito frequentados aproxime-se mais do que nas outras áreas.

(b) Aproxime-se da «caça» de diferentes direcções. Não actue sempre por detrás.

(c) Utilize sempre ocultação útil (paragens de autocarros, montras, stands novos, tabuletas, automóveis novos, mulher vistosa, cartazes de cinema, etc.). Agir com à-vontade.

D. Juan de Bourbon, conde de Barcelona, pai do actual rei de Espanha, foi permanentemente vigiado pela PIDE, durante o seu exílio no

nosso país, a partir de 1946. O regime de Franco chegou a pedir que o Conde fosse expulso de Portugal, mas as autoridades de Lisboa nunca deram seguimento ao pedido.

O historiador César Oliveira encontrou nos arquivos da PIDE/DGS cerca de duas dezenas de relatórios referidos ao período de Fevereiro de 1946 a Maio de 1947, quase todos assinados pelo agente João de Almeida Costa.

Este agente baseava-se, sobretudo, nas informações do motorista de D. Juan de Bourbon, José Jurado, que ouvia conversas no automóvel e em casa e acompanhava diariamente o Conde de Barcelona.

Em Março de 1946 o motorista-«bufo» dizia ao agente da PIDE que *«D. Juan está mal rodeado e aconselhado de uma forma errada (...) quanto às démarches em curso com Franco»* e entendia como provocatórias para o Caudilho as palavras proferidas por D. Juan de Bourbon, quando ao chegar a Portugal disse que *«as classes proletárias teriam no Rei um protector e um campeão»*.

Todas as movimentações do círculo de D. Juan de Bourbon interessavam à PIDE, particularmente a actividade de outros espanhóis emigrados, como Sainz Rodriguez, Vega Latapié, Gil Robles, Ramon Padilla, Juan March, marquês de Fontamar, duque de Frias e outros.

Os relatórios policiais referem também muitos portugueses do «jet set» do Estoril, como António Sousa Lara, da Companhia dos Açúcares de Angola.

Escreve o agente da PIDE, citando Sousa Lara, que este *«muito discretamente me informou que no próximo dia 24 do corrente, realizava um jantar em sua casa, para o qual havia já convidado o Príncipe D. Juan, mas que em atenção a esta Polícia, e compreendendo a nossa missão, me vinha dar conhecimento de tal facto, convidando-me a assistir ao mesmo, o que em nome da Polícia que sirvo, apresentei o meu reconhecimento»*.

O mesmo relatório inclui informações colhidas junto da filha de José Posser de Andrade, referindo que *«em breve se realizará nas propriedades de Rui de Andrade, nas Caldas da Rainha, uma festa com*

a presença do Príncipe, na qual Conchita Citron fará demonstrações dos seus méritos na arte de tourear».

O agente João Costa não se coibia, naturalmente, de devassar a vida privada de D. Juan de Bourbon, sempre com base nas informações do motorista.

Assim: «... *que o seu amo, a quem é muito dedicado, sempre tem levado, tanto em Lausane, como em Itália, uma desregrada vida, frequentando cabarés e casinos, regressando frequentes vezes a casa pelas 4 e 5 horas da manhã, bastante perturbado com os efeitos do excessivo uso de whisky e cocktails*». Acrescenta o receio de que «*aqui no Estoril, seguindo o exemplo do seu secretário Padilla e do sr. Ansaldo e outros, possa, instigado por estes, começar frequentando o Casino, o que não teria já feito, por sua vida estar muito controlada, com frequentes visitas a quem marca audiência, e ainda por morar na casa dos senhores marqueses de Pelayo*».

A intromissão da polícia política na vida de cada qual, e das formas mais sibilinas, foi também narrada por Francisco Balsemão quando da entrega do Prémio Carreira, da SIC, a Mário Soares, em 1997.

Contou Balsemão que fora num almoço, promovido por Raul Rego, que conhecera, pessoalmente, Mário Soares.

A refeição, como seria de esperar, decorreu com a maior cordialidade, mas no dia seguinte, o então director do *Expresso* recebeu uma carta insultuosa e aparentemente inexplicável, assinada por Soares.

Perante o incongruente da situação, Francisco Balsemão telefonou a Mário Soares, estranhando o ocorrido, tendo este declinado qualquer responsabilidade e mostrando-se naturalmente surpreendido.

Como Balsemão revelou, fora a PIDE que forjara a carta!

Também exemplares, do ponto de vista da actuação da PIDE/DGS e dos seus elementos, são os dois documentos que a seguir se transcrevem.

Tendo tomado conhecimento de determinados factos, o chefe (interino) do posto da DGS em Peniche envia para Lisboa um relatório em que historia uns acontecimentos «*desagradáveis*».

O relevante do documento, porém, é o despacho lançado no ofício, da autoria do inspector Pereira de Carvalho e do seguinte teor:

«Escreva-se uma carta indignada com o facto, como sendo alguém de Peniche».

A *«carta indignada»* de um vulgar cidadão de Peniche, dirigida ao comandante da GNR é a que também se publica, sendo da autoria de um qualquer pide analfabeto que, sabendo dos costumes da casa, escreveu a concluir:

«Não assino esta para evitar qualquer perseguição à minha pessoa ou à minha família».

Como se vê, um episódio edificante.

Mas aqui vai o relatório:

Chegou ao conhecimento deste Posto, embora estivesse na situaão de «muito confidencial» de que na noite do dia 5 para 6 do corrente, pelas 1H40 horas, dois soldados da GNR, n.º 110/1755/67, Gamas, da 1.ª Companhia, e n.º 200/851/63, Alves, da 5.ª Companhia, que se encontravam em serviço de patrulha e vigilância à parte exterior do Forte de Peniche, abandonaram o mesmo e foram entrar fardados e armados, numa taberna existente no n.º 26 da Avenida Engenheiro Frederico Ulrich, que fica desviada cerca de 400 metros da Fortaleza. Uma vez na taberna, e após bebericando uns copos de vinho, começaram por perguntar ao dono da casa, José da Conceição Dias, se este lhes podia dar alguma coisa em dinheiro. O proprietário desculpou-se, respondendo-lhes que está estabelecido há relativamente pouco tempo e, portanto, bastante empenhado, pelo que não tinha, de momento, possibilidades de lhes satizfazer monetariamente a sua pretensão. Contudo, podiam beber sem nada pagar. A instâncias dos soldados, o proprietário da referida taberna decidiu, então, dar-lhes 20$00 que em princípio, os soldados aceitaram, mas pouco depois um dos soldados foi ao W.C., e quando voltou disse que os

20$00 era pouco e não dava para nada, portanto o dono da casa bem podia dar 100$00, ou seja, 50$00 para cada um. Apesar dos soldados terem insistido com o dono da taberna, este manteve a oferta dos 20$00 e nada mais lhes deu, por não ter, segundo diz, possibilidades para mais.

No dia seguinte, o José da Conceição foi apresentar queixa no Posto da PSP local, indo o chefe daquele Posto, por sua vez, dar conhecimento ao Comandante do Destacamento da GNR em diligência no Forte de Peniche durante o corrente mês.

Segundo ainda constou, o Comandante da diligência instaurou um processo disciplinar aos soldados em questão por abandono do serviço e pelo escândalo que proporcionaram na referida taberna.

Entretanto, o comandante da diligência tentou, pelos meios ao seu alcance evitar que o escândalo se propagasse, tendo, até, pedido ao proprietário da referida taberna que não contasse nada do que se passou, o que este cumpriu, segundo parece.

Rogério de Jesus Baptista
Agente de 1.ª Classe

E a carta anónima que o inspector Pereira de Carvalho mandou enviar, a propósito deste caso, ao Comandante-Geral da GNR:

Ex.mo Senhor Comandante
da Guarda Nacional Republicana

Eu, natural de Peniche, estive à dias na minha terra e tive conhecimento, ficando indignado, que na noite de um dos primeiros dias deste ano, parece que de 5 para 6, dois soldados da Guarda Republicana salvo erro de apelidos Gomes e Alves, que se encontravam de serviço de patrulha e vigilância no exterior do Forte onde estão os presos políticos, abandonaram o mesmo e foram, fardados e armados,

a uma taberna sita na Avenida Engenheiro Francisco Ulrich, que fica perto da Fortaleza, e ali estiveram a bebericar vinho, pedindo depois dinheiro ao dono da Taberna, que parece ser um tal José Dias.

Este apresentou dificuldades, mas foi-lhes dando 20$00, os soldados acharam que era pouco, há quem diga que queriam 50$00 para cada um deles.

Há quem diga que o Dias apresentou queixa no Posto da PSP, cujo chefe deu conhecimento do caso ao Comandante do Destacamento da Guarda em serviço no Forte, que tem feito o possível para abafar o assunto.

Se tudo isto é verdade, o que V. Ex.ª pode mandar saber, que vergonha para a Guarda que é uma força muito respeitada.

Não assino esta para evitar qualquer perseguição à minha pessoa ou à minha família.

Perseguição à sua pessoa é o mínimo que um agente da PIDE deve ter pensado quando recebeu uma *«nota de culpa»*, redigida pelo ultra-salazarista inspector Henrique de Sá e de Seixas, por não ter usado gravata preta, em sinal de luto, pela morte de Oliveira Salazar.

Eis o texto da nota:

Henrique de Sá e de Seixas, inspector desta Direcção-Geral, na qualidade de instrutor do processo disciplinar mandado instruir superiormente, deduzo, quanto ao agente de 1.ª classe n.º 251/394 os seguintes artigos de acusação:

1.º — Não usou gravata preta durante o período de luto decretado oficialmente, por motivo da morte de Sua Excelência o Presidente Doutor Oliveira Salazar. Desobedeceu às determinações expressas desta Direcção-Geral, nesse sentido, as quais lhe haviam sido transmitidas pelo seu Chefe de Posto e na presença dos colegas ali em serviço, desrespeitando, deste modo, gravemente, os seus superiores hierárquicos.

2.º — Por outro lado, tendo criticado os seus colegas por, em cumprimento de ordens superiores, terem usado luto após o falecimento do Presidente Salazar e com agravante de o ter feito na presença de pessoas estranhas a esta Corporação, incitou com esta sua atitude à indisciplina e à insubordinação os funcionários desta Direcção-Geral que com ele trabalham, alguns deles seus inferiores hierárquicos.

3.º — Discutiu junto de seus camaradas e em público problemas da Administração do País sem ter dos assuntos versados um exacto conhecimento, ou tendo-o, cometendo grave inconfidência de que resultaram prejuízos morais para o Estado e para a própria Corporação a que pertence.

4.º — Igualmente criticou a acção desenvolvida pelo Governo da Nação na luta contra o terrorismo nas nossas Províncias do Ultramar. Menosprezou o valor dos nossos heróicos combatentes, que desde o ano de 1961 ali lutam pela integridade da Pátria, assumindo assim a mesma posição antipatriótica dos que na retaguarda intentam abalar o moral das Forças Armadas e desacreditar os seus feitos em campanha. Praticou, deste modo, actos ofensivos da Constituição Política. Encontra-se incurso nos n.ºs 1, 2, 6 e 9 do # 1, do art.º 23.º do E.D.F.C.E. Assim fixo, nos termos do art.º 50 do E.D.F.C.E. o prazo de dez dias, a contar da data em que receber cópia destes artigos, para examinar o processo e deduzir a defesa que entender oferecendo a prova testemunhal que julgar necessária nos termos do art.º 52 e seus ## do referido Estatuto.

A falta de resposta dentro do prazo marcado, equivale como efectiva audiência do arguido, para todos os efeitos legais.

Claro que este agente, *«travesti»* de democrata, foi exonerado, *«A Bem da Nação»*.

Depois de tudo o que se fica a conhecer da actividade da PIDE/DGS e dos seus agentes não admira que D. Duarte de Bragança, proprietário do edifício onde se localizava a sede da polícia política,

ao ser informado que o subdirector Barbieri Cardoso lhe queria comprar uns bancos de pedra, optasse por lhos oferecer, com protestos da sua *«consideração»*.

Também esta carta passou a integrar os arquivos da PIDE/DGS:

Transmitiu-me o meu advogado, Senhor Dr. Rui Vaz Pinto, o interesse manifestado por V. Ex.ª, através do Senhor Inspector Rodrigues, na aquisição dos bancos de pedra existentes no terraço do edifício ocupado por essa Direcção-Geral.

Confirmando a resposta já dada verbalmente pelo meu referido representante é com o maior prazer que venho pela presente confirmar que tenho o maior gosto em oferecer a V. Ex.ª. os citados bancos.

Com os protestos da minha consideração, subscrevo-me,

Dom Duarte Pio de Bragança

Quanto à Legião Portuguesa, uma organização que tem sido esquecida, por considerada quase ridícula na sua acção e objectivos, os respectivos arquivos revelam, em diversas áreas, aspectos igualmente tenebrosos.

No ficheiro central da Legião Portuguesa, recuperado intacto no Comando-Geral, instalado na Penha de França, em Lisboa, encontravam-se *«fichados»* milhares de cidadãos, independentemente da sua cor política, com a particularidade de uma das suas secções se referir aos chamados *«homens bons»*, personalidades cujo passado *«irrepreensível»* os dava como aptos a desenvolverem funções de responsabilidade no aparelho político do Estado Novo.

Embora contasse com um número de filiados que ultrapassava os 120 mil, a Legião Portuguesa nunca teve mais de dois ou três mil activistas, quase todos *«ultra-nacionalistas»*, cuja actuação nem sempre agradava ao próprio Poder.

Estruturada à semelhança da PIDE, a Legião Portuguesa possuía o seu serviço de informações, de âmbito nacional, coordenado a nível dis-

trital por 21 comandantes (oficiais de informações) com redes próprias de informadores, que despejavam no arquivo central milhares e milhares de denúncias sobre a actividade política e a vida privada de outros tantos cidadãos e, também, dando conta das suas próprias diatribes.

Atente-se, por exemplo, nestes três relatórios do solícito legionário com o número de código 020, de Setúbal, preocupado com as eleições para deputados, em 1969:

A exemplo de sessões de propaganda da oposição que se têm realizado em Lisboa, este S.I. preparou o seu pessoal para que nesta sessão que se realiza hoje nesta cidade, fosse munido de «garrafinhas de mau cheiro» das utilizadas pelo Carnaval, a fim de discretamente deixarem cair pelo bolso furado das calças e serem pisadas, para produzir um ambiente de mau estar e talvez uma possível evacuação.

Dois dias depois, a 17 de Outubro, o 020 remetia para o Q.G. en Lisboa a seguinte nota:

Para os efeitos que V. Ex.ª. julgar convenientes apresento a seguinte sugestão:

— Se houvesse possibilidade de conseguir um homem de muita confiança, dos que separam a correspondência nos CTT, especialmente durante a noite, como acontece nesta cidade, para que trocassem as listas enviadas pela C.D.E. seria de facto o ideal.

Outra possibilidade seria talvez a dos carteiros de confiança, antes de entregarem os envelopes abertos nos domícilios, verificarem as listas e fazerem a troca.

Do mesmo autor, em 22 de Outubro:

Informo V. Ex.ª que no dia 19 do corrente, pelas 11H00, foi solicitada a minha comparência na Escola Comercial e Industrial de

Setúbal, a fim de tomar parte numa reunião com o Ex.[mo] *Sr. Miguel Rodrigues Bastos e Dr. Rogério Peres Claro.*

A finalidade da reunião (muito secreta), foi pedida a minha colaboração no sentido de montar e chefiar um «carroussel», com viaturas particulares e pessoal legionário munido de certidões de falecidos, ausentes, etc., fornecidos pela U.N., a fim de votarem nas assembleias duas, três ou quatro vezes, por exemplo:

Os homens de Almada votam no Barreiro, Seixal e Moita; os da Moita votam em Almada e Sesimbra; os do Barreiro votam em Almada e assim sucessivamente.

Para o efeito, os Presidentes das mesas estão avisados, até porque as certidões estão marcadas.

Em face do solicitado desloquei-me ontem às Unidades de Almada, Barreiro, Moita e Montijo, a fim de solicitar aos comandantes a sua boa vontade e colaboração para o fim em vista.

Nalguns aspectos o Arquivo da Legião é até mais completo e melhor elaborado do que o da PIDE, talvez pelo facto de as denúncias e outras informações terem sido trabalhadas a nível local pelos responsáveis distritais (normalmente oficiais do Exército, na situação de reserva) antes de serem enviadas para os serviços centrais.

Quanto à impunidade com que actuava a Legião Portuguesa, ao arrepio das normas legais, é bem elucidativa uma comunicação, emanada da PSP, e datada de 20 de Abril de 1964.

A história da participação é a seguinte: nesse dia, à uma hora da madrugada, na Rua de São Julião, na baixa lisboeta, frente à Companhia Rádio Marconi, um polícia de giro, em serviço remunerado ao Banco de Portugal, fez parar um automóvel com três ocupantes.

Momentos antes o guarda fora alertado por um jovem que lhe contara que três indivíduos tinham parado um carro, na Rua do Comércio, e ali tinham trocado a matrícula do veículo.

O guarda seguiu imediatamente para a Rua de São Julião onde mandou parar o automóvel. Ao pedir os documentos ao motorista, verificou que a viatura pertencia ao Quartel-General da Legião Portuguesa e tinha uma matrícula diferente da que ostentava nesse momento (EL-26-02). A chapa falsa encontrava-se colocada sobre a verdadeira.

Pedida a identificação aos ocupantes do veículo, apurou tratar-se de José Martins, de 28 anos, natural de Paredes de Coura; José Castelo Branco, de 26 anos, de Lisboa; e de Policarpo Dominguez de Brito, de 29 anos, também de Lisboa.

O primeiro era o motorista da viatura ao serviço do quartel legionário; o segundo identificou-se como Legionário n.º 114018; e o último disse ser informador da LP.

Ao serem inquiridos, os três *«companheiros da vida airada»* disseram *«andarem em serviço de segurança às ordens da dita Legião e estarem superiormente autorizados a mudar a matrícula do veículo em causa, com o fim de, assim, com facilidade, não serem notados pelo público»*.

Não obstante a justificação o guarda *«convido-os a acompanharem-no à Esquadra»*, onde *«depois de devidamente identificados, por ordem superior continuaram a sua missão»*.

Das íntimas e criminosas ligações entre a PIDE/DGS e a Legião Portuguesa dá-nos conta, uma vez mais o agente 020 de Setúbal, em informação de 13 de Outubro de 1969:

Informo V. Ex.ª que durante a madrugada de hoje foram feitos por este serviço de colaboração e apoio da PIDE, vários dísticos pintados nas paredes, na Moita, estrada de Palmela-Moita e estrada de Coina-Moita.

Foram também danificados os pneus do padre Zacarias Nascimento que ultimamente tem desenvolvido grande campanha, especialmente no jornal «Notícias de Setúbal».

Foi também deitado no depósito da gasolina duma viatura pertencente a um elemento da oposição, que tem utilizado a mesma para distribuição da propaganda, produtos químicos que a faz imobilizar.

E o 020 concluía com esta sinistra promessa:

Outras acções serão feitas para combater a actividade do inimigo.

ÓSCAR CARDOSO

O primeiro capítulo esquerdo deste trabalho é notável, para não dizer brilhante. Só que as coisas não eram assim, o que não é importante.

É preciso escrever, dizer, lançar atoardas, sabendo de antemão que no nosso país, livre e democrático, ninguém é penalizado por aquilo que afirma, mesmo que prejudique ou destrua a vida ou reputação das pessoas e instituições.

Os ficheiros não eram consultados livremente, longe disso.

Havia uma ligação estreita entre os Serviços de Investigação e de Informação.

Se um processo-crime era iniciado a partir de dados fornecidos pela Informação sucedia, normalmente, obterem-se elementos novos que a Informação não tinha. Outras vezes acontecia o contrário: neste caso fazia-se um intercâmbio de elementos de informação. Só nestas circunstâncias havia acesso aos ficheiros mas única e simplesmente quando sancionado pelo director do Serviço ou pelo inspector responsável.

Nunca tinha ouvido acusar a PIDE de corporação desorganizada onde as coisas corressem à «balda». Não é só nos dias de hoje que os serviços e departamentos do Estado são um «exemplo de organização, eficiência, competência, rapidez e primor de execução». Nós também éramos bons nisso.

Lembro-me do caso de Loures. O agente em questão era uma figura castiça lá da casa: magrinho, pequeno, um tanto empenado mas zeloso e dedicado. Fisicamente, seria a antítese absoluta do Arnold Schwartzneger, que tantas vezes desempenha papéis de agente secreto ou policial e que o povo tanto admira pelas valentes «surras» que aplica aos inimigos do Estado e outros vilões.

Epifânio (era assim que ele se chamava), como muitos portugueses, tinha uma declarada fraqueza pelo tinto e pela água-pé, mas era um homem tranquilo e cumpridor. Só havia uma coisa que ele não perdoava: ninguém lhe dissesse mal do «patrão» (leia-se Salazar). Aí ele afinava. E quando se juntava a uns quantos legionários e aos prosélitos da «velha arte», era certo que a coisa dava para o torto. E dava para o torto porque muitos já lhe conheciam a fraqueza e apoquentavam-no com chistes e remoques.

O pacato e ordeiro concelho de Loures é famoso não só pela candura das suas gentes, como também, pela qualidade e casta das belas uvas que vicejam nas suaves encostas daquela região soalheira.

O que não passou de uma troca de sopapos, entre indivíduos mais ou menos bem «atestados», foi guindado ao nível de *catástrofe nacional* por um presidente da Câmara demasiado zeloso e preocupado com a integridade física dos seus diligentes munícipes.

Esta tragédia que não passou de um exercício de tapona, até salutar, teve outra faceta engraçada: é que, já no tempo do fascismo, o que mais preocupava os presidentes das Câmaras era o número de votos que os acontecimentos pudessem render. E assim é. Mudam os tempos, as vontades não.

O despacho do nosso director Silva Pais foi, o que era de esperar, de um homem de bom-senso e ponderado: «Aguarde-se decisão disciplinar».

Nunca dei por o Almirante Henrique Tenreiro mandar na PIDE. A ideia que tenho dele é de um homem extraordinariamente dinâmico e com uma capacidade de trabalho fora do vulgar.

Penso que neste caso seria mais prudente não mexer. Basta comparar o que ele fez com o que as grandes cabeças desfizeram.

A Doca-Pesca que era um primor de asseio, organização e eficiência é hoje uma lixeira onde cresce erva por todo o lado e onde se vaza toda a espécie de entulho. (Já esteve pior).

Não me parece que os pescadores estejam agora mais felizes do que no tempo de Tenreiro. Basta ver os noticiários da TV. Até falam em cortar a cabeça ao Senhor Ministro da Agricultura e Pescas: Ingratos!

E a nossa frota pesqueira? E o preço do pescado? E a concorrência estrangeira? E a guerra, para nós humilhante, da palmeta e do bacalhau?

E o desemprego?

O «Tubarão das Pescas» fez bairros residenciais para pescadores. Criou o navio hospital *Gil-Eanes* que tantas vidas salvou. Tornou possível que o peixe fresco chegasse a todo país a preços módicos. Arranjou emprego para milhares de pessoas.

O «Multimilionário» sobreviveu de esmolas que lhe foram dadas por um ex-adversário político — Tomé Féteira. Morreu na miséria, em país estrangeiro. Foi sepultado envergando a farda de almirante do Brasil.

Depois vêm as vigilâncias sobre toda a gente, a que não fugiam militares, padres e — o que terá sido mais grave — padres estrangeiros!

Uma das características dominantes do anterior regime é que havia uma estreita colaboração entre os militares e a nossa polícia.

Eram os próprios militares que nos pediam elementos e nos solicitavam vigilância sobre alguns dos seus membros.

Isto era muito feio porque se passava em Portugal. Nos outros países sempre se fez.

E continua a fazer-se em nome de uma democracia que é o trampolim e o salvo-conduto para o regime de ditadura mundial mais feroz e intransigente que já se teve na história da humanidade.

Há coisas que só são feias em Portugal e naturais nos outros países.

No que diz respeito aos padres, não vejo porque é que os estrangeiros não deveriam ser vigiados.

A nossa história é pródiga em factos e casos em que missionários estrangeiros promoveram subversão em várias parcelas do território nacional. Eu tenho casos, passados comigo, em que pastores evangélicos se revelaram agentes da CIA. Mas também tenho casos em que padres e freiras católicos me prestaram inestimável colaboração.

Isto são contos largos que contarei em pormenor, um dia, se entretanto não me «calarem»; o que não deixa de ser um risco para mim e também para quem intentar fazê-lo.

Não penso que os militares sejam agora mais respeitados do que no meu tempo. Tenha-se em vista o caso da chefia dos Ramos. Só pergunto — até quando vão aguentar tanta humilhação? Já tenho ouvido o povo dizer: — É bem feito! Mas eu não concordo, até porque sou um deles.

Voltando aos padres.

Não sei se alguém ainda se lembra da apreensão de vários quilos de explosivo, pela polícia, numa arca na Igreja de Alhos Vedros. Destinar-se-iam a salvar as almas?

A lei portuguesa é territorial, o que significa que tem aplicação em todo o território da Nação. A vigilância que exercíamos sobre os estrangeiros não era diferente da que, no estrangeiro, exerciam sobre os cidadãos portugueses.

O desdobramento das fichas é o que se faz em qualquer polícia ou organização de segurança evoluída, quer seja computorizada ou não. E nós não ficávamos atrás de nenhuma polícia do mundo. São os nossos próprios adversários que o confessam.

No Portugal de hoje talvez já não se faça assim. Até porque vivemos num clima de «confiança mútua, de ordem, civismo e prosperidade». A ausência de vigilância nas fronteiras e não só, deu origem a

que os «grandes pensadores e outras figuras iluminadas da humanidade», entrem e saiam livremente, concorrendo assim para o aperfeiçoamento da sociedade portuguesa, que tantos anos viveu no obscurantismo.

Não vejo que seja motivo de espanto o facto de uma carta do Senhor D. Duarte Pio de Bragança figurar nos arquivos da PIDE/ /DGS. Por que não?

Quanto aos bancos de pedra o que é facto é que o nosso subdirector-geral manifestou desejo de os pagar. As insinuações são de quem as faz.

Os arquivos da PIDE/DGS, dariam «pano para mangas».

Os verdadeiramente importantes, como contributo histórico de uma época, foram para a União Soviética, como se sabe.

Outros também importantes, noutro sentido (na medida em que provavam que muitos dos impolutos «lutadores antifascistas» da nossa praça foram, em tempos, profícuos e dedicados «bufos» do «regime fascista de Salazar e Caetano», dos «carrascos da PIDE» e do «governo racista de Pretória»)...

Tenho a impressão de que não consegui reproduzir a «cassete» na íntegra. Mas, como ia a dizer, esses processos foi um ar que lhes deu.

O que existe hoje na Torre do Tombo é apenas o refugo.

O processo secreto do navio *Angoche* indiciava ter a Marinha Soviética abordado o barco e feito desaparecer a tripulação, toda portuguesa. Indiciava ainda, que o facto se dera a instâncias do PCP com a conivência de elementos graúdos da Marinha Portuguesa.

Onde está o processo?

O processo do Sr. Dr. Álvaro Cunhal, também não sei onde está.

Elementos respeitantes à morte do General Humberto Delgado, que comprometiam o Bando de Argel, simplesmente levaram sumiço.

Por outro lado, e para compensar estas brechas, outros processos foram fabricados e introduzidos nos arquivos. Foi assim que muitos conseguiram obter o estatuto de «mártires» da PIDE. Alcançaram

reformas chorudas por doenças graves que nunca tiveram e que foram contraídas, em serviço, por serviços que nunca prestaram.

E agora, para terminar este capítulo que me enfada, como os seguintes, aqui vai uma pergunta: Por que razão pensam os leitores que liquidaram Fernando Oneto e o Dr. Mariano Robles? É caso para pensar.

Colaboradores e Informadores

NUNO VASCO

Padres, professores, jornalistas, empregados de escritório e do comércio, sargentos, agricultores, bancários, funcionários públicos, industriais, ferroviários, motoristas. Eles e elas. Novos, velhos e de meia-idade. Pais e filhos. Mulheres e maridos. Irmãos, tios, sobrinhos, afilhados. Companheiros de escola e de trabalho. Amigos de sempre.

Nos táxis e nos autocarros, nos cinemas e nos supermercados, nos barbeiros, cabeleireiros e repartições do Estado, nos hospitais e até nos cemitérios. Em Portugal e também no estrangeiro.

Nos doze anos anteriores à Revolução de 25 de Abril exerceram a sua actividade para a PIDE/DGS cerca de quinze mil *«bufos»* — esses *«olhos»* e *«ouvidos»* do fascismo português — homens e mulheres que denunciavam por meia dúzia de escudos, em troca de um qualquer favor, ou simplesmente por doentia devoção ao regime totalitário.

Em Abril de 1974, porém, o número de informadores no activo não passava dos quatrocentos, indo as suas remunerações desde as escassas centenas de escudos às largas dezenas de contos.

Segundo o inspector Pereira de Carvalho, director dos Serviços de Informação da polícia política, entendia-se como *«"informador" todo o indivíduo ligado ou com acesso a qualquer sector de actividade política* (mas convém não esquecer que a PIDE entendia como *"políticas"*

actividades que, em rigor, o não eram) *"identificando-se" por um pseudónimo e que como pagamento do seu trabalho recebia um ordenado mensal contra recibo»*.

As relações informador-PIDE não eram vinculativas quanto ao prazo de colaboração. Com efeito, o informador era dispensável em qualquer momento e tinha a *«liberdade»* de afastar-se quando assim o entendesse. Isto do ponto de vista puramente teórico, já que na prática não era assim. Qualquer indivíduo que pretendesse *«libertar-se»* destes vínculos passaria alguns amargos de boca...

Havia também os chamados *«colaboradores eventuais»*, e nesta categoria cabiam os indivíduos que tendo conhecimento de qualquer facto ou actuação política que julgavam suspeita entendiam ser sua obrigação, ou interesse, comunicá-los à PIDE.

As informações assim prestadas podiam ser remuneradas se, depois da sua exploração, mostrassem algum valor. O pagamento, quando era caso disso, fazia-se contra recibo, em nome falso, ficando nele consignada a designação genérica de *«serviços prestados»*.

Havia centenas, milhares, de denúncias deste género.

No decorrer das visitas que efectuámos à sede da PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, e ao reduto-sul do Forte de Caxias, após o 25 de Abril, em conversa com alguns dos elementos que integravam as diversas equipas de trabalho da Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LP tomámos conhecimento das mais torpes denúncias.

Raparigas que acusavam, por vingança, antigos namorados; pais que denunciavam amigos dos filhos; doentes que depunham contra os seus próprios médicos.

Recordo-me de ter lido, no livro de registos diários do piquete da DGS, que às tantas horas de determinado dia se apresentara ali o senhor fulano de tal (seguia-se a identificação completa, com nome, idade, profissão, filiação, residência), o qual declarara que estando na sala de espera do seu médico assistente (e referia o nome do clínico e

morada do consultório) se entretivera a ler as revistas ali colocadas sobre uma mesa, detectando numa delas um artigo que — no seu entender — *«achincalhava o Prof. Salazar e o Dr. Marcelo Caetano»*, pelo que se apressara a comunicar ali tal facto. Este inqualificável *«bufo»* completava a informação referindo que em conversas com o médico, no decorrer de anteriores consultas, este lhe parecera *«desafecto ao regime»*.

A carta que a seguir se publica é um exemplo das mais horrorosas cartas: é uma carta de denúncia. A sua autora, cuja identificação ocultamos, escreveu ao director da PIDE/DGS e não esteve com meias medidas: queixou-se, insinuou, denunciou.

Transcreve-se integralmente o texto, à excepção das partes em que se identificam pessoas ou determinados locais de fácil referenciação.

Ex.mo Senhor Major Silva Pais, Ilustre Director da PIDE.

Em Fevereiro de 1969 iniciei um Cenáculo Literário que funcionou durante alguns meses na (...), mesmo em frente da minha residência, mas porque o imóvel vai ser demolido teve essa casa regional de retirar para um prédio deles, ainda em construção, razão por que os não podemos acompanhar, por ainda lá não haver sala pronta.

Por intermédio do (...), capitão aviador (...), que foi amigo do meu falecido primo aviador (...), obtivemos licença de reunir às quartas-feiras, das dezoito às vinte horas no (...), o que fizemos.

Como porém, infelizmente, em todo o mundo se infiltraram teorias comunistas para destruição dos indivíduos e das pátrias, o inimigo também encontrou adeptos em Portugal, razão *por que, quando alguém quer construir algo de útil e benéfico ao cidadão e à pátria, logo se erguem actuações de esboroamento, de desagregação, de desentendimento, desorientação e destruição!!!*

Assim o Cenáculo começou a sentir os efeitos perniciosos à sua volta, porque ao inimigo nunca agrada o que é construtivo, são, patriótico!...

E vá de críticas mordazes no Cenáculo Literário, que em nada me incomodam. E vá de infiltrar, com pezinhos de lã, elementos de «Discípulos de Jeová» e de quaisquer possíveis órgãos revolucionários, porque há dias o grupo foi surpreendido com o aparecimento de quinze jovens (rapazes e raparigas) que só no primeiro dia se comportaram correctos, porque depois... marcaram por falta de educação!, dizendo poesias deitados pelo chão, beijando as namoradas, e até chegaram ao bar e roubaram uma chávena e pires, segundo diz o empregado! Suspendi por isso as reuniões do Cenáculo.

Também, desde há muitos meses, alguém da Companhia dos Telefones se emprega a ouvir as minhas conversas, o que já em tempos comuniquei a V. Ex.ª, como lhe comuniquei que sou seguida na rua por jovens, entrando às vezes alguém no restaurante onde entro, abancando, olhando-me e rindo em ar trocista, que marca atitude de falta de educação, enviados propositadamente para me prejudicarem. Ora no estado actual das coisas, Governo e cidadãos patriotas dignos devem dar as mãos na defesa dessa onda de comunismo, que quer destruir paz e vidas de famílias e de nações.

Creio pois ser de muito interesse para a PIDE investigar quem faz a observação das minhas conversas telefónicas.

Quem me segue nas ruas e locais que frequento? Talvez assim conseguisse descobrir a teia de traidores à pátria, pois mais não pretendem que destruir quanto é indispensável à cultura e formação moral e mental dos cidadãos portugueses.

Aqui fica esta elucidação, para V. Ex.ª mandar proceder como queira e entenda, como director de um organismo «que deve defender a pátria» e cidadãos dos quistos e aleijões malignos que a infectam.

Com respeitosos cumprimentos de muito apreço e elevada consideração por Vossa Excelência.

A denunciante assinava a carta e, em nota de rodapé, acrescentava ainda:

Ao Cenáculo ia uma empregada dos Correios e Telefones chamada (...), que é residente na Rua (...), em Queluz, telef. (...), que anda sempre empenhada em levar elementos do Cenáculo para as suas reuniões de domingo para onde fui convidada também. Quando lá fui vi gente que me não agradou, entre eles também elementos de Discípulos de Jeová. Será daí que parte a perseguição da minha pessoa!??

Eis agora um exemplo de denúncia anónima, carta que deu entrada na PIDE, em 18 de Outubro de 1971. A lápis, à margem, o agente J.Afonso, escreveu:

«Proc. 312/71. Foi detida em 22-6-71 e solta em 23-6-71»

De onde se infere que o (ou a) denunciante se apostara em perseguir Ana Maria Vieira, quatro meses após a libertação desta.

Ex. Senhor: Faço comunicar deste modo, que a aluna do 3.º ano do curso de Biologia, da Faculdade de Ciências de Lisboa, Ana Maria Vieira, necessita de ser vigiada, porque é um elemento perigoso, para o bom funcionamento da vida académica da Faculdade.

Esta senhora tem vindo já há dois anos a tentar agregar às suas ideias políticas, alunas inexperientes. Realiza reuniões com um grupo de colegas políticos que não é conhecido. Ela tenta sempre que possível perturbar a vida normal da Faculdade.

Seria bom que a vigiassem, para que este ano seja um ano mais normal que o anterior e assim melhor para todos. Esta senhora, já esteve uns dias detida para interrogatório, aquando da boicotagem de exames em Junho passado, nesta Faculdade, coisa aliás organizada por ela entre outros.

As suas reuniões são altamente suspeitas, como as suas ideias, e devem ser feitas em sua casa: R. Padre António Vieira, n.º 5-4.º andar, Lisboa, Telef. 680580.

Com o próximo início do ano lectivo na Faculdade tudo deve retomar o mesmo funcionamento.

Pelo nosso bem estar politico e a bem da Nação, devem tomar providências.

Valendo-se de todos os meios a teia policial montada pela «*secreta*» do fascismo português, sabe-se hoje, era perfeita e não poupava ninguém.

Outro exemplo: um emigrante, radicado em França, escreveu em Maio de 1973 uma carta ao chefe dos correios de Belmonte, pedindo-lhe que interceptasse todas as cartas dirigidas à mulher, pelo Partido Comunista:

Vou esplicar ao senhor a razão porque, é pois ela estava a qui em França comigo e metesse num partido comunista assim caindo doente a força de ler livros, pois assim diz esse partido que lhe vão enviar livros e lhe escrevem para lhe darem esplecações, pois tenha o senhor a bondade de retirar todas essas cartas e tudo o que for dirigido a ela pois desde já agradeço a boa vontade, e a saúde da minha mulher que só assim a pedera recoperar, assim esperando a sua resposta do senhor e desde já lhe ofereço 500$00 se o poder fazer, tambem quero pedir desculpa de algum erro na minha carta.

Ingenuamente (ou terá sido de forma malévola?), o chefe da estação dos Correios dá conhecimento a Lisboa desta missiva, após o que um alto funcionário dos CTT comunica à PIDE, em carta confidencial, o que se passa.

Depois é a própria repartição do gabinete de Silva Pais quem responde ao director dos CTT, após um despacho do seguinte teor:

«Agradeça-se o envio das fotocópias e informe-se que pela sua utilidade vão ser tomadas as medidas convenientes».

Poderá imaginar-se o que terá acontecido...

Com a sua reorganização, a partir do início das guerras coloniais, a PIDE entra numa fase, digamos, mais tecnocrática, no decorrer da qual tenta aperfeiçoar-se e aprender com as suas congéneres estrangeiras mais sofisticadas, nomeadamente com a CIA e com os serviços secretos franceses, pelo que também os informadores tomam características diferentes.

À PIDE começa a interessar, cada vez mais, a informação qualificada e, cada vez menos, o *«bufo»* de bairro ou de café.

O *«grande informador»* passa a ser então o aparelho de Estado e é ele, em conjunto, que representa a grande fonte de informações para a PIDE, com todos os seus funcionários transformados em denunciantes quer pela natureza das suas funções quer por ofício.

Um caso típico: quando se entrava para a Universidade e se preenchiam dezenas de impressos, um deles era para a PIDE; as Reitorias forneciam, consciente e automaticamente à PIDE/DGS, um dos impressos. Este tipo de *«coordenação»* representava um manancial inacreditável de informações que alimentavam o aparelho repressivo da polícia política.

Os informadores ao velho estilo, vulgarmente apelidados de *«bufos»*, continuaram a existir, dado que devido a uma sua situação específica tinham importância para a PIDE: ou porque estavam infiltrados numa organização política clandestina; ou porque pertenciam a uma organização sindical, mais ou menos permitida; ou porque moravam numa determinada localidade; ou porque conheciam determinadas pessoas consideradas *«suspeitas»* pela polícia política, etc.

Estes vários tipos de situação permitiam aos *«bufos»* oferecer à PIDE/DGS informação directa, localizada, quer ao nível local e geográfico, quer ao nível das pessoas e das organizações.

Funcionando num sistema de quase clandestinidade, eram ligações que a polícia política se esforçava por ocultar e que dentro da própria PIDE/DGS os agentes escondiam uns aos outros, porque era importante para a sua ascensão dentro da *«casa»* o controlo directo desses *«bufos»* particulares.

Considerando o seu campo de acção pode dizer-se que havia dois tipos de informadores: os de organizações políticas e os de movimentos de trabalhadores. Actuavam com regularidade e recebiam remunerações.

Quanto ao seu recrutamento, fazia-se por diversas formas. Frequentemente, eram os próprios que escreviam para a sede da PIDE ou para as delegações a oferecerem os seus préstimos. Outros surgiam aliciados pelos agentes da PIDE, que através da tortura, associada à chantagem ou à promessa de penas mais leves, conseguiam assim a colaboração futura dos detidos.

Na Escola Técnica da PIDE/DGS forneciam-se instruções precisas para o recrutamento dos agentes de informação:

Na actualidade um bom serviço de informações é de importância capital para todos os países, por esse motivo, raro é aquele que não o possui melhor ou pior e que não tente recheá-lo de numerosos agentes que possam fornecer-lhe as informações mais necessárias em todos os campos.

Os processos utilizados para recrutar estes informadores são variadíssimos mas entre eles podem ser citados, como mais usuais, a chantagem depois de um compromisso prévio; a exploração das afinidades ideológicas: o apelo aos laços de parentesco ou amigos quando se tem família ou amigos no estrangeiro; um incentivo de interesse material; e ainda a exploração de certas fraquezas como as mulheres, o jogo ou a droga.

Para se conseguir esse recrutamento é indispensável fazer-se um trabalho de aproximação ao futuro informador que leve ao contacto inicial.

Esse contacto, mascarado sempre por um contacto social aparentemente inofensivo, longe de inquietar o visado, pois não aparenta qualquer espécie de perigo, é o factor que a ser bem sucedido levará o visado a entrar gradual e inconscientemente no jogo do recrutador.

Os visados pelos recrutadores são na generalidade pessoas que em virtude das suas actividades profissionais podem chegar ao conhecimento de assuntos de importância.

Noutro documento, também da Escola Técnica, eram ensinados os métodos a utilizar na *«colheita de informações»:*

Para a colheita de informações necessita-se, como é óbvio, do elemento que a forneça quando aquelas não podem ser colhidas nos meios de divulgação geral.

Assim usam-se os métodos normalmente designados por «a frio», «por cultivação», por «intermediário» e por «coacção». Há que contar ainda com os voluntários.

A frio: a obtenção da informação a troco de qualquer oferta ou recompensa, sem preliminares.

Cultivação: método que requer uma certa preparação começando por se estudar e criar amizade com o elemento escolhido para informador.

Intermediário: obtenção da informação através de elemento distinto do informador.

Coacção: método através do qual se obriga o informador a fornecer os dados que se pretendem. Neste caso necessita-se ter provas que possam prejudicar o informador e por motivo das quais ele se sinta obrigado a colaborar.

Voluntários: informações obtidas através dos indivíduos que vêm até nós. Neste caso e para se apreciar o valor do informador e da informação, os seus graus de confiança e verosimilhança, precisa-se saber se prestam a informação por patriotismo/consciência, e porquê? Medo, e porquê? Ganância/obtenção de lucros? Traição, e porquê? Infiltração/ganhar a nossa confiança, para fazer contra-informação.

Os casos de *«oferta»* à polícia política, de facto, não faltavam. Na delegação de Coimbra, por exemplo, foram encontradas cartas de deza-

nove *«boas pessoas»* que pretendiam ser da PIDE/DGS, como informadores ou agentes.

Deolindo Pessoa Cadima, dos mais persistentes, escreveu quatro cartas manuscritas. José Agostinho, pedreiro, de Lenticais, só queria ser *«agrupado na polícia auxiliar secreta»*, enquanto que Manuel Correia Francisco Torres, de Viseu, dizia qualquer coisa lhe servir, pedindo para ser admitido como *«informador»*, se não pudesse ser como *«agente»*...

Na maioria dos casos, porém, o recrutamento era feito entre indivíduos da confiança dos próprios agentes.

Assim se tornava possível — de acordo com declarações que nos fez o major João Vargas, chefe da Secção de Análise Documental da Comissão de Extinção da PIDE/DGS — *que a distribuição de um jornal clandestino na mais remota aldeia do Alentejo, o nascimento de um movimento reivindicativo de trabalhadores, fosse onde fosse, ou, inclusivamente, uma simples conversa de café, onde transparecesse discordância com o regime, chegasse ao conhecimento dos órgãos da PIDE.*

E havia *«bufos»* de todas as maneiras: os que escutavam de porta em porta, os que recolhiam documentos nos cestos de papéis, os que se diziam amigos para trair, os que traíam por dinheiro, os que denunciavam porque eram fascistas.

Fosse como fosse, se a PIDE/DGS, por meio de chantagem, de oferecimento do próprio ou por qualquer outro meio obtinha uma colaboração, geralmente começava por pôr à prova essa colaboração: seguia os candidatos a informadores, fazia-lhes escuta telefónica, interceptava-lhes as cartas, verificava se tinham *«qualidade»* para serem verdadeiros informadores.

Confirmava, paralelamente, se as informações lhe serviam para alguma coisa. No caso de servirem, no caso dos *«bufos»* se revelarem verdadeiros informadores, a PIDE/DGS remunerava, de forma mais ou menos fixa, a prestação dessas informações.

No caso de se tratar de um informador infiltrado numa organização política clandestina, o que a PIDE fazia em *«troca»* era, geralmente, defender a *«zona do informador»*, para que este não fosse detectado. Ou seja: se a PIDE queria prender uma determinada zona da organização política clandestina, tentava não mexer na célula do *«bufo»*. Mas há casos em que também chegava a prendê-lo...

Conhecemos situações concretas em que o informador também foi preso, para não despertar suspeitas, por ser o único a ficar à solta...

Fora do seu contexto, certas denúncias poderão parecer casos isolados de mesquinhez, mas atente-se nesta situação, datada de Fevereiro de 1965, e objecto de uma nota do chefe-de-brigada Américo Coelho:

Realiza-se no próximo dia 7 de Março, pelas 12.30, na Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal, às Escadinhas do Duque, o casamento da filha do José Alves Tavares Magro, membro da direcção do Partido Comunista Português com o filho de Adolfo Ramos.

A informação provinha do *«bufo»*, com nome de código «Chaves», convidado que recebera instruções para obter fotografias do casamento e recolher informações sobre tudo o que lá se passasse.

No relatório que redigiu, enviado ao inspector Mortágua, este *«convidado muito especial»* dá ideia de como se aplicou na tarefa:

Estiveram presentes entre os convidados as seguintes pessoas: esposa do capitão Varela Gomes e os filhos, José Magro, esposa e a mãe de José Magro, o doutor Abel Neves. Estes foram os nomes que foram constantemente chamados. Victória e o marido, um sobrinho do Ex.mo ministro Correia de Oliveira, que cantou várias letras de fados de Coimbra, mas todas elas com cunho de vermelho, acompanhado em coro pelos referidos convidados e bem assim como os noivos. Estes sabiam as letras todas do que se cantou (...) Todos os presentes eram elementos que já estiveram presos e outros que são simpatizantes do Partido.

Sobre as fotografias tiraram-se várias que eu espero muito breve tê-las em meu poder, visto a casa que as tirou ser propriedade de um rapaz meu amigo e que esteve na tropa comigo.(...) Mais informo V. Ex.ª que o casamento era todo vermelho assim como todos os convidados. Peço a V. Ex.ª quando me for possível arranjar as fotografias que tirar, eu envio logo, mas quero que tudo isto seja o mais confidencial possível, porque sendo eu a pessoa que arranjou a casa para as fotografias e havendo alguma novidade, era eu a pessoa atingida.

Sempre muito preocupado com a sua *«imagem»* (e ele lá tinha as suas razões...) este informador, mais tarde identificado como Alfredo Ferreti Carvalhedo, alertava o inspector Mortágua, de quem dependia, para o facto de o elemento que o ligava ao Partido Comunista andar a ser vigiado pela PIDE e escrevia, textualmente:

Peço, mais uma vez, a V. Ex.ª o máximo cuidado para com a minha pessoa, não vá eu ser reconhecido por algum elemento dessa Polícia e todo o nosso trabalho ficar queimado.

Muitas e muitas mais histórias tenebrosas se poderiam contar relativas a informadores.

Por exemplo, o caso de um *«bufo»* que para além da sua ligação concreta à PIDE, como informador com pseudónimo, dava também conselhos à PIDE/DGS de como agir, em cartas anónimas, conselhos políticos, quer dizer, de condução política.

Não deixa de ser curioso notar que a polícia política levou algum tempo a descobrir este *«colaborador crítico»*: afinal um *«bufo»* com muito excesso de zelo...

Outros casos, de excesso de zelo, são os do *«bufo»*, oficial do Exército, que após a Revolução continuava, imperturbavelmente, a coleccionar panfletos que considerava *«subversivos»*, ou o do responsável pela segurança da companhia petrolífera «Sacor», que chegou a fazer denúncias sobre manifestações dos trabalhadores daquela empresa,

após o 25 de Abril, juntando os respectivos comunicados dos trabalhadores.

Mas, máximo dos máximos, foi o caso daquele outro *«bufo»* que se apresentou na ex-sede da polícia política, quatro meses após a Revolução, portanto já em Agosto de 1974, a pedir que lhe pagassem os «vencimentos» em atraso e a oferecer os seus serviços, para o que fosse preciso...

É também exemplar o caso de um *«bufo»*, apontado por Baptista-Bastos, numa sua reportagem:

Um informador da PIDE, que trabalhava na CUF do Barreiro, denunciou durante dez anos amigos de infância, vizinhos, os próprios padrinhos do filho. Organizava festas, pelos aniversários familiares, a fim de os convidados, depois de bebidos, falarem abertamente. Menos de vinte e quatro horas depois redigia relatórios, e, para conferir à infâmia um tom mais realista, fazia descrições da própria mulher.

A mensalidade de um informador oscilava entre 400$00 e 4500$00, o que dependia do valor dos relatórios e da importância do meio frequentado pelo *«bufo»*.

Sabe-se hoje que muitos agentes da PIDE/DGS fingiam ter contactos e guardavam para si o dinheiro que normalmente deveria ser atribuído ao pretenso delator.

Durante alguns meses, após o 25 de Abril, os responsáveis pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LP foram dando conhecimento público do desmantelar destas duas organizações, através de conferências de imprensa, entrevistas, e comunicados que os jornais, a rádio e até a televisão, divulgaram com frequência.

Neste *«período aberto»* da Comissão de Extinção foi possível saber quem eram alguns dos *«bufos»* e quanto ganhavam, à medida que se descobria a sua identidade, através da análise documental dos relatórios enviados à polícia política e e por ela arquivados.

Trabalho difícil, dado que no decorrer das trinta e três horas que a PIDE/DGS levou a render-se, os seus agentes, barricados na António Maria Cardoso e um pouco por todo o país, queimaram os ficheiros em que se estabelecia a relação entre as verdadeiras identidades dos «*bufos*» e os pseudónimos.

Destruídos os «*ficheiros-chave*», a Comissão de Extinção passou a socorrer-se da única forma possível de identificar os informadores: através dos seus relatórios; pelos recibos (poucos) das verbas que lhes tinham sido atribuídas; ou pelas próprias confissões (as mais das vezes espontâneas) dos agentes e outros informadores detidos.

Soube-se assim que Lucinda Lima Oliveira Pinto Balhau, de 31 anos, doméstica, residente na Rua Dr. Daniel de Matos, 35, r/c., Esq.º, em Coimbra, usava o pseudónimo de «Catarina» e desenvolveu a sua actividade de Julho de 1972 a Janeiro de 1974, informando a PIDE/DGS fundamentalmente sobre as actividades políticas do marido e daqueles com quem mais de perto trabalhava, com especial incidência no que diz respeito à Editora Centelha, com sede em Coimbra. Teria recebido, a título de gratificação por serviços prestados, a quantia de 1000$00 em duas prestações iguais.

José Manuel Pires, casado, 50 anos, residente na Rua do Trevo, 52, no Porto, contínuo do Liceu António Nobre, usava o pseudónimo de «Nobre» e recebia importâncias de 300$00. Além do envio de panfletos encontrados no liceu e de informações sobre a vida naquele estabelecimento de ensino denunciou uma professora e uma aluna, que foi chamada a apresentar declarações na PIDE/DGS, e a outra aluna tirou-lhe da pasta, «*muito agilmente*», um caderno que entregou a um agente.

António Sousa, residente na Rua Luís de Camões, 112, 2.º, Dt.º, em Lisboa, assinando «A. Sousa», prestava à PIDE/DGS informações sobre o pessoal da «Carris».

Zélia Gomes do Rosário, de 55 anos, natural de Torres Vedras, onde residia, no Largo do Terreirinho, 27, dava amplas informações à polícia política sobre o meio local, usando o pseudónimo de «Luís Perdigão» e recebendo 400$00 por mês.

António Antunes Vieira de Castro, de 40 anos, casado, natural de São Miguel do Monte, Fafe, e residente na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, naquela vila, foi comandante-de-lança da Legião Portuguesa e era professor do ensino liceal tendo denunciado inúmeras pessoas, entre elas dois cunhados.

Manuel Duarte Riscado, ex-militante do Partido Comunista Português, de 50 anos, torneiro mecânico da Secil (Setúbal), em cujo bairro residia, forneceu pormenorizadas descrições das reuniões da célula a que pertencia, indicando entre outros factos o nome dos que nelas participavam, bem como o teor das intervenções de cada um. Usava o pseudónimo de «França».

Alberto Barreiros Aranha, de 59 anos, natural de Arcos de Valdevez e residente naquela vila, foi presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez de 1953 a 1958, tendo desempenhado funções de vice-presidente nos quatro anos anteriores. Denunciou à PIDE/DGS um seu conterrâneo, tendo reconhecido, em determinada altura, ter agido por motivos de inimizade pessoal e familiar.

Outro *«bufo»*, Manuel Pinto de Oliveira, de 61 anos, natural de São Pedro da Cova, Gondomar, foi presidente do Sindicato dos Mineiros de São Pedro da Cova, de 1944 a 1970, e durante este período manteve estreita colaboração com a polícia política, prestando informações e denunciando os trabalhadores que considerava desafectos ao regime fascista.

Um industrial de Peniche, Carlos Alberto Correia dos Santos, era informador, com o pseudónimo de «Pedro Fernandes» e recebia 350$00 mensais pela sua actividade.

António José Martins, reformado da CP, utilizando o pseudónimo de «Miramar», denunciou durante dez anos colegas de trabalho, vizinhos e clientes do café que frequentava, ao preço de 200$00 mensais

Um primeiro sargento, na reserva, Júlio Pereira Anes, foi informador de 1963 a 1965, recebendo 1000$00 mensais e assinando recibos sob os pseudónimos de «Caeiro» e «Manuel Caeiro».

«Bufos» foram um motorista de praça, com o pseudónimo de «Serrano», mas de seu nome próprio Aníbal Antunes Cortes; e o «Adriano», vulgo Manuel das Dores Júnior, que ocupava um lugar de destaque na rede de informadores da zona de Setúbal (recebia 2000$00 mensais) e era controlado pelo próprio Barbieri Cardoso.

Acrescente-se o «Xavier», que durante cerca de nove meses, entre 1964 e 1965, a troco de 600$00 mensais, prestou à PIDE informações sobre as actividades de natureza política de certas pessoas, denunciando alguns funcionários do Rádio Clube Português, onde era escriturário.

Este «Xavier» — Manuel Jordão Matos Valadas — foi julgado e condenado a uma pena irrisória, tendo a defesa argumentado que o réu era um doente depressivo-ansioso e que ao fim dos nove meses de trabalho a polícia política até o dispensara.

Sustentou o advogado:

«Foi um mau informador; nem a PIDE o quis».

E rematou:

«Ao fim e ao cabo este homem causou prejuízos à PIDE.»

Refira-se também o caso de Morais de Carvalho, um jornalista-*«bufo»* que sob o pseudónimo de «Repórter X» informava directamente Silva Pais.

A sua ligação com a polícia política foi descoberta através da análise documental aos papéis do director da PIDE/DGS, pouco antes de Outubro de 1976, data em que foram chamados à Comissão de Extinção os jornalistas referenciados nos relatórios do «Repórter X».

Aos convocados era pedido que depusessem no sentido de esclarecer se alguma vez tinham sido prejudicados pela acção pidesca daquele, durante tantos anos, redactor de *A Voz*, um jornal afecto ao Governo.

Só que, entretanto, Morais de Carvalho morrera, e a Comissão de Extinção estava a trabalhar para nada...

Jacinto Baptista, então director do *Diário Popular*, foi um dos jornalistas chamados à Comissão de Extinção para depor no *«processo*

de responsabilização do "Repórter X"», o que não chegou a fazer, por ter sido ele próprio a revelar ao oficial inquiridor o óbito do jornalista-denunciante.

Este curioso episódio foi aproveitado pelo meu querido camarada Jacinto Baptista para uma crónica de jornal:

Um cidadão desce das nuvens para aterrar na realidade (neste caso bem sórdida), quando, notificado para comparecer na Rua António Maria Cradoso, 20, a fim de prestar declarações, «sob as penas da lei se faltar», vem a saber, dez anos depois, que o denunciou à PIDE um colega de «profissão» a quem apertava inocentemente a mão sem imaginar que apertava a mão a um miserável. Este denunciante dizia-se jornalista. Abusivamente se dizia, porque na nossa profissão, apesar da mal conhecida mas mais do que provável existência destes peçonhentos indivíduos (quantos, afinal?) é, tirando as excepções, uma profissão honrada, exercida por mulheres e homens honrados.

Não assinando os relatórios com o seu próprio nome (mas com um pseudónimo) os informadores estavam distribuídos por zona geográfica ou campo de trabalho. Desconheciam-se entre si — como já se disse — e dependiam de inspectores ou chefes-de-brigada que também guardavam segredo relativamente à identidade dos componentes de cada uma das suas redes.

Porém, todos eles se encontravam funcionalmente inseridos no esquema dos Serviços de Informação, de que era director Pereira de Carvalho, tendo como inspectores-ajuntos Sílvio Mortágua (Continente), Abílio Pires (Estrangeiro e Guiné) e Óscar Cardoso (Angola e Moçambique).

Mas, em verdade, como é que surgia um informador?

No dia 28 de Junho de 1973, apresentou-se na Direcção-Geral de Segurança um estudante que manifestou o desejo de falar com o inspector de serviço, a fim de fazer uma denúncia.

Recebido por um chefe-de-brigada contou que fora aliciado, quatro meses antes, para os CLAC (Comités de Luta Anticolonial) e estava igualmente ligado à UECML (União dos Estudantes Comunistas Marxistas-Leninistas) tendo pertencido, anteriormente, aos quadros do MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa). No âmbito da sua actividade partidária distribuía propaganda, tinha contactos e pertencia ao secretariado duma célula da UECML.

A partir desta ligação com a DGS o *«nosso»* estudante passou a enviar com regularidade ao inspector Mortágua relatórios sobre a situação e actividade da UECML e de outras organizações do meio estudantil, utilizando nos contactos com a PIDE/DGS o pseudónimo de «Isidoro» e no trabalho partidário a designação de «Lobato». Chamava-se este duplo, triplo personagem, Manuel Bárcia Pereira Baptista.

Aceite como informador efectivo, em Setembro desse ano, após terem sido averiguados os seus antecedentes, o Bárcia passou a receber 750$00 por cada denúncia, em notas de 100$00 e 50$00. Em certos casos, porém, a quantia era mais elevada.

No último relatório que apresentou o «Isidoro» escrevia, precisamente, sobre o assunto das remunerações:

Peço-lhe que trate de organizar maneira de eu ficar com um depósito de dinheiro porque senão vai-se gastando e não me serve para nada.

O inspector Mortágua, porém, já não teve tempo de tratar do caso. Com data de 20 de Abril de 1974, este relatório chegou-lhe às mãos dois dias antes do 25 de Abril...

Nas aulas dos futuros agentes da PIDE/DGS, o professor de «Noções de Direito», José João Baptista, ensinava o *«bê-à-bá»* das instruções a prestar ao corpo de *«bufos»*. Em relação ao conteúdo da denúncia explicava:

Em primeiro lugar, deve conter uma exposição precisa dos factos e circunstâncias que interessem ao processo criminal. Em segundo, deve conter a indicação do autor da infracção ou autores e cúmplices, com os seus sinais característicos ou qualquer elemento que concorra para a sua identificação. Em terceiro lugar, a identificação do ofendido, se for conhecida. E em quarto lugar, o nome e a residência das testemunhas.

A denúncia ou notícia do crime definia:

Como sendo aquela informação que se dá às autoridades competentes, suficiente para, com base nela, se poder basear a suspeita de um facto criminoso.

Salientava o professor Baptista:

Com efeito o processo criminal começa com uma simples suspeita.

Segundo os canhenhos da PIDE/DGS existiam dois tipos de denúncia: a obrigatória e a facultativa.

A denúncia é obrigatória: 1.º — para as autoridades policiais quanto a todos os crimes de que tenham conhecimento; 2.º — para os funcionários públicos quanto aos crimes de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas.

E o manual prosseguia: *a denúncia facultativa é a que compete, de uma maneira geral, a qualquer cidadão, isto é, qualquer pessoa pode, embora não seja obrigada, denunciar qualquer crime às autoridades.*

Era este último tipo de denúncia que, explicavam, competia aos informadores.

Com os *«bufos»* a PIDE/DGS despendia, anualmente, milhares de contos. Só em 1973, por exemplo, sob a rubrica de *«gastos confidenciais e reservados»*, a polícia política gastou 14 000 000$00 *«A Bem da Nação»*.

Segundo Fernando Oneto (um civil, ex-preso político regressado do exílio, que em 29 de Abril se ofereceu para trabalhar com as forças de Marinha ocupando o Forte de Caxias e que, mais tarde, passou a integrar a Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LP), *«considerando que o aparelho do Estado fascista, montado e afinado ao longo*

de quase meio século, era controlado de forma absoluta pela PIDE, e tendo em linha de conta que a ela competia, mais do que a acção policial directa, a coordenação de uma vastíssima actividade policial, exercida a todos os níveis do aparelho político, administrativo e militar, concluímos que foram informadores objectivos da PIDE os comandos dos diversos escalões da PSP, GNR, Guarda Fiscal, da Polícia Marítima e da Legião Portuguesa; os directores e subdirectores da Polícia Judiciária; os dirigentes da União Nacional, da Acção Nacional Popular, da Mocidade Portuguesa, da Liga dos Antigos Graduados, da Cruz Vermelha Portuguesa e do Movimento Nacional Feminino; os presidentes das Juntas de Freguesia, das Câmaras Municipais e das Juntas da Província; os governadores civis e administradores dos Distritos Autónomos; os chefes das missões diplomáticas e consulares dos países onde a colónia portuguesa é numerosa, etc., etc.».

Que as missões diplomáticas e consulares eram «*informadores objectivos da PIDE/DGS*», por intermédio da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, prova-o o exemplo que se segue:

«Lisboa, 7 de Fevereiro de 1970

Ex.mo Senhor Director-Geral de Segurança

Tenho a honra de enviar a V. Ex.ª, para os fins havidos por convenientes, um apontamento elaborado na Embaixada de Portugal em Roma de uma conversa havida com o senhor Peter Chiuvezdjeliev.

APONTAMENTO

A seu pedido, recebi na Embaixada o Senhor Peter Chiuvezdjeliev de nacionalidade romena, que manifestara desejo de trocar comigo impressões sobre «algunas questões de natureza política».

Disse ser refugiado do regime comunista no seu país e membro dum grupo de seus concidadãos residentes em Itália que se organizaram com o fim de derrubar a «ditadura comunista na Roménia».

Os dirigentes do referido grupo pensavam que valesse a pena manterem contactos com as autoridades dos países que mais vincadamente se manifestassem contra a expansão política soviética e nesse sentido já estavam relacionados com as autoridades gregas que, segundo afirmou, haviam acolhido bem a sua oferta de colaboração.

Esta, prosseguiu, consistiria fundamentalmente em pôr ao serviço daqueles países a táctica que tencionam usar: liquidar os elementos desafectos aos governos dos países que aceitam os seus serviços.

Neste ponto, atalhei a conversa do meu interlocutor e disse-lhe que tais meios estavam inteiramente fora dos nossos princípios de actuação política ou policial, pelo que não podíamos aceitar a colaboração de seu grupo.

Retorquiu que talvez nos pudessem ser úteis de qualquer outra forma; e disse-me que ainda recentemente fornecera ao nosso Encarregado de Negócios em Viena uma lista dos cidadãos portugueses filiados no Partido Comunista que residem na Roménia.

Expliquei-lhe as dificuldades da Embaixada em tratar de assuntos desta natureza mas pedi-lhe que me deixasse o seu nome e endereço (Via Sicilia 50, telefone 473593).

Roma, 13 de Janeiro de 1970.

Num livro editado após o 25 de Abril, Fernando Luso Soares refere que «*nos primeiros tempos do regime, e de Salazar, o grande objectivo da PIDE fora o Partido Comunista. A partir especialmente dos anos 60, a PIDE/DGS passou a inflectir os seus efeitos operacionais para a vida escolar e universitária.*

E noutro passo: «*Ser "bufo" não foi uma "qualidade" (?) inerente a uma "inferior" extracção social. Havia o bufo de alta posição, o denunciante por interesse de classe e de posição económica. Sem espanto, veio o povo a saber, pela imprensa posterior a 25 de Abril, que eram detidos — por serem colaboradores da PIDE/DGS — o Dr. Bernardo Mesquitela, que foi governador civil de Santarém, o Dr. Antó-*

nio Alves Videira, médico em Torres Novas e presidente do município local, o Dr. Júlio Dias das Neves, antigo deputado e director da Escola Industrial e Comercial de Tomar, o Dr. Pedro Cabrita, advogado, que tinha a remuneração mensal de 10 000$00 (certamente a título de "avença" para denúncia profissionalizada feita por pessoa legalmente sujeita a segredo profissional), e tantos outros e outras cuja enumeração é inútil. O que revela é acentuar de novo a degradação moral e social que a PIDE/DGS promovia. A todos os níveis, aliás».

A remuneração da PIDE/DGS aos seus informadores revestia-se, por vezes, de outras formas que não o pagamento em dinheiro.

Autorizar um passaporte, dar facilidades na fronteira, não pôr obstáculos à entrada num emprego, anular multas de trânsito, eram formas subtis de pagar (e de fomentar) denúncias.

Este último procedimento verificava-se, aliás, em relação a muitos motoristas de táxi, sobretudo de Lisboa e do Porto, que *«vendiam»* informações à PIDE/DGS em troca deste favor.

Identificando-se como familiar de um *«bufo»*, à data preso, recebemos em Julho de 1975, cópia de uma carta que Francisco Ismael d'Almeida endereçou ao general Carlos Fabião, chefe do Estado-Maior do Exército.

(...) posso garantir a V. Ex.ª, o que é fácil de comprovar e é lógico, que o ódio profundo pela PIDE da maior parte dos chamados ex--informadores e colaboradores é muito maior, e sempre foi, do que o de qualquer outro indivíduo, o que se nota inclusivamente na própria cadeia, onde devem estar o mais afastados possível. De resto, bastará dizer-se que a maior parte dos acusados de colaboradores da PIDE a isso foram vergonhosamente forçados, quer por coacção em variadíssimos aspectos (sobretudo os familiares), quer por tramas e enredos, quer ainda destruindo-lhes propositadamente a possibilidade de ganhar o pão de cada dia para os ter nas mãos. Como é ainda sabido que raramente recebiam o dinheiro que se diz, ou nem mesmo rece-

biam, pois assinavam recibos dos quais muitas vezes se apossavam, no todo ou em parte, os próprios inspectores ou agentes da PIDE.

É esta uma curiosa versão do *«informador desgraçadinho»*. Embora se considere pouco ou nada aceitável, não é de rejeitar, pontualmente.

Na verdade, como já se referiu, casos houve em que a PIDE negociou com os informadores através da chantagem, exerceu coacções, obrigou a dignidade do cidadão a demitir-se.

Mas também havia as outras situações, repete-se, aqueles casos de *«excesso de zelo»*, como o do motorista dos quadros da DGS, António Teixeira de Carvalho que, em 1972, fazia esta *«inocente»* denúncia:

Para os fins que forem tidos como convenientes, tenho a honra de informar V. Ex.ª do seguinte: Chegou ao meu conhecimento que na Rua Angelina Vidal existe uma cervejaria que fica junto à Graça e à última daquela artéria, cujo dono consta ter estado na Rússia e possuir um aparelho de comunicação dos mais modernos.

A mesma fonte informadora disse que, sempre que se dá qualquer acto de sabotagem, o referido indivíduo desloca-se ao local com fins que desconheço. Há relativamente pouco tempo, a cervejaria foi assaltada e furtaram-lhe 15 000$00 e alguns filmes. O referido indivíduo apresentou queixa na Polícia Judiciária, omitindo os filmes, e anda preocupado com a ideia de que venham a descobrir também aqueles.

A cervejaria é muito frequentada por soldados, o que ele aproveita para saber deles o mais possível, supondo-se mesmo que grave certas conversas.

Caxias, 26 de Agosto de 1972
O agente motorista n.º 809 2258,
António Teixeira de Carvalho

A distribuição geográfica dos agentes da PIDE/DGS e dos informadores não era, felizmente, homogénea em todo o país. Isto não obs-

tante a polícia política dispor, espalhados pela capital e na província, de trinta e nove edifícios, pertencentes ao Estado, e de sessenta, arrendados a particulares.

As principais atenções da PIDE/DGS dirigiam-se, sobretudo, para os grandes centros urbanos de Lisboa, do Porto e de Coimbra, e para as zonas tradicionalmente antifascistas de Beja, de Évora e de Setúbal/Barreiro.

Beja, por exemplo, foi um distrito onde a PIDE tudo fez para estar alerta de modo a reprimir a tempo os camponeses alentejanos. No final da década de 50 *«pontificava»* na cidade de Beja o célebre inspector Baptista da Silva, o qual conseguia controlar daquela cidade não só todo o distrito como algumas zonas do próprio Algarve.

Ao que consta, foi Baptista da Silva que conseguiu aliciar um tal «Joaquim», que *«bufava»* toda a zona de Aljustrel, e ficou conhecido nos anais da PIDE como um dos *«melhores»* informadores de sempre.

Ainda a sul do Tejo, Setúbal era, sem dúvida, um distrito *«favorito»*.

Por ali passou, entre outros, o inspector Canto e Silva, que coordenou a informação de localidades rurais de forte implantação antifascista e até comunista, como Alcácer do Sal, Grândola e Santiago de Cacém.

Há quem admita que Canto e Silva foi, dentro da PIDE, o melhor especialista de *«informação colocada»* depois do temível José Gonçalves.

Na própria comissão distrital de Setúbal da CDE conseguiu Canto e Silva posicionar três informadores. António Reis, por quem nutro uma confessada admiração, hoje deputado do Partido Socialista e antigo membro da CDE, tinha junto de si um informador, o célebre «Ameixa», também controlado por Canto e Silva.

A norte do Tejo, a velha cidade de Coimbra era o *«poiso»* de Armindo Ferreira da Silva, depois de ali também terem *«servido»*, durante algum tempo, Baptista da Silva e o próprio Sachetti.

À data de 25 de Abril, no gabinete de Ferreira da Silva, um simples interruptor de campainha, na parede, encobria um pequeno mas

potente microfone, que captava todas as conversas havidas no gabinete e também na sala de espera que lhe era contígua, onde o microfone era dissimulado por uma ficha fêmea, como qualquer tomada de corrente.

Em Coimbra, no edifício que a PIDE/DGS ocupava na Rua Antero de Quental, havia quatro celas prisionais, para além de salas de trabalho administrativo onde se arquivavam os milhares de documentos relativos aos cidadãos da zona centro do País.

Quanto ao distrito de Castelo Branco, era controlado pela Guarda à excepção da Covilhã, que *«pertencia»* também a Coimbra.

O Porto coordenava toda a zona industrial Norte, desde S. João da Madeira a Braga e a Guimarães.

Santarém tomava conta das zonas de Alpiarça, do Entroncamento, e da Azambuja.

Era destes e dos outros postos regionais que a PIDE/DGS controlava as diversas redes de informadores espalhadas pelo País.

Infiltrada em tudo quanto era sítio, a polícia política não poupava as outras polícias que com ela colaboravam...

De facto a PIDE/DGS mantinha diversos informadores no seio da PSP e da GNR. Até a própria Legião Portuguesa não escapava às *«suspeitas pidescas»*: na 2.ª Repartição do Quartel-General da LP (Informações) dispunha a polícia política de um *«bufo»*, António Antunes de Almeida, cujo pseudónimo era o *«Penha de França»*.

Mas já que falámos na PSP, refira-se que esta corporação militarizada fornecia diariamente à polícia política os seus «Relatórios Imediatos», emanados dos gabinetes de Estudos e Planeamento. Nestes documentos dava-se conta, por exemplo, entre outro tipo de informações, da quantidade de panfletos subversivos recolhidos em determinado lugar, do dia e hora da sua distribuição e, inclusive, do texto que publicavam.

O cuidado dos diversos comandos distritais e, por maioria de razão, do Comando-Geral era tanto que o facto de ser encontrado um único panfleto, por qualquer polícia de giro, justificava uma informação à DGS.

O sistema de colaboração da Guarda Nacional Republicana com a polícia política, a avaliar pelo atraso com que as informações chegavam à PIDE/DGS, era muito menos eficiente do que o da PSP.

Os factos «*suspeitos*» detectados pelos diversos postos eram comunicados, de uma forma centralizada, ao Comando-Geral, em Lisboa, e só daqui seguiam para a PIDE.

Só assim foi possível que uma mensagem que relatava terem aparecido «*alguns panfletos*» na Rua Gil Vicente, em Viana do Castelo, no dia 29 de Março de 1974, apenas tenha dado entrada na DGS em 10 de Abril.

Porém, os impressos do Serviço de Informação da GNR eram muito mais minuciosos do que os da PSP. Neles havia espaço reservado onde deviam ser referidos a «*entidade informadora, lugar, freguesia, concelho, dia e hora em que as informações foram recolhidas, origem ou órgão, difusão pela entidade informadora, grau de urgência, modalidades de confirmação (viva voz, telefone ou rádio) e classificação dos assuntos para a DGS: «Ordem Pública — Propaganda»*.

Para se avaliar da importância das informações prestadas pela GNR à polícia política transcrevemos dois exemplos.

No primeiro caso trata-se de uma nota da 4.ª Repartição, assinada pelo próprio comandante-geral; o segundo é uma pormenorizada informação do Posto de Sacavém:

Assunto: Conflitos Sociais

Informo V. Ex.ª que os operários da Secção de Produção da Cidla (enchimento de garrafas) não têm comparecido aos serviços extraordinários para os quais têm sido nomeados. Por esse motivo foram despedidos 3 que haviam faltado voluntariamente, a um serão, sem razões aceitáveis, o que determinou que os colegas de trabalho, no dia seguinte, como protesto e em manifestação de solidariedade, somente começassem a trabalhar 40 minutos após o horário.

É parecer da gerência que existe um comando exterior que orienta os operários do referido sector, no sentido de baixarem a sua produção e de paralizarem o trabalho, num futuro próximo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os meus cordiais cumprimentos.

A Bem da Nação
O Comandante Geral

O outro exemplo:

Posto de Sacavém da GNR
29 de Maio de 1970

Assunto: Aumento de salários de operários fabris.

Informo V. Ex.as que pelas 09H50 de hoje foi dado conhecimento neste posto, por António Magalhães, casado, industrial, nascido a 1 de Outubro de 1929, filho de Alexandre Magalhães e de Lucinda Maria Peneda, natural de Rio Maior e residente na Rua Heróis dos Dembos, 131, 3.º Esq. em Lisboa, na qualidade de representante da firma Taga-Fábrica de Aparelhagem a Vapor, Ld.ª, com sede na Quinta de St.ª. Filomena, pavilhão n.º 5, em Camarate, concelho de Loures, por o operário António Nunes, casado, montador afinador de máquinas, nascido a 14/02/1929, filho de António Nunes e de Júlia Maria Fiandeiro, natural de St.ª. Bárbara, Tortosendo e residente na Courela do Borba, Lote 12-1.º Esq. em Sacavém, ter influenciado o operário Américo Ferreira Mendes, casado, nascido a 11/05/1928, soldador, filho de Luís António Mendes e de Josefina da Alegria Pereira Mendes, natural da freguesia da Sé, Vila do Conde e residente na Quinta das Rosas, Rua C – Cave Esq. em Camarate, (Loures), ambos

a trabalhar por conta da referida firma, em data que não pode precisar, para este incitar os 25 operários, em serviço da mesma firma, a formarem grupo, e pedirem aumento de salários.

Em face de tal incitação, resultou que no dia 26 do corrente mês, se reuniram 23 dos citados operários e formando grupo, se dirigiram ao aludido representante da dita firma pedindo a esta o aumento de salário, o que lhe foi concedido, não tendo sido indicada qualquer anormalidade, pelo que levo os factos ao conhecimento de V. Ex.ª, para os fins que tiver por convenientes.

Foram indicados como testemunhas: Asdrúbal Silva, casado, operário, de 35 anos, residente na Quinta de St.ª Filomena, Pavilhão n.º 7 — Camarate, Loures; Nuno Matos Rosa, solteiro, de 23 anos, operário, residente no Bairro de Aljezur, n.º 16 R/C — Camarate, Loures; e Victor Nunes do Carmo, casado, operário, 39 anos, residente na Quinta da Chã, estrada de Camarate, em Loures.

A Bem da Nação
O Comandante do Posto

Não obstante a vigilância a que éramos submetidos, o certo é que em Setembro de 1962, em Circular aos Serviços, classificada como «*Secreta*», o director da PIDE ao mesmo tempo que ordenava «*tocar a reunir*» admitia um facto até aí impensável: de que o povo já não tinha tanto medo da polícia política como seria de desejar.

Trata-se de um texto bem significativo:

1) Os serviços desta Polícia funcionando fora de Lisboa procurarão conhecer nas respectivas áreas as intenções dos elementos suspeitos, para Outubro, em especial, e de resto nos próximos meses. A informação deve ser melhorada em extensão e em profundidade e em nível. Os chefes das delegações, subdelegações e postos logo que foram convocados à sede devem estar habilitados a informar-me da rede de informação que possuem e a propor medidas para a sua melhoria.

2) Devem ser referenciados sempre os orientadores ou dirigentes de todos os grupos nas áreas respectivas, bem como as reuniões que se efectuam com fins políticos, sociais, etc.

3) Manter a Sede permanentemente e convenientemente informada de todas as actividades locais e regionais que convenha conhecer, ambiente político, militar, económico e social e todas as ocorrências anormais.

4) Propor, sem demora, as medidas que se impuserem para neutralizar qualquer acção subversiva ou adoptá-las sem hesitação em caso de emergência, de modo a evitar o cometimento de delitos que a esta Polícia cumpre reprimir.

5) Cuidar de que é necessário fazer renascer nos indivíduos mais irreverentes, nos críticos ou maldosos, nos boateiros, em todos aqueles que professam ideologia política contrária e dissolvente, o respeito, digamos, certo temor, que há anos sentiam quanto a esta Polícia e que lamentavelmente se foi esbatendo.

O certo é que nem emigrando nos víamos livres da polícia secreta do fascismo português. Os «*bufos*» também se espalhavam pelos vários países para onde sangrava a emigração, e a sua actividade era fundamental, como nos garantiu o major João Vargas, chefe da secção de Análise Documental da Comissão de Extinção da PIDE/DGS:

Alguns deles eram muito bem pagos e desenvolviam intensíssima actividade, com certeza para garantirem o direito às boas remunerações que auferiam. Chegavam, inclusive, ao ponto de exercerem chantagem sobre os emigrantes, invocando a possibilidade de represálias sobre as famílias, em Portugal, ou o contrário, pressionar as famílias a tomar determinadas atitudes, pois caso não o fizessem seriam exercidas represálias sobre o familiar emigrado.

Por seu turno, o dr. Alfredo Caldeira, também da Comissão de Extinção, salientou-nos que a partir do início da guerra colonial a

PIDE/DGS passou a efectuar acções de terrorismo, sabotagem e subversão na maior parte dos países africanos, *«organizando e alimentando redes de espionagem naqueles que, mais directamente, por posição geográfica ou política, rodeavam as colónias. A partir destas actividades da PIDE acrescenta-se um novo capítulo aos informadores; é que se trata já de verdadeiros espiões, a quem se oferecem, naturalmente, vencimentos muito mais elevados do que aos "bufos" de trazer por casa...»*

O frenesim da PIDE em organizar relatórios, em espiar tudo e todos, vasculhando aqui, escutando acolá, era de tal jaez que os próprios funcionários da sinistra organização desconfiavam uns dos outros e vigiavam-se mutuamente.

Quis o destino pregar uma partida a Silva Pais quando a filha se envolveu passionalmente com um cubano, do círculo próximo de Fidel Castro. Pai e filha encontravam-se no estrangeiro, dado que a entrada desta em Portugal esteve vedada até ao 25 de Abril. Apenas a mãe a visitou em Cuba, onde Ana Silva Pais morreu e se encontra sepultada.

O certo é que por esta ou por outras razões também Silva Pais estava sujeito a vigilância, que lhe era feita por Barbieri Cardoso, o n.º 2 da PIDE (em muitos casos o verdadeiro n.º 1), desde sempre considerado o homem de confiança de Salazar na organização.

Porém, no seu cofre particular, o director da PIDE/DGS, Silva Pais, guardava um *dossier*, com largas e pormenorizadas informações acerca dos seus subordinados, em que diferentes agentes e inspectores eram acusados, uns pelos outros, de idiotas, corruptos, tarados sexuais, chulos e masoquistas.

Num destes *«edificantes»* documentos, lia-se sobre o inspector do Conselho Administrativo:

O subdirector Clara é tão analfabeto que nem sequer consegue escrever um relatório.

Óscar Cardoso

Na União Soviética era costume dar aos espiões o estatuto de heróis quando informavam a favor do regime. No caso contrário eram considerados traidores e fuzilados ou, se tivessem sorte, trocados por «heróis» soviéticos detidos noutros países por crime de espionagem.

O famoso Sorge, de origem alemã e que durante a última Grande Guerra informava a URSS dos movimentos e intenções japonesas e alemãs, foi declarado Herói Soviético nacional.

Imprimiram-se selos com a sua efígie, na Rússia, para comemorar o facto.

Álvaro Cunhal, de origem portuguesa, foi galardoado com o título de «Herói Soviético», considerado na Rússia e consagrado com a oferta da bandeira do «Glorioso» Comité Central do Partido Comunista da União Soviética. O estandarte foi-lhe publicamente oferecido, em Lisboa, por Boris Ponomariov, em 11 de Novembro de 1976, por ocasião da abertura do VIII Congresso do PCP.

No Portugal da altura, já livre e democrático, «todos» acharam muito bem; a comunicação social não se insurgiu. No entanto, o PCP de que o Sr. Álvaro era secretário-geral está por detrás do acto de pirataria criminoso que levou ao desaparecimento de vinte e três tripulantes do navio *Angoche*. O navio era português; os tripulantes, pretos e brancos, eram portugueses.

O PCP através dos seus informadores ou «bufos» como diz o Nuno Vasco, soube que o navio ia carregado com material de guerra para a Força Aérea portuguesa, no norte de Moçambique, em Abril de 1971.

O PCP tinha os seus informadores dentro das nossas Força Armadas e ainda tem. É actualmente o único serviço de informações que funciona com um certo profissionalismo em Portugal.

O processo secreto do navio *Angoche*, desapareceu. Talvez tenha ido parar à KGB. Lembro-me de o ter folheado e lido. Através dos nossos informadores na Tanzânia, tudo indiciava que o acto tinha sido perpetrado pela ARA (Braço armado do PCP) de conivência com a Marinha Soviética e com a colaboração de um senhor que hoje é almirante da Marinha de Guerra portuguesa.

O destino dos tripulantes não parece preocupar os actuais governantes. Eram marinheiros portugueses apenas, e foram sacrificados em nome da democracia.

Todavia este e outros processos do Arquivo da PIDE foram do conhecimento do notável «lutador antifascista» Fernando Oneto.

Oneto, além de lutador, era também um homem prático e com elevado sentido comercial. Tentou jogar e obter benesses através dos conhecimentos que os arquivos lhe proporcionaram. Por isso foi liquidado.

Quando a PIDE foi criada, já há muito que Portugal se batia numa guerra que lhe fora imposta pela União Soviética e outras potências coloniais.

A informação é essencial para a sobrevivência de qualquer estado, país ou nação.

Sem informadores não há informação.

Em todos os países há organizações semelhantes à PIDE/DGS, de uma maneira mais aberta ou mais velada. De todas as organizações de informação ou de *intelligencia* que conheci e com quem trabalhei foi a PIDE/DGS a mais branda, ou não fosse Portugal um país de costumes suaves.

A PIDE com os seus quinze mil «bufos», como diz o meu amigo Nuno, foi uma polícia do seu tempo, absolutamente adequada às neces-

sidades da época. Hoje, nas actuais circunstâncias, seria demasiado branda e além do mais, talvez já nada haja a salvar.

Foi preciso destruir Portugal e essa missão foi cumprida pelos comunistas, a preceito.

Nós, PIDE e Forças Armadas tínhamos os nossos informadores e colaboradores. Só que em Portugal, hoje, é feio lutar-se pelo seu país. A ideia de Pátria foi substituída pelo conceito Liberdade que se confunde com Libertinagem.

Aqueles que lutaram pela pátria portuguesa com armas ou com informação, muitas vezes correndo enormes riscos, fizeram-no por «doentia devoção ao regime totalitário».

O que dava foros de heroicidade na URSS e nos outros países que cobiçavam os nossos valores e a nossa posição estratégica é considerado criminoso em Portugal.

Tudo o que se escreve na parte esquerda deste capítulo não é mais do que o que se faz em todas as polícias do mundo. Não é mais do que aquilo que diariamente vemos nos filmes com que a TV nos injecta, com os adicionais temperos de sexo, pornografia e violência, tão do agrado de certo tipo de espectadores.

A PIDE teve informadores e colaboradores a quem pagava e outros que nunca quiseram aceitar qualquer importância ou benefício.

Muitos colaboravam connosco por patriotismo. Daqueles que aceitavam remuneração havia os que pensavam tirar lucro da situação e aqueles que, uma vez implantados num meio hostil, tinham que incorrer em certas despesas que ultrapassavam as suas posses.

Em todas as organizações de informação existe o flagelo da denúncia. Há o indivíduo que sofre da doença da «policite» e que vê «bruxas» em toda a parte. Como tem tempo, escreve cartas que dirige ao órgão de segurança.

Em informação tudo é de considerar, mesmo o mais íntimo pormenor. O que hoje parece não ter interesse, amanhã pode ajudar a esclarecer um assunto.

Quando as notícias chegavam por documento escrito, havia que lhes dar seguimento. Punha-se-lhes um carimbo de entrada e a notícia seguia para a avaliação. Devo dizer que toda e qualquer notícia só adquiria foros de informação quando era «recortada» (confirmada).

Para a avaliação da notícia havia um sistema em que se considerava a credibilidade da fonte, do informador e que era A, B, C, D, ou E, conforme a idoneidade da origem, sendo A a que oferecia mais garantias. Estabeleciam-se também, em escala de valores decrescentes os números 1, 2, 3, 4, 5 ou 6 conforme a verosimilhança da notícia.

Quando o autor deste livro se refere aos documentos que o major Vargas lhe mostrou, está precisamente a referir-se a notícias F-6 que pelo facto de terem sido feitas por escrito não podiam ir simplesmente para o cesto dos papéis.

Quando me refiro ao autor deste livro reporto-me ao Nuno Vasco. Eu procuro comentar as insinuações sensacionalistas e tendenciosas que fizeram ao autor e que ele, na sua boa fé, reproduz. Continuo a dizer que escrever neste livro me aborrece profundamente. Não tenho acesso a documentos para provar a veracidade das minhas afirmações. Se o faço é para esclarecer aqueles que se interessam por saber o porquê das coisas e a «Bem» do que resta «da Nação», num Portugal que se desvanece, levado por alguns que a pretexto de governarem, se governam e bem.

Quanto ao major Vargas, é sabido que quem sempre dominou a Comissão de Extinção foi o PCP. Não sei de que lado estava o major. Acho que ele teria feito bem em contar ao autor como é que utilizava o jipe da PIDE, na Guiné, que ele tantas vezes pedia emprestado.

O velho e honrado marquês de Sá da Bandeira dizia assim:

«Se homem honrado te arguir, defende-te somente. Mas se o perverso te acusar, defende-te e acusa também».

Não gostaria, nos meus comentários, de atacar ninguém mas sou obrigado a fazê-lo dado a baixeza moral de certos indivíduos.

Seria de perguntar ao major Vargas o que aconteceu com o processo de Júlio Fogaça, preso com o amante, soldado de Cavalaria 7;

com o processo do engenheiro José Henrique Arandes cujas autocríticas eram do mais abjecto que a mente humana pode imaginar; ou com o do incestuoso de Setúbal a quem nem as filhas escapavam; ou ao processo da fuga de Peniche que provava que, afinal, a dita fuga fora controlada pela PIDE. Também seria interessante saber o que aconteceu ao processo do Jean Jacques Valente, o assassino do capitão Almeida Santos, que foi credenciado para interrogar os funcionários da PIDE, em Caxias.

O CI3 ou Gabinete Técnico tinha material de sobra, para desmascarar muitos dos «impolutos lutadores antifascistas» da nossa praça.

O mal do Fernando Oneto é que sabia demais. O major talvez não soubesse tanto.

Quando entrei para a PIDE, tive o privilégio de trabalhar com uma figura impecável de pessoa e cavalheiro, como é o sr. director Sachetti. Tive também o privilégio de trabalhar, entre outros, com os inspectores Fernando Alves, Abílio Pires, Mortágua e Tinoco, na Investigação. Aprendi com eles o que sei de polícia e de informação.

Eles mostraram-me o que foi uma grande Polícia; uma das 3 melhores do mundo e que Portugal perdeu. Os militares revolucionários não a souberam manter. Houve uma tentativa em Angola com a criação da PIM (Polícia de Informação Militar) que falhou. A liquidação da PIDE levou à liquidação das Forças Armadas portuguesas, o que aliás estava previsto.

A Informação salvou muitas vidas tanto na guerra aberta e declarada do Ultramar como na insidiosa, capciosa e cobarde da Metrópole.

Entre os processos que instruí, nos anos de sessenta, consta o de Francisco Martins Rodrigues e Rui D'Epinay. Estes senhores eram membros activos de uma organização comunista maoísta que, entre outros projectos, tinha o de fazer explodir a Ponte Salazar no dia da sua inauguração. Através dos informadores bem implantados, conseguiu a PIDE desmantelar tal organização e apoderar-se das armas e explosivos destinados ao acontecimento.

Os portugueses têm sido injectados sistematicamente com desdém contra tudo o que é nacional: tudo quanto foi fama e grandeza; contra tudo anterior ao 25 de Abril. Para este fim tem contribuído de sobremaneira a comunicação social, nomeadamente a TV. Estes factos não acontecem por acaso. Como já disse, foi preciso destruir Portugal e agora há que apagar a sua memória. A nova era que terá início no terceiro milénio, sob os auspícios do signo do Aquário visa destruir a cristandade substituindo-a por uma nova religião. A destruição de Portugal faz parte do plano. Falarei disto mais adiante.

Muito do que se diz no capítulo sobre os «Bufos» é mentira e tendencioso. Que eu saiba nunca recrutámos informadores pela violência, até porque este processo jamais resultou em parte alguma.

Existia um serviço de contra-informação destinado a avaliar não só os informadores como alguma fuga de informação de dentro para fora, como em todas as organizações congéneres. Creio que isto só nos valoriza embora a intenção do capítulo esquerdo seja denegrir.

Que, por vezes, se tivesse de recorrer a processos menos elegantes para nos implantarmos no seio de certas organizações adversas, não o nego. No entanto pergunto: como fazem as polícias dos países chamados democráticos como a França (SDECE e DST), a Inglaterra (DI5 e DI6), a América (CIA e FBI), já não falando na «ultrademocrática» ex-União Soviética (KGB e SMERS)?

Um dos casos mais comuns do recrutamento de agentes ou informadores contra a vontade destes é o que se refere aos homosexuais. São bem conhecidos, através da literatura e cinema, os casos em que estes indíviduos foram alvo de chantagem por parte de certas organizações de segurança e informação. Hoje e sobretudo em Portugal, os homosexuais não correm qualquer perigo. Ser homosexual ou maricas, ou outros nomes que se lhe dão, é considerado bem. Estes indivíduos passaram das rondas e vigílias aos urinóis públicos, para estrelas de televisão e da política. Dirigem programas televisivos e são olhados com admiração e acarinhados. Todavia, segundo parece

estar provado, embora não seja politicamente correcto dizer, estes fulanos foram os iniciadores e propagadores da SIDA, um flagelo da humanidade.

Não sei qual é a presente cotação oficial da Bíblia mas estes casos estão referidos nela. Sempre, o castigo dos crimes contra a natureza, foi severo e implacável.

Como Portugal pretende ser um país de vanguarda, dentro de pouco tempo os homosexuais poderão casar e adoptar crianças.

É preciso destruir a instituição base, a família. O processo passa por aqui. Sua Santidade o Papa referiu-se a isto quando da sua recente visita ao Brasil.

Algures no capítulo esquerdo faz-se referência a uma carta «horrorosa» que determinada senhora dirigiu ao director da PIDE, major Silva Pais.

Quanto a mim a senhora que escreveu «a carta horrorosa» estava a prever tudo o que veio a acontecer com a democracia: os estudantes não estudam, metem-se na droga; fazem greves; insultam os professores; criaram praxes universitárias do mais desbragado deboche, insultaram a ministra da Educação mostrando-lhe o traseiro e outras partes; a qualidade do ensino desceu para os níveis do Terceiro Mundo; a cotação internacional dos nossos cursos é nula.

Entre outros flagelos que a «horrorosa» senhora previu está o facto de as crianças já não estarem em segurança nas escolas. Há sempre o perigo de serem molestadas por psicopatas, pedófilos e outros seres aberrantes.

Também este aspecto faz parte do programa — a destruição da sociedade. Para este efeito muito contribui a TV com os programas que transmite e com os filmes que mostra. Actua sobretudo nos jovens, levando-os a pensar em assuntos que normalmente nunca lhes passariam pela cabeça.

A ausência de autoridade e fiscalização das fronteiras deu origem ao aumento da criminalidade (as prisões estão a abarrotar, até

com «clientes» à espera de vaga), e a um surto de seitas religiosas, satânicas, salvânicas e etc., não falando já do terrorismo que vai aumentar.

Entretanto está-se a formar uma nova Polícia à escala mundial. Em nome da democracia está em andamento um organização que, por intermédio de computadores e de informadores, irá até ao mais íntimo da privacidade dos cidadãos. O número de contribuinte, que todos temos que ter, é já o primeiro passo.

Napoleão que em nome da Fraternidade, Igualdade e Liberdade construiu um império de que se fez imperador, era um homem inteligente. Soube aproveitar a polícia política do regime deposto de Luís XVI. Apreensivo com um possível atentado de que pudesse ser alvo, expôs o facto a José Fouché seu chefe de polícia, e que também o havia sido de Luís XVI. Fouché disse-lhe que logo que existisse uma organização, pelo menos de 3 indivíduos, um dos três seria, por certo, informador de polícia. O pior era quando se tratava de acções planeadas por um só indivíduo quer fosse louco, psicopata ou apenas descontente. Aí era mais difícil.

É falso que as relações entre a PIDE e a CIA se reforçaram a partir de 1961. O que se verificou foi exactamente o contrário devido ao apoio que os americanos, com a CIA, davam à UPA de Holden Roberto. Quando uns três anos mais tarde se constatou que se passava o mesmo com Eduardo Mondlane, em Moçambique, as relações só não terminaram por os dois países serem membros da NATO.

Com tudo isto Portugal não tem informação, nem controlo de fronteiras; anda à deriva.

As forças da ordem existentes são constantemente humilhadas pelo Governo. A valorosa corporação PSP que tão relevantes serviços prestou ao País, na Europa e no Ultramar, vai ser sindicalizada. Isto equivale a dizer que acabará a disciplina. Acabando a disciplina não há mais polícia. Portugal tornar-se-á o Congo da Europa. Não falta muito. O povo já faz justiça por mãos próprias.

No tempo de Salazar havia tranquilidade nas ruas e segurança de pessoas e bens. Existiam cadeias com bandeira branca, isto é, sem preso algum.

Hoje os presos rondam pelos 16000 e é o próprio ministro da Justiça que o lamenta.

Agora a juventude não morre na guerra, morre da droga.

Dá impressão de que há qualquer coisa que está mal.

A PIDE e as Empresas

Nuno Vasco

Em Fevereiro de 1976 a Comissão Liquidatária da PIDE/DGS elaborou um relatório em que fazia referência às vultosas verbas de que a polícia política dispunha para a sua criminosa acção precisando que, para o ano de 1974, tinham sido distribuídos à DGS nada mais nada menos do que 105 mil contos. E tudo indicava que esta verba tinha de ser reforçada. Num dos parágrafos do extenso relatório assinalava-se a propósito das contribuições materiais para a PIDE:

«Muitas das empresas estabelecidas em Portugal entregaram, periodicamente, na Tesouraria da ex-DGS determinadas importâncias em dinheiro para "fins assistenciais" que encobriam pagamentos pela prestação de "informações". Estas importâncias eram movimentadas do mesmo modo do que as das verbas de "gastos confidenciais e reservados" e, por tal motivo, não existe registo comprovativo do movimento efectuado, uma vez que todos os documentos eram periodicamente destruídos.»

Das ligações empresas/polícia política salvaram-se, todavia, alguns *«papéis»* curiosos. Pelo menos os suficientes para se poder falar, com segurança, sobre o que eram essas temíveis ligações e as consequências que tinham para os trabalhadores.

Acresce que nos meses que se seguiram ao 25 de Abril *«quadros»* importantes da PIDE/DGS, então detidos na Prisão de Caxias, *«cantaram»* algumas das coisas que sabiam. Datada de Julho de 1974, eis uma confissão do inspector Pereira de Carvalho:

«Os serviços prestados pela DGS às empresas (o seu número foi já relacionado e discriminado) eram fundamentalmente de dois tipos.

1 — Verificação do pessoal a admitir pelas empresas como empregados, através da consulta aos arquivos da DGS, ou verificação pelo mesmo processo dos seus quadros já existentes. Estes dois aspectos completavam-se.

2 — Recrutamento entre o pessoal das empresas de fontes de informação capazes de detectar sintomas de greves, paralisações de trabalho, descontentamentos, etc. ou admissão de empregados com esse fim, indicados e instruídos nesse sentido pela DGS.

Portanto, em resumo, verificação ou actualização cadastral dos empregados e serviços de informação.

Estes dois tipos de serviços podiam coexistir na mesma empresa, ou simplesmente fazer-se apenas a informação cadastral, segundo a consulta aos arquivos da DGS. Aliás, este último, era o mais corrente.

As relações entre a empresa e a DGS passavam-se do seguinte modo. Muitas vezes, o "serviço" era pedido pelas empresas, outras oferecido pela DGS às empresas. Eram relativamente frequentes os contactos da DGS com pessoal superior das grandes empresas, pelas mais variadas razões e sobretudo pelas perturbações de trabalho. Aproveitavam-se estes contactos e oferecia-se o serviço de informação a montar na empresa, nos moldes já descritos. Também o pessoal superior das empresas onde já existia esse serviço, por mudança de empresa, podia, à semelhança do já existente em tal parte, montar também o serviço onde se encontravam de momento.

A contrapartida em favor da DGS era feita em dinheiro, para pagamento das fontes de informação. A empresa escolhia então um

representante para o contacto com o elemento da DGS (normalmente um empregado superior ou mesmo um administrador) e entregava na tesouraria da DGS, sob a forma que queria e como queria, a importância combinada. As ligações com a empresa passavam a ser feitas unicamente com a pessoa indicada e através dela se recebiam as relações de pessoal e se transmitiam as respectivas informações.

As importâncias cobradas variavam de empresa para empresa e eram calculadas um pouco a sentimento, em função do número de empregados existentes.

A DGS alargava desta maneira a muitos sectores a sua rede de informações, sem dispêndio das suas verbas. A empresa, por pouco dinheiro, tinha assegurada a informação sobre o seu pessoal, o que manifestamente lhe interessava.

As importâncias orçavam entre os 3000$00 e os 8000$00 mensais, à excepção da Ponte sobre o Tejo, a quem prestava o serviço de segurança física da ponte, sendo esse serviço pago pelo respectivo Gabinete da Ponte.

A razão de se fazer segurança física de instalações (o que apenas acontecia com a Ponte) resultou da conveniência dessa segurança se dever fazer com o máximo cuidado e discrição para evitar qualquer alarme no público, o que afectaria seguramente o respectivo tráfico.

Sobre as pessoas das empresas com quem se contactava e da rede de informação existente, bem como do pessoal da DGS ligado a esse serviço, foi dada já detalhada informação».

Nos últimos anos do regime fascista a ligação polícia política/ /empresas assumia, como se vê, um carácter perfeitamente normal.

Numa carta endereçada pela DGS à administação de uma empresa fabril de Lisboa, em que se devolvia uma relação de pessoal *«devidamente informada»*, o signatário declarava que o inspector superior o encarregara de transmitir que (...) *«houve necessidade de montar serviços especiais de informação e segurança no seio de empresas com*

vista a prevenir possíveis tentativas de sabotagem ou de outras actividades subversivas. Os serviços a prestar à empresa são montados e coordenados pela repartição respectiva e não particularmente por funcionários desta polícia» adiantando que em relação ao pessoal já investigado e ainda a investigar e das informações a obter para serem fornecidas *«julga esta polícia poder desde já estabelecer uma base de cinco mil escudos mensais, quantia que poderá ser entregue na tesouraria com destino à "assistência"*.

O signatário esclarecia, por fim: *«comunico, ainda, a V. Ex.ª que, a não ser nos moldes indicados esta polícia não poderá continuar a informar as relações de pessoal nem a tomar quaisquer responsabilidades de segurança além das que, por lei, lhe competem».*

Mas vamos mais longe nas revelações sobre este tema. Atente-se nesta curiosa credencial datada de 1964:

Credencial

A Polícia Internacional de Defesa do Estado, pela presente, credencia o seu chefe de brigada Américo José Coelho, como encarregado da missão de estabelecer contacto com as administrações das várias empresas e interessá-las na criação de esquemas de segurança que visem não só a prevenção de acções repressivas, como a própria segurança intrínseca da empresa.

A Bem da Nação.
Lisboa, PIDE, em 25 de Fevereiro de 1964.
a) O Inspector Superior: Barbieri

Eis como qual caixeiro viajante de uma empresa especializada em segurança, um chefe de brigada da PIDE percorria, metodicamente, as antecâmaras dos gabinetes das administrações...

Na sede da polícia política os funcionários encarregues dos ficheiros iam anotando em relação a cada nome das listas recebidas um tran-

quilizador *«nada consta em desabono»* ou o inquietante *«desafecto ao regime»*.

Todavia nenhuma lei do próprio governo fascista permitia a facultação de elementos sobre o foro privado dos cidadãos. Talvez por isto certas administrações temiam o escândalo que surgiria se os seus accionistas ou clientes viessem a saber do tipo de relações existentes com a PIDE/DGS. Com maior razão temiam os seus próprios trabalhadores e que estes soubessem que, de forma tão evidente, o produto do seu trabalho servia para pagar a sua própria repressão. Por tudo isto as administrações procuravam ocultar as suas retribuições à polícia política.

Na maioria dos casos a verba era indicada como destinando-se a pagar os *«serviços prestados pelo sr. Francisco Picaró»*, tesoureiro da PIDE/DGS. Em multinacionais de capital fundamentalmente americano as mensalidades para a polícia política apareciam, curiosamente, com os títulos *«orphans found»* (assistência aos órfãos) ou *«weekend expenses»* (despesas de fim-de-semana).

As relações entre a PIDE/DGS e as administrações das grandes empresas privadas surge naturalmente dentro do quadro das relações do regime fascista. O compadrio, o conluio, entre personagens altamente comprometidas, facilitava o início de pedidos de informação ao director-geral, subdirector ou inspector superior da extinta corporação sobre a *«idoneidade política e moral»* do pessoal a admitir.

Saliente-se que a montagem desta rede, em grande parte, não foi da iniciativa da polícia política mas dos proprietários e administradores das próprias empresas. Com o aumento dos pedidos de informação, o sistema burocratizou-se, e foi então que o próprio Serviço de Informação da PIDE/DGS começou a adaptar-se à tarefa de responder se *«nada consta»* ou a facultar às administrações das empresas os elementos que possuía *«em desabono político»* dos milhares de empregados ou candidatos que, muitas vezes, viam assim negado o seu direito ao trabalho.

Em exemplos colhidos através da análise da correspondência trocada entre a polícia política e as administrações, verifica-se que se em algumas situações parece existir uma certa coacção por parte da PIDE/DGS, em muitos casos era a própria empresa que pressionava a polícia para que esta actuasse.

Nas empresas privadas os informadores (colocados ou arregimentados pela própria PIDE/DGS) encontravam-se tanto entre o pessoal de escritório como no sector de produção: em muitos casos eram simples operários, outros chefes de oficina ou encarregados. O seu número variava de empresa para empresa consoante a importância e dimensão desta.

Nos últimos anos antes do 25 de Abril as administrações desconheciam, na maioria dos casos, quem eram os elementos informadores da polícia no seio da empresa, embora soubessem da sua existência. Este facto tinha para a PIDE a vantagem de não *«queimar»* os seus colaboradores. Não parecendo elementos de confiança dos patrões, o papel de denúncia e traição dos seus companheiros de trabalho passava muito mais despercebido e facilitava a sua infiltração entre os trabalhadores mais activos sem que estes desconfiassem de tal.

Os informadores contactavam oralmente ou por escrito um determinado agente da PIDE/DGS designado para o efeito. Tais contactos, quando de viva voz, eram feitos em locais fora das empresas, sendo os *«bufos»* identificados por pseudónimo. O seu verdadeiro nome era apenas conhecido do director dos Serviços de Informação. Era o agente de contacto que também entregava aos *«bufos»* a sua remuneração mensal.

Com base nas informações colhidas o agente elaborava o relatório da situação em cada empresa ou em cada zona industrial.

Estabelecia-se desta forma o circuito de informação em que alguns trabalhadores informavam o agente da PIDE/DGS, este elaborava o relatório para o seu director de serviços, o qual fazia o ponto da situação, dando-o a conhecer às administrações das empresas respectivas, caso assim o entendesse.

Mais pidesco que os próprios pides, o ex-coronel reformado da GNR, Mota Carmo, figura de invulgar corpulência, com 107 quilos, era o coordenador da segurança de cinco das maiores empresas semi-públicas de Lisboa, embora só estivesse verdadeiramente empregado nas Companhias Reunidas Gás e Electricidade, onde dispunha do seu *«quartel-general»*.

As restantes quatro empresas a que Mota Carmo prestava serviço eram a Sacor, Petroquímica, Companhia Portuguesa de Electricidade e Companhia das Águas.

Exigente e zeloso, o *«superpide»* Mota Carmo mantinha sob controlo directo e apertado mais de dez mil trabalhadores, permitindo-se, inclusive, criticar os métodos da polícia política.

Certa vez chegou mesmo a escrever a Salazar pedindo-lhe a extinção da PIDE, porque a considerava demasiadamente científica e pouco actuante.

Pessoa com excelentes relações na PSP, GNR e na Legião Portuguesa, era sobretudo na PIDE/DGS que Mota Carmo se apoiava para obter as «informações» sobre o pessoal a admitir nas empresas com que colaborava. Paralelamente o «velho coronel» fornecia à PIDE preciosas indicações sobre os trabalhadores. O processo seguido por Mota Carmo assentava em relatórios bem elaborados — com indicações colhidas pelos seus próprios informadores — simultaneamente dirigidos à polícia política e às administrações dos grupos onde pontificava, relatórios nos quais solicitava carta branca para actuar em possíveis casos de sabotagem, concorrendo assim para os desmontar, pela descoberta ou pela denúncia dos seus autores.

Recebendo entre seis mil e oito mil escudos de cada uma das *«suas»* empresas, Mota Carmo montou arquivos e ficheiros próprios, onde recolhia desde o simples cartão pessoal, sem nenhuma ligação política, até à carta altamente confidencial ou comprometedora.

Em Fevereiro de 1965, escrevia ao general Fernando de Oliveira, então comandante-geral da PSP:

Portanto, conhecendo-se como se conhece a existência de forças de infiltração em todos os sectores da vida nacional, torna-se necessária a sua completa e rápida eliminação.

As coisas atingiram um ponto tal que não se admite clemências, branduras ou perdões.

Quem os seus inimigos poupa nas mãos lhes morre!... Então porque se espera?...

A limpeza deve ser radical e imediata.

Noutra carta escrevia ao director da polícia política, Silva Pais:

Nada mudou para melhor no âmbito da segurança nacional. Antes pelo contrário, sem sombra de dúvida e sem receio de errar acho que as coisas continuam a piorar em muitos sectores devido à continuada falta de repressão.

Senhor de um feitio irascível e muitas vezes considerado como um «*mal necessário*», Mota Carmo chegou a trocar cartas desagradáveis com o director dos Serviços de Informação da PIDE/DGS, Pereira de Carvalho, a ponto deste lhe responder da seguinte forma:

Para ser inteiramente franco devo também esclarecer V. Ex.ª que me causa o maior espanto, e constitui para mim uma incógnita, qual a razão que o levará a pensar que esta polícia tem obrigação de lhe fornecer tais informações, sobretudo com a urgência que sempre põe nos mesmos pedidos. Ou pretende V. Ex.ª que esta polícia, por simpatia com V. Ex.ª, ponha de parte as suas funções e os seus compromissos para passar a andar às suas ordens?

Mas o «*superpide*» Mota Carmo era um «*duro*». Dirigindo-se ao director da polícia política, Silva Pais, em papel selado e em estilo de requerimento escreveu, certo dia o «velho coronel»:

Miguel da Conceição Mota Carmo, coronel já reformado, de 1,85 de altura e o peso de 107 quilos, com eles ainda no seu lugar, há mais de um ano que vem empregando todos os esforços normais para ser recebido por V. Ex.ª, no seu gabinete de trabalho, mas, apesar de toda a insistência, que já, por duas vezes, o sujeitou ao suplício de ter de esperar, baldadamente, cerca de duas horas, encerrado numa sala de visitas, requer que lhe seja concedida uma audiência, em qualquer local pelo que, mui respeitosamente, pede deferimento.

Este belo naco de prosa, datado de 31 de Janeiro de 1972, revela bem a fibra de Mota Carmo: um homem de *«mais vale quebrar que torcer»*. Faleceu quatro meses após o 25 de Abril...

Mas regressemos às ligações empresas-PIDE/DGS. Nos últimos tempos, antes da Revolução, quem tratava dessas ligações era o agente Basílio Afonso Garcia (que *«herdara»* o serviço do chefe de brigada Américo Coelho). Basílio Garcia tinha a seu cargo um número que se calcula superior a meia centena de informadores.

Em casos especiais também se ocupavam das ligações com as administrações das empresas os próprios Silva Pais, Barbieri Cardoso, Pereira de Carvalho e Sílvio Mortágua. Estes, para além do controlo de todo o processo burocrático, desempenhavam um curioso papel de *«relações públicas»*, recebendo em longas entrevistas nos seus gabinetes os representantes das administrações, num respeito estrito da hierarquia.

Em termos de numerário, e a título de exemplo, referiremos que o Banco Borges & Irmão, desde que começou a pagar à PIDE, em 1968, gastou 690 000$00; a RTP contribuía com uma verba mensal de 15 000$00, o que perfez, entre 1971 e 1974, a importância de 456 000$00; e a multinacional Plessey, entre 1965 e 1974, depositou nas mãos da polícia política portuguesa 530 000$00.

A partir de 1969 a PIDE passa a dispor de um serviço de prevenção de greves com carácter *«científico»*. Nas instalações da António

Maria Cardoso foi encontrada documentação sobre todas as paralisações de trabalho que se verificaram no País entre 1967 e 1973, material através do qual os pides tinham definido as zonas em que ocorriam greves com mais frequência e quais as melhores formas de lutar contra elas.

É assim que na sede da polícia política foi descoberta, entre muitas outras, uma carta, datada de Março de 1971, e assinada pelo director-geral da Firestone Portuguesa, em que este agradecia a Silva Pais a «*maneira eficiente e sensata posta na solução dos problemas recentemente ocorridos na nossa Fábrica em Alcochete*». E acrescentava: «*aos vossos subordinados para esse serviço destacados, e em especial ao sr. chefe Américo Coelho, vão também os nossos agradecimentos*».

Carta do mesmo teor é a de um admistrador da Grundig Electrónica Portugal, Lda, sr. Hoffmeister, que em Fevereiro de 1972 agradece a «*inteligente decisão e extraordinário tacto mostrados pelos componentes da DGS da cidade do Porto*» na resolução de problemas registados na empresa, em Braga. «*Não queremos deixar de apresentar ao Ex.*mo *Sr. Inspector Dr. Cunha e Chefe Ferraz, os nossos mais sinceros e calorosos agradecimentos*» e adiantava «*a nossa empresa estará sempre e inteiramente à disposição de V. Ex.*a *para esclarecimento de pormenores ou informações que eventualmente venham a ser necessários*».

Os trabalhadores estavam cercados por todos os lados. A polícia política vigiava-os nos empregos, na rua, através das cartas e dos telefonemas, entre amigos e, por vezes, até em família.

Mas para que se avalie bem de como este cerco estava montado a nível de empresas é fundamental conhecer a segunda parte do relatório-confissão do inspector superior Pereira de Carvalho, já citado a abrir este capítulo. Redigido de forma muito hábil, este importante documento chega ao pormenor de revelar os nomes dos elementos de ligação e a importância que as firmas pagavam mensalmente à polícia política.

AUTOMÁTICA ELÉCTRICA PORTUGUESA
(ENG.º MURTEIRA), 3000$00 MENSAIS

Não conheço, pelo menos não me recordo de alguma vez o ter contactado. Penso que as únicas relações derivavam de ser a pessoa delegada para efectuar o pagamento mensal. O serviço foi inicialmente montado no tempo em que era administrador o Eng.º Veiga Lima, que foi, mais tarde, administrador de uma companhia de petróleo em Angola, saindo da Automática Eléctrica Portuguesa. Esta empresa não tinha contactos frequentes com a DGS. (O Eng.º Veiga Lima é hoje pessoa de setenta e tal anos.)

BANCO BORGES & IRMÃO
(PINA E ALMEIDA), 8000$00 (?)

Era o contacto com a DGS para efeitos de pagamentos, com envio e recepção das relações de pessoal ou de candidatos a empregados. Parecia-me gozar da confiança do Dr. Miguel Quina e exercer funções relacionadas com a admissão e gestão de pessoal, mas não a nível muito elevado. Quase todos os meses vinha entregar relações de candidatos a empregados do B. B. & Irmão, porém, havia períodos largos em que não aparecia. O próprio pagamento não se atrasava por mais de seis meses. Contactava com o director de serviços para entrega das relações, com o tesoureiro (Pícaro ???) para os pagamentos.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
(DR. PEREIRA COUTINHO E DR. FEZAS VITAL) 8000$00

As respostas aos pedidos de informação sobre candidatos a empregados eram enviadas nos primeiros anos ao Dr. F. Vital e mais tarde ao Dr. Pereira Coutinho, pelo cuidado que punham em que estas informações não saíssem do conhecimento restrito. Actualmente, a correspondência era assinada pelo director dos serviços de pessoal do BNU

e a ele dirigida. Não havia contactos pessoais. Por vezes, o Dr. Pereira Coutinho telefonava ao director de serviços da DGS, pedindo urgência num ou noutro caso. A isso se resumiam os contactos. Não sei quem vinha efectuar os pagamentos à tesouraria da DGS.

CEL-CAT

(MIGUEL ABECASSIS) PROVÁVEL 5000$00

Os contactos que houve foram feitos, salvo erro, com o Mortágua, e creio que apenas em alturas de qualquer crise entre os trabalhadores da Cel-Cat. Não estou muito a par.

CABOS ÁVILA

(CORONEL MENDES DIAS) 5000$00

Contactava o director de serviços com muita frequência, já porque era quem fazia o pagamento mensalmente, na tesouraria, e pedia sempre para trocar umas impressões comigo. E, também, porque era uma empresa cheia de problemas, de descontentamento permanente do pessoal. Exercia as funções de director de pessoal na empresa e enfrentava-a em todas as questões nessa qualidade nos tribunais de trabalho, acordos colectivos, etc. Desabafava muito comigo. Tinha por cima uma administração difícil. Parecia-me amigo do pessoal na generalidade, embora tivesse de defender os interesses da empresa. Militar de cavalaria «ancien régime», tinha ao que parecia uma maneira muito pessoal de tratar com os operários, sendo-lhes simpático (ao que julgo). Não havia informadores na empresa, apenas cadastro de pessoal.

CIMIANTO

(TENENTE-CORONEL QUINTINO DA COSTA E QUEIRÓS), 3000$00

Não havia contactos pessoais. Em relação a esta empresa nada conheço, nem recordo quem a contactava. O Basílio, certamente.

COMPANHIA DE CIMENTO TEJO
(DR. LUÍS VILAR) 3000$00 (?)

O contacto era feito comigo. Muito espaçado, de três em três meses u mesmo de seis em seis meses para o pagamento. Ia à tesouraria fectuar o pagamento ele próprio, e eu recebia-o para trocar algumas npressões de cortesia. O serviço fora montado há muitos anos, man-nha-se, mas não funcionava, pelo menos com eficiência. Creio que em consulta cadastral faziam para admissão de pessoal. Não estou em certo. O Dr. Luís era um dos administradores da companhia, pes-oa já idosa mas ainda muito lúcida.

COMPANHIA METALÚRGICA NACIONAL
(CONDE RIBEIRO)

O contacto era feito directamente pelo Basílio Garcia. Não conheço posição do Conde Ribeiro na empresa e creio que nunca o contactei.

COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE
(ENG.º AMARO DA COSTA) 5000$00 a 8000$00

O serviço fora montado há muitos anos, ainda antes da reunião das iferentes companhias na Companhia Portuguesa de Electricidade. 'ão me recordo qual era a empresa-mãe, mas o serviço fora montado om a empresa-mãe. Quando da fusão houve um largo período em que perdeu a ligação, vindo a ser retomada, salvo erro, quando come-aram as sabotagens nas linhas transformadoras da empresa. Fiz um u mais contactos pessoais nessa altura, na Infante Santo, com um dos dministradores (não me recordo se foi o Eng.º Amaro da Costa), e cou como elemento normal de ligação à DGS, na ocasião, um sr. edro Reis (?). Fez-se nessa altura também uma (palavra ilegível) ıal através dos registos de todos os empregados.

CUF DO BARREIRO
(VASCO DE MELO)

Conheci este senhor (se é o que eu penso), que me pareceu desempenhar funções de segurança e de relações públicas, salvo erro, quando da visita do Príncipe Filipe a Portugal, para estudar a segurança e medidas relativas a essa visita aos estaleiros da Lisnave. Não havia relações ou contactos frequentes.

CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL
(JAIME DOS REIS CHAGAS) NÃO DAVA QUALQUER CONTRIBUIÇÃO

Através dos muitos anos de contacto, embora sem qualquer intimidade ou convivência, considerava-o e tratava-o como pessoa amiga. Aliás, era amigo também de pessoas da velha guarda da PIDE e do próprio Silva Pais, que conhecia há muitos anos da PSP e intendências. Exercia as funções de encarregado de segurança dos CTT e quando da passagem a empresa pública foi nomeado encarregado das relações públicas. Nessa qualidade, contactava as autoridades da PIDE, PSP e GNR sempre que a situação (alteração da ordem, primeiros de Maio, etc.) lhe sugeria que os CTT deveriam adoptar qualquer medida cautelar. Isto na generalidade. Em relação à PIDE, era o elemento designado pela administração dos CTT para resolver os problemas que se levantavam com a intercepção postal e também o elemento de ligação para obter o visto para colocar em escuta um número telefónico. Não recebia qualquer gratificação da DGS.

IBEROL
(TIAGO RODRIGUES), PROVÁVEL 3000$00

Não conheço. Fazia o contacto directamente com o Basílio Garcia (ilegível).

COPAG

(ROGÉRIO SIMÕES), PROVÁVEL 3000$00

Idem.

CUSTÓDIA

(JÚLIO MORENO) 3000$00 MAIS OU MENOS

Telefonava mensalmente marcando entrevista, para conversar um pouco de generalidades da empresa (sobre a qual sentia reserva), fazer o pagamento, apresentar os seus mais directos colaboradores (ex-oficiais da GNR), ou entregar relação de pessoal admitido.

Fora oficial da GNR e de lá transitara para a administração ou direcção da Custódia. Fazia-me instantes convites para visitar as sedes da companhia na Suécia e na Inglaterra, como convidado da Custódia. Nunca aceitei e sempre fui arranjando uma desculpa polida para dar.

A Custódia teve um desenvolvimento, a meu ver, extraordinário. Fornecia também o Júlio Moreno à DGS uma relação actualizada semestralmente sobre as empresas ou firmas para quem trabalhavam. Já ia, salvo erro, na ordem das centenas, e haviam alargado já os serviços ao Norte, abrindo uma sucursal no Porto. Os serviços prestados pela Custódia são muito bem pagos, estando a realizar certamente avultados lucros. Por cima de Júlio Moreno existia o verdadeiro administrador, um sueco que não me recordo do nome. Enfim, a ser franco, a Custódia e a limpeza da sua escrita, no que respeita ao manifesto dos lucros realizados, nunca mereceu a minha confiança. Da Custódia, ou melhor (três palavras ilegíveis), de maior ou menor nível, saíram quatro (creio) sociedades similares. Uma delas, do ex-tenente Luís Hamede Fernandes, procurou, também, manter ligações com a DGS, mantendo-a informada do pessoal que admitia e das firmas com quem trabalhava. As outras três desconheço-as, mas sei que existiam.

Alguma coisa não está bem, ou não estava bem, que levou à saída do Mamede Fernandes da Custódia. Nunca houve oportunidade de ir ao fundo do assunto, mas actualmente creio que merecia a pena. Havia duas versões postas (ilegível).

Do lado da Custódia, que era impossível trabalhar com uma pessoal como o M. Fernandes. Do lado do M. Fernandes, que a Custódia não era organização em que pessoa de certos princípios pudesse trabalhar. Simples azedumes? Alguma coisa mais séria por detrás? Como tantas outras coisas que surgiram, nunca houve oportunidade de aprofundar. A empresa do Mamede Fernandes ficara assente que só pagaria o trabalho de verificação cadastral depois de a firma ter começado a ter os primeiros lucros, o que ia começar a acontecer.

SOCIEDADE NACIONAL DE SABÕES
(GEN. FERNANDO DE OLIVEIRA), 5000$00 ou 6000$00

É pessoa suficientemente conhecida. Estava há pouco tempo na administração da sociedade, mantinha um contacto mensal comigo, não havendo ainda um serviço estruturado, mas estava a funcionar, ou melhor, iria funcionar nos moldes habituais.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE LAPIDAÇÃO DE DIAMANTES
(ENG.º MANTERO) 5000$00 ou 6000$00

Era um dos directores e o contacto era estabelecido comigo. Havia apenas informação cadastral. Os contactos eram muito espaçados, por se tratar de uma empresa estável e especializada e com pouca flutuação de pessoal. O Eng.º Mantero parecia-me mais virado às preocupações da qualidade do pessoal do que ao seu cariz político. Houve dois períodos de contactos mais estreitos. Um, em que surgiu um estrangeiro a desencaminhar pessoal da empresa para trabalhar em Espanha e pediu ajuda para se tentar saber quem era esse indivíduo. Outro, quando da prisão de um empregado da empresa, altamente

especializado, o que afectou o rendimento do trabalho. Era, salvo erro, um indivíduo ligado às Brigadas Revolucionárias e sua prisão decorrera de indícios obtidos pela investigação.

SOCIEDADE ESTORIL
(ENG.º BUAL)

Os contactos com a DGS eram telefónicos e episódios. Quando surgia qualquer problema com a exploração ou com o movimento, o que parecia revestir aspecto não acidental, o engenheiro telefonava comunicando o acontecido. Não me recordo de o ter conhecido pessoalmente. Não existia informação na Sociedade Estoril. A ligação à DGS vinha de há muitos anos e anterior à minha colaboração aos serviços.

MAGUE
(ENG.os GALHARDO COELHO E PEREIRA DA SILVA) 5000$00 PROVÁVEL

Conheci pessoalmente o Pereira da Silva. A empresa mantinha o serviço cadastral e chegou a ter nos escritórios uma (ilegível) que se manteve na firma dois ou três meses apenas. Lembro-me que era uma rapariga. Casou, desapareceu. Não se (ilegível) o serviço. Aliás, embora mantivessem a ligação à DGS, o Eng.º Pereira da Silva tinha ideias modernas sobre gestão de pessoal e, se não houvessem razões políticas por detrás de alguns problemas surgidos, os seus métodos de valorização e apoio aos trabalhadores seriam bons para todos. Talvez agora colha os frutos.

SOCIEDADE DE PARAFUSOS
(DR. PESTANA PINTO) 3000$00

Todos os contactos eram feitos com o Basílio Garcia. Não conhecia o Dr. Pinto pessoalmente. Era uma empresa com poucos problemas, ou melhor, de relativa pouca dimensão.

METALÚRGICA DUARTE FERREIRA
(MÁRIO DUARTE FERREIRA), 6000$00 NÃO ESTOU SEGURO

Os contactos eram feitos comigo, indistintamente com qualquer dos dois irmãos. Por falecimento, creio, de um, ultimamente contactava só o Eng.º Mário D. Ferreira. Nas instalações em Lisboa não havia informação. No Tramagal estava ao cuidado do posto de Santarém (chefe Hélder). É uma grande empresa, estando ligada à montagem das Berliet (?) para o Exército. Os contactos eram regulares. Não me parecia haver grande preocupação em relação ao pessoal por parte do Eng.º D. Ferreira. Era uma empresa com tradições, grande ajuda social dada aos empregados e grande apoio dos empregados antigos, muito identificados com a região e as suas características. O receio era sempre de fora para dentro, como aliás aconteceu com a sabotagem feita em Cabo Ruivo às camionetas prontas para entrega. Os problemas reivindicativos que surgiram com os metalúrgicos resolveram-se sem pedido de intervenção da DGS. As nossas conversas eram sempre de nível mais geral, digamos, de enquadramento dos factos que atingiam a empresa no contexto político do momento, do que sobre a própria empresa, para o que pediam a ajuda (ilegível) para evitar o arremesso de panfletos para dentro das instalações, ou à porta das mesmas, o que ficava ao cuidado do posto de Santarém.

FIRESTONE PORTUGUESA
(PAULINO GOMES JÚNIOR) 3000$00

Os contactos eram feitos comigo. Muito espaçados, mas sempre em alturas de crise. A F. Portuguesa é uma sucursal da grande organização americana Firestone. Mantém em Portugal sempre um administrador estrangeiro. Conheci, parece-me que três. Um argentino, outro italiano e um americano. A empresa é muito mal (ilegível) entre

) pessoal, que me parecia odiar o administrador. De todas as vezes que a DGS interveio na Firestone foi sempre para pôr de acordo atrão e empregados, levando a administração a ceder. Parecia-me que os americanos têm dois figurinos de exploração empresarial e le níveis salariais. Um para uso interno, outro para usar no estrangeiro (em relação à América). A simpatia ia invariavelmente para o essoal. Recordo-me de um operário ter chegado a arremessar um rasco de ácido ao gerente argentino. O Dr. Paulino Gomes andava itidamente à deriva, entre servir a empresa e as suas próprias incliações pessoais. O Basílio servia de ligação entre mim e o Dr. Pauino Gomes.

COMPANHIA INDUSTRIAL PORTUGAL E COLÓNIAS
(ENG.º PEREIRA COUTINHO), 5000$00 ou 6000$00

A ligação a esta empresa foi sempre complicada. Na minha opiião pessoal não era uma empresa actualizada em relação às relaões patrão-trabalhador, nem fazia por isso. Quando tinha problemas ecorria à PIDE na emergência. Somente depois de aparecerem idros na farinha moída se estabeleceu um contacto então com o ng.º Pereira Coutinho, para montar o serviço cadastral e, se posível, informativo. O primeiro montou-se. O segundo, duas tentativas ue se fizeram, escusaram-se a trabalhar lá e afastaram-se. Montaam, também, um serviço de segurança de pessoal, sendo o seu direcr um major na reserva (não recordo o nome, mas trabalha actualente na Sociedade de (ilegível). As ligações passavam a ser feitas tre este major e eu. Era um homem aberto, habituado aos métoos e à hierarquia, mas também virado sempre para a protecção ao u pessoal. Não se entendeu com a administração e foi-se embora. lantinha-se a ligação da empresa à DGS, mas o contacto pessoal erdeu-se.

METALÚRGICA LUSO-ITALIANA
(ZAGALO E MELO), 3000$00 PROVÁVEL

Não me recordo de ter qualquer contacto com este senhor. Os contactos eram também com o Basílio.

LISNAVE
(DR. VARELA OU VAREDA)

Não me recordo de o ter contactado pessoalmente alguma vez. A ligação era feita com o Basílio. O elemento informativo lá existente fora desta rede de empresas e estava ligado ao (nome ilegível).

GENERAL MOTORS DE PORTUGAL
(TAVARES PINA), 5000$00 PROVÁVEIS

Não conheci pessoalmente, pelo menos não me recordo. A ligação era feita com o Basílio.

GENERAL INSTRUMENT LUSITANO
(JAIME FERNANDES), 3000$00 PROVÁVEIS

Não conhecia. Estava ligado ao Basílio.

FORD LUSITANA
(DR. CARMO BARROS), 5000$00 ou 6000$00

Não conhecia. Ligação feita com o Basílio.

FÁBRICA PORTUGAL
(ENG.º BESSONE)

Ligação à DGS já muito antiga. Empresa sem grandes problemas, fora o contexto geral dos metalúrgicos. Nunca fiz qualquer contacto pessoal que me lembre.

UTIC
(DR. QUINTELA PAIXÃO), 3000$00 ou 4000$00 PROVÁVEIS

Não conheci pessoalmente. A ligação era feita com o Basílio.

MÓVEIS OLAIO
(ANTERO OLAIO)

Uma das ligações mais instáveis neste tipo de ligação DGS-empresas. Umas vezes pagavam, outras não. Nunca houve contactos pessoais. A ligação vinha do tempo do Agostinho Lourenço. O Basílio procurava o contacto de vez em quando.

ROBIALLAC PORTUGUESA
(ROGÉRIO AFONSO)

Ligação ao Basílio.

SOREFAME
(DR. PACHECO), 6000$00 PROVÁVEIS

Tive um contacto pessoal com este senhor, numa altura de agitação na empresa, em que, aliás, os operários estavam completamente divididos e acabaram por resolver o problema por eles. Firma que paga bem, com regalias, normalmente não tem problemas, mas quando

tem são complicados. A ligação remonta quase ao início da empresa, quando fabricou as primeiras carruagens para a Sociedade Estoril. Das pessoas desse tempo pouco me recordo e a ligação inicial feita ao nível administração Sorefame-direcção da PIDE foi delegada para funcionamento num dos directores, actualmente Dr. Pacheco, e da parte da PIDE no chefe Coelho, hoje o Basílio.

Para exemplos, respigados de largas dezenas, pensamos ser suficiente. A ligação às empresas não tinha um carácter espectacular, no meio das múltiplas actividades da PIDE/DGS, contudo, graças a ela, foi retirado a muitos portugueses o elementar direito ao trabalho. Outros, muitos outros, foram presos e torturados pela acção conjunta das denúncias dos empresários e dos informadores nas empresas.

Em Novembro de 1967, por exemplo, o eng. Fernando Pereira Moutinho, em nome do Dr. Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias*, denunciava à PIDE, em entrevista directa com Silva Pais, quatro trabalhadores daquele jornal: Carlos Lucas, José Dias da Conceição, João Henriques da Silva e Afonso José Carajote, «*que desenvolvem agitação entre os operários, fazendo-o abertamente, e levando assim à convicção de que o fazem em obediência a instruções*».

Em consequência desta denúncia é ordenada uma busca à casa daqueles trabalhadores.

«*Já tínhamos excedido em muito a capacidade de ligação às empresas* — observou o director de Serviços, Pereira de Carvalho, depois de detido — *e do modo como estava a funcionar, com lapsos informativos enormes, ainda não era desonesto, mas já não era eficiente*».

É caso para dizer: olha se fosse?...

ÓSCAR CARDOSO

Quando se deu o 25 de Abril, Portugal tinha uma situação económica como talvez nunca tivesse tido antes. Não havia desemprego e as pessoas disfrutavam, em geral, dum elevado nível de vida.

Hoje, somos uma república de palhaços, que vive de esmolas e em que os cidadãos, quando reclamam os salários em atraso e outros direitos, levam tareia das forças da ordem como nunca dantes aconteceu. E quando protestam, levam mais e é-lhes explicado que tudo acontece em prole da democracia.

Ao ler o capítulo esquerdo, para comentário, sou, cada vez mais, levado a pensar que as grandes cabeças que passaram pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LP, nem sequer conseguiram compreender os postos hierárquicos. É fácil. Bastaria terem lido o *Diário do Governo*.

Todo o capítulo não passa de um emaranhado de confusões, de contradições e de más intenções. Espero que, pelo menos, tenham pago pontualmente os salários (bem chorudos) daqueles que com «elevado espírito de missão e sacrifício», não hesitaram em prescindir dos seus interesses para desvendarem ao público as maldades da PIDE/DGS.

Afirma o meu amigo que a PIDE controlava as empresas, infiltrava elementos entre os trabalhadores, recebia verbas que lhe permitiam

pagar informação, evitava greves e informava os empresários das tendências políticas e idoneidade moral dos empregados ou candidatos a postos de trabalho.

Considero que tudo isto é um elogio à PIDE e à sua capacidade. A verdade é que as empresas davam lucros, produziam riqueza que lhes permitia expandirem-se, criar novos postos de trabalho e pagar impostos ao Estado.

Hoje, grande parte das empresas vive de subsídios de Bruxelas; os impostos não são pagos; as falências fraudulentas e autênticas sucedem-se a um ritmo alucinante. Daí que os despedimentos colectivos sejam rotina. Isto leva a que os despedidos venham para a rua e cortem as estradas. Ocupam edifícios públicos e levam tareia em nome da Liberdade.

No passado despediram-se alguns trabalhadores devido às suas ctividades políticas. Aceito. Mas leio e ouço que no curto espaço de ɛmpo que este Governo tem de vida (dois anos) já se fizeram 4500 saneamentos políticos, a que nem o comissário da Expo conseguiu escapar.

É certo que nos infiltrávamos nas organizações de trabalhadores e patrões e a meu ver muito bem.

Quanto ao coronel Mota Carmo devo dizer que nunca mandou na PIDE. Conheci-o como militar. Era um homem impulsivo. Mas impulsivo ou não foi tudo menos um «superpide» e é, ao fim e ao cabo, o que acaba por dizer o Nuno Vasco.

O director de Serviços, Pereira de Carvalho metia-o na ordem quando era preciso. O director-geral, major Silva Pais, demorou mais de um ano a conceder-lhe uma entrevista.

Lenine e Mao Tsé-Tung estudaram e aplicaram profundamente os princípios de guerra atribuídos a Sun Tsu que terá vivido 500 anos antes de Cristo.

Vejamos quais eram esses princípios:

1) — «Destruam tudo quanto for bom na terra dos vossos inimigos. Destruam os velhos valores.

2) — Corrompam a classe dirigente e tornem a juventude dependente da droga.

3) — Arruinem a reputação dos chefes com escândalos frequentes.

4) — Utilizem a colaboração dos mais abjectos indivíduos.

5) — Perturbem a actividade do governo por todos os meios.

6) — Estimulem as querelas internas no território dos vossos inimigos.

7) — Instiguem a juventude contra os velhos.

8) — Desprezem as tradições e subvertam toda a autoridade.

9) — Incitem aos actos de sabotagem e de recusa ao trabalho.

10) — Diminuam a capacidade de resistência do inimigo com desejos carnais e música lânguida.

11) — Enalteçam no campo do inimigo a total liberdade sexual Transformem as suas mulheres em prostitutas.

12) — Aliciem denunciantes e infestem de espiões o Estado inimigo.

Analisando estes princípios qualquer pessoa medianamente esclarecida compreenderá que é o que está a acontecer no nosso país e no mundo em geral, para que se estabeleça o caos e para que as pessoas aceitem sem oposição o domínio do «Big Brother».

Desde tempos imemoriáveis que certas forças pretendem dominar o mundo. Hitler tentou opor-se a isso. Por seu lado, quis ele próprio dominar o mundo mas não conseguiu.

Sadam Hussein, com todas as suas megalomanias e pretendendo ser o Nabucodonosor da nossa época, também lutou contra o supercapitalismo internacional que, a par e passo, vai conquistando o poder ao nível do planeta. Sadam Hussein reivindicava para o Iraque a posse, que penso justa, do Koweit. Conseguiu levantar grande parte das Forças Armadas do bloco capitalista contra ele e levou para contar.

Uma das coisas que Hussein pretendia, era pôr a gasolina a preços muito mais baixos. Isto não convinha nada aos senhores do mundo que tiram do petróleo grande parte dos seus rendimentos.

Uma maneira de dominar um país é arrasar a sua economia.

A infiltração comunista nas empresas visa destruí-las. E destruindo--as arrasam a economia. Foi também contra isto que a PIDE lutou.

Vejam o que está a acontecer com a economia portuguesa. Agora compram-se azeitonas mais baratas em Portugal, vindas da Turquia.

De primeiro produtor mundial de cortiça que fomos, já importamos cortiça de Espanha.

Os espanhóis ganham mais do que os portugueses, mas o produto deles é mais barato do que o nosso.

Os portugueses têm um índice de consumo só comparado com o dos Estados Unidos.

No entanto já importam o trigo com que fazem o pão. O produto nacional é mais caro que o estrangeiro, e muitas vezes pior!

Os bons rapazes dos sindicatos fomentam greves e manifestações. Exigem melhores salários e menos horas de trabalho. Nestes termos, a como vai ficar todo e qualquer produto nacional?

A agricultura vive de subsídios. Alguns produtores são pagos para arrancarem as oliveiras e as videiras e são incentivados a não produzir.

Quem governa o mundo é a alta finança, nomeadamente através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

A Revolução Soviética de 1917, com a implantação do comunismo na Rússia, foi obra da alta finança. Os comunistas — os enganados — têm feito o papel de fantoches na conjuntura política mundial. A sua função foi e é destruir. Só não percebem que serão os primeiros a ser destruídos se o supercapitalismo (que paga aos enganadores ou comunistas «mais iguais») vencer.

Portugal procura a todo o transe imitar o estrangeiro. Seria de louvar que mostrássemos ao estrangeiro qualquer coisa digna de ser imitada.

A Comunidade Europeia faz parte da estratégia da Trilateral e do «Council on Foreign Relations» para o domínio do mundo. É muito

possível que algum país da Europa dê conta do logro e acorde; então talvez nós pensemos em o imitar.

A destruição das nossas Forças Armadas faz parte do plano para nos retirar a capacidade de reagir.

De qualquer maneira a existência e reconhecimento do partido comunista em Portugal é um desafio à paciência, mansidão e resistência dos portugueses. Mas por quanto tempo?

A Expo 98 que ninguém parece saber ao certo quanto custará, vai-nos endividar até à medula. De qualquer forma teremos que pagar.

E pagaremos através de impostos e contribuições cada vez mais pesados. Ficaremos ainda mais endividados ao estrangeiro.

Analisando a nossa história, verificaremos que sempre que procurámos imitar ou recorrer ao estrangeiro, pagámos muito caro.

Quando da Restauração, pagámos com a entrega do que restava do Império Oriental.

Quando das Invasões Francesas, perdemos o Brasil. Com a Revolução dos Cravos perdemos o que restava do nosso Ultramar. Para entrarmos na Comunidade Europeia, perderemos a autonomia e teremos que destruir o nosso aparelho produtivo.

A nossa queda foi essencial para o domínio soviético na África do Sul. Harry Oppenheimer, o «rei dos diamantes» e um dos homens mais ricos do mundo, elemento do Council on Foreign Relations e vice-presidente do South African Institute of International Affairs, contribuiu activamente com os Rockefellers e Rottschilds para o colapso da África do Sul.

A queda da África do Sul levou ao desmoronar do Império Soviético; já não fazia falta.

As próximas grandes catástrofes sociais terão lugar nos Estados Unidos.

A África vai ficar entregue a si própria e culminará numa carnificina. As grandes potências estão lá todas a preparar a recolonização pura e simples. Os portugueses, se não acordarem, ficarão de fora a «chuchar no dedo».

Escuta Telefónica

Em Fevereiro de 1997, Daniel Sanches, depois de dirigir durante dois anos e meio o Serviço de Informações de Segurança (SIS), defendeu, publicamente, a mudança de estatutos desses serviços, por forma a permitir-lhes ter uma actividade operacional mais acentuada. E dava um exemplo:

«A maior parte da informação recolhida pelos serviços europeus é através da intercepção de comunicações. Em Portugal» — lamentava-se — *«isso está-nos vedado, o que não me preocuparia se tais limitações fossem colmatadas pelo sistema legal de segurança interna. Mas não são».*

E prosseguia: *«Por exemplo, chega ao nosso país uma informação vinda do exterior que é apenas o nome e o n.º de telefone em Portugal de um criminoso que se prepara para actuar no nosso país. O SIS, que recebe a informação, não tem meios para actuar. O que pode fazer é verificar se essa pessoa está realmente em Portugal e, quando muito, vigiá-la, nada mais».*

Vigilância e escuta são acções com que o próprio procurador-geral da República, Cunha Rodrigues, se viu confrontado, em 1994. Tendo suspeitado de escutas no seu telefone, solicitou à Polícia Judiciária uma vistoria que veio a descobrir um microfone, por debaixo do soalho, no seu gabinete.

Escutas telefónicas ilegais foram também uma das actividades de Christian Prouteau, chefe da célula antiterrorista do Palácio do Eliseu, entre 1982 e 1988, cujas fichas foram descobertas em Fevereiro de 1997, na garagem da sua casa. Agravante não displicente, o então presidente da República, François Mitterrand, teria delas conhecimento e algumas serviam, inclusive, a defesa dos seus interesses privados.

Miterrand, o mesmo que escrevera, em 1975, sobre as escutas telefónicas:

Estou sob escuta ou não?(...) Por exemplo, ao telefone, dizer «amo-te» ou «bom dia» poderá ofender os poderes públicos? (...) Não posso impedir-me de pensar que a ditadura do micro é também a dos idiotas. Que fazem eles desses milhões de palavras roubadas.

Já Alexandre de Marenches, ex-chefe dos Serviços Secretos franceses, que de ingénuo não tem nada, defende no seu livro *No Segredo dos Deuses*:

Sei, desde 1939-40, que o telefone é um instrumento que deve ser utilizado somente para coisas sérias, ou seja, para desinformar.

A PIDE/DGS não tinha nenhum destes problemas.

Onze meses após o 25 de Abril, uma Comissão de Inquérito às Escutas Telefónicas, apresentou ao País um relatório do seu trabalho, revelando então, com pormenor, uma coisa que toda a gente já sabia: que a PIDE/DGS, a partir da sua sede em Lisboa e da delegação do Porto, fizera, sistematicamente e generalizadamente, escutas telefónicas a milhares de portugueses.

Referia o relatório textualmente:

Uma escuta sistemática e generalizada, estabelecida com carácter de permanência, implica que sejam encaminhados, para uma instala-

ção apropriada, os pares dos telefones a escutar. Foi este sistema utilizado pela PIDE/DGS.

Revelava-se ainda que *a PIDE/DGS dispunha de uma capacidade máxima de escuta simultânea de cinquenta e seis telefones, em Lisboa, e de oito, no Porto. O número de escutas anuais, efectuadas em Lisboa* — referia o documento — *não excedeu as três centenas.* E acrescentava: *Não se dispõe de elementos referentes ao Porto.*

No que respeita às instalações para escutas telefónicas a conclusão é a seguinte: Relativamente a Lisboa — as ligações foram desfeitas em 26/27 de Abril de 1974; o equipamento de escuta ficou sob resguardo desde Abril de 74 até cerca de Julho de 74, tendo sido, nessa altura, inutilizado; presentemente encontra-se acumulado dentro do mesmo edifício, ao cuidado da Comissão de Extinção, e é de recuperação extremamente difícil, se não impossível. Exceptua-se um reduzido número de gravadores que se considera terem sido extraviados. Relativamente ao Porto — as ligações foram desfeitas logo após o 25 de Abril de 1974 e os cabos que serviam para escuta telefónica retirados em meados de Maio de 1974; não foi possível determinar o destino dos gravadores.

A Comissão de Inquérito informava por fim:

Os arquivos sobre escuta telefónica foram transferidos para o Forte de Caxias, juntamente com outra documentação da PIDE/DGS, em princípios de Julho de 74. Não se considera possível que se tenham voltado a fazer, depois de 25 de Abril de 1974, escutas telefónicas sistemáticas e generalizadas, a partir destas instalações, tanto mais que o equipamento se encontrava inutilizado e as ligações desfeitas. No que respeita à Legião Portuguesa não há provas de que fizesse escuta da rede telefónica pública.

O principal equipamento de escuta da PIDE encontrava-se instalado no quarto andar do edifício-sede da Rua António Maria Cardoso,

numa área estritamente reservada a que só uma meia dúzia de funcionários tinha acesso. Os cabos telefónicos, através dos quais era possível efectuar a intercepção, estendiam-se dali por umas escassas centenas de metros até à estação dos TLP da Trindade.

Totalmente automático, até à fase de leitura da bobina gravada, este sistema de escuta era indetectável, não provocando, portanto, quaisquer ruídos que alertassem os utilizadores dos telefones alvo de vigilância. Raras vezes tendo trabalhado em pleno — ou seja, interceptando e gravando cinquenta e seis comunicações telefónicas ao mesmo tempo — a escuta da PIDE/DGS era, todavia, muito importante no esquema de recolha de informações, tanto na generalidade como na especialidade. Em casos especiais, a escuta era feita, paralelamente, pelo sistema automático e por um agente com instruções específicas sobre o serviço.

As coisas passavam-se, mais ou menos, desta maneira: havia um certo número de telefones que podiam estar em escuta vinte e quatro horas por dia, sendo gravadas todas as conversações para e desse posto telefónico; outros telefones eram escutados por uma questão de rotina, de tempos a tempos e por espaços de horas ou de dias. As gravações obtidas eram, por vezes, guardadas nas próprias fitas magnéticas. Porém, na maioria dos casos as conversas eram passadas a escrito e seguiam para o *dossier* individual dos interlocutores.

As conversações eram minuciosamente registadas, com interjeições, interrogações, exclamações e silêncios, assinalados com reticências.

Reproduz-se o texto de uma escuta telefónica classificada de «*secreta*». Os verdadeiros nomes foram alterados mas assinalam-se, em sublinhado, os trechos anotados pela polícia política, por suspeita de que as palavras trocadas fizessem parte de um código:

— *Estou!*

— *Senhor Simões?*

— *Sou.*

— *Como está, está bom?*

— *Está bom, senhor Jorge Torres?*

— *Muito obrigado. O homenzinho já cá esteve...*

— *Sim.*

— *Já levou isto... mas o senhor quando puder há-de fazer o favor de passar por aqui, está bem?*

— *Está bem. Então?* (Simões).

— *E quando passar por aqui traga-me duas garrafas de «Peter Dawson». Não, uma só, que uma já o senhor me deu uma vez, traga-me uma.* (Jorge Torres).

— *Está bem.*

— *Pronto. Quando é que cá passa?*

— *Deu-lhe a massa a ele?*

— *Dei, sim.*

— *Quando é que cá passa?*

— *Se o senhor quiser a garrafa posso-lha mandar.*

— *Não, passe por cá que eu quero falar consigo.*

— *Diga lá, homem, já agora!*

— *Não quero falar pelo telefone. Nem posso.*

— *Mas não há problema nenhum, não?* (Simões).

Posteriormente, em impressos próprios, os agentes dissecavam a conversa, extraindo dela os elementos considerados necessários. Para que se possa avaliar da profundidade com que eram elaboradas estas fichas divulgamos, na íntegra, o seu formulário:

Informação biográfica. Nome, pseudónimos, nascimento (lugar e data), filiação, nacionalidade, cônjuge, filhos, outros parentes, religião, habilitações, idiomas, profissão, serviço militar, detenções, descrição física.

Informação pessoal e particular. Endereços das residências, endereços dos escritórios, bens móveis e imóveis, criados, restaurantes, barbeiro, cabeleireira, alfaiate, modista, médico, lojas, igrejas, desportos,

teatros, cinemas, clubes, bares, férias, passatempos, amantes, amigos pessoais, visitas, sistema de transporte.

Informação política. Filiação partidária, grau de convicções políticas, sociedade ou associações a que pertence, outras informações políticas.

Emprego. Posição que ocupa, ordenado e bónus, outros rendimentos, viagens profissionais, número de telefone, reputação profissional, outras informações relativas ao emprego.

Informação de controlo. Dificuldades com a família, dificuldades no emprego, bens que aprecia mais, aceitação de espórtulas, informação que poderá ser usada como chantagem, idem para assustar ou deprimir.

Outras informações.

Observações.

Contactos.

Da vida íntima do cidadão, do seu dia-a-dia, eram assim extraídos os aspectos que permitiam à PIDE/DGS fazer tanto o «*recorte político*» como o da «*personalidade*» de cada qual.

A título de exemplo eis a transcrição de uma escuta telefónica à residência do Dr. Mário Soares:

Escuta telefónica da residência de Mário Soares

Telefonema de Bona de Mário Soares para a sua mulher, Maria de Jesus.

22 Horas: A senhora de Mário Soares entra em contacto com o n.º 243 27 98 e tem uma conversa banal. Nota: 243 27 98 — Cândida Mota Pereira de Araújo. Av. Conselheiro Ferreira Lobo, 17, Caxias.

22H34: Da Alemanha, de Bona, o Mário Soares entra em contacto com a residência e fala com a Maria de Jesus.

— *Estou*

— *Maria de Jesus?*

— *Sou!*

— *Ah!...*

— *Há que tempos que estou para falar. Não tens estado aí em casa?*

— *Tenho!*

— *Disseram-me que ninguém respondia de casa e eu mandei insistir até que consegui a ligação!*

— *Quando?*

— *Agora!*

— *Tenho estado sempre, não saí, filho!...*

— *Olha, então como é que estás?*

— *Estou bem, obrigada, e tu?*

— *Está tudo bem?*

— *Está tudo fino, e tu?*

— *Eu estou bom. E os miúdos?*

— *Os miúdos estão bons!*

— *E o pai?*

— *O pai também está muito bonzito!*

— *Está aí ou está na escola?*

— *O pai está cá!*

— *Então tu não escreves, não dizes nada?*

Para além da escuta «*normal*» — se assim se lhe pode chamar... — era prática, na António Maria Cardoso, fazerem-se cerca de onze horas diárias de busca telefónica, por sondagem. Um ficheiro completo dos assinantes da zona de Lisboa, dispondo de dois índices (nomes e moradas), era semanalmente actualizado.

Fundamentalmente o telefone de uma determinada pessoa era posto em escuta para se obterem quatro tipos de informações. Informações que confirmassem (ou não) aquelas que motivavam a escuta; informações complementares daquelas que motivavam a escuta; informações tendentes a definir o perfil humano, social e psicológico do escutado; e informações que pudessem fornecer elementos para chantagem.

Indivíduos com responsabilidades políticas não falavam normalmente das suas actividades pelo telefone mas *«abriam-se»*, por vezes escandalosamente, em assuntos da sua vida íntima. Um caso curioso era o daquelas pessoas, sem nenhuma responsabilidade política, mas de qualquer modo empenhadas na luta antifacista, que começavam por dizer ao seu interlocutor que tivesse cuidado com o que dizia e que, passado um minuto, por meias palavras, se descaíam com assuntos confidenciais.

Este género de pessoas falavam sempre por meias palavras ou por subentendidos — o que era a melhor forma de chamar a atenção para o leitor da escuta, eventualmente distraído.

Directamente dependente dos Serviços de Informação, o sector da escuta telefónica era chefiado pelo subinspector Bernardino da Cunha Azevedo.

Em 24 de Abril estavam sob escuta, entre outros, os telefones de Costa Gomes, António de Spínola, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pinto Soares, Kaúlza de Arriaga, a mulher do dirigente do PCP José Magro, além de praticamente todos os telefones dos jornais diários de Lisboa e da Embaixada e do Consulado de Cuba.

Assinale-se, por curiosidade, que o antigo director do jornal *A Capital*, e também deputado da ANP, o partido no Poder, Manuel Homem de Melo, tinha uma das mais volumosas escutas telefónicas feitas pela PIDE.

Em resumo: a *«loucura»* das escutas telefónicas e dos aparelhos de gravação — enfim, das conquistas da técnica ao serviço da devassa da vida privada por parte da polícia política do facismo português — parecia estar a atingir, na Rua António Maria Cardoso, as raias do paradoxismo.

O próprio Silva Pais possuía, incrustado numa das paredes do seu gabinete, um gravador que tanto servia para registar as conversas ali havidas, de viva voz, como as efectuadas através das linhas directas dos telefones colocados sobre a sua secretária. E a esta sinistra vigi-

lância automática nada escapava: nem sequer os anódinos telefonemas dos ministros...

Espantoso, porém, é saber-se que até Marcello Caetano e Américo Tomás eram vítimas da escuta pidesca. Os seus telefones secretos foram descodificados pela PIDE, que mantinha reservados cinco aparelhos só para registo das conversações dos dois altos dignatários do regime. Nos dias imediatos ao 25 de Abril, as gravações destas «escutas» e de outras ainda estavam intactas no arquivo CI 2.

Se não tivesse ocorrido o 25 de Abril, a PIDE/DGS disporia de um novo e ainda mais sofisticado serviço de escuta e gravação de chamadas telefónicas, material no qual estavam muito interessados Sílvio Mortágua e Pereira de Carvalho, entre outros altos funcionários da polícia política, também conhecidos pelas suas tentações tecnológicas.

Óscar Cardoso

A escuta telefónica sempre foi prática comum dos Serviços de Informação em todo o mundo. Não sei qual é o espanto por ter sido feita, também, pela PIDE.

A escuta continuou durante o PREC, efectuada com os tais aparelhos da PIDE que «tinham sido destruídos sem possibilidade de recuperação». Os diligentes rapazes do PC encarregaram-se do trabalho e fizeram-no a preceito com aparelhos «inutilizados», o que lhes confere maior merecimento.

Como diz o autor, a escuta telefónica era altamente confidencial e a ela só tinha acesso um restrito número de funcionários.

A diferença em relação ao que se faz hoje, é só uma:

Dantes, a escuta era um simples meio de informação que não saía do estrito limite imposto por quatro paredes de um gabinete. Hoje é um meio de recolha de elementos para formação do Corpo de Delito que, inclusivamente, se tornam provas que fazem fé em Juízo.

O que dantes era secreto, hoje sai do âmbito da Polícia que efectua a escuta e passa aos tribunais. Aqui os elementos são manipulados por dezenas de funcionários, advogados, magistrados e sabe-se lá por quem mais — por jornalistas, diria eu.

De qualquer maneira todos sabemos como funciona o chamado «segredo de justiça» no nosso evoluído país a caminho do socialismo.

Na PIDE escutavam-se pessoas suspeitas, é certo. Mas não é verdade que se escutassem ministérios, a Presidência do Conselho e o próprio presidente da República.

Isto, além de totalmente falso, ultrapassa as raias do ridículo. E garanto que, nesse tempo, seria de todo impensável escutar o procurador da República, como se fez há tempos, dando origem a grande alarido e à indignação dos grandes valores que regem o destino da Nação.

Todavia, parece que não passou de alarido como aconteceu quando se descobriu que certos processos da PIDE apareceram na posse da KGB. A indignação acabou em nada!

Posso admitir que na noite de 24 para 25 de Abril de 1974 se tivessem colocado sob escuta os telefones do senhor presidente do Conselho e do senhor presidente da República, com um único objectivo e só esse de garantir a segurança dos próprios e de suas famílias.

Não sei se isso foi feito mas admito-o como possível e desejável dentro deste contexto, mas nunca fora dele.

Os primeiros aparelhos de escuta que tivemos eram de origem francesa e penso que obtidos por intermédio, ou mesmo oferecidos pela SDECE. Os últimos foram oferecidos à PIDE pela CIA dentro do espírito de cooperação de organizações congéneres e também para que escutássemos a Embaixada de Cuba, em prole da intercolaboração.

Essa aparelhagem, ao tempo moderníssima, entendemos, por bem, usá-la a *Bem da Nação.*

É interessante a referência ao conde Alexandre de Marenches, amigo e admirador do nosso subdirector-geral Barbieri Cardoso. Marenches era um homem excepcional no campo de informação e como tal sabia muito bem o que havia de dizer e o que devia calar. Também era diplomata pelo que, ao escrever *No Segredo dos Deuses* de parceria com Christine Ochkrent, talvez tivesse dito aquilo que achava conveniente mesmo que não correspondesse à verdade.

Também é muito interessante a divulgação recente de que o Eliseu tinha o seu serviço de escuta e que o próprio Mitterrand o usava em proveito próprio. Quem diria?....

Quem diria que o «Pai espiritual do Mário Soares», a quem já ouvi e vi chamar um dos «grandes líderes da humanidade», teria destas fraquezas.

O «apoderado» de Mário Soares, como Bettino Craxi, ora em férias para os lados de Tunes, não escutava apenas adversários políticos mas também amantes, actrizes e até amigos de quem sentia ciúmes. A verdade é que existem relatórios que têm o «visto» aposto pelo punho do ideólogo socialista.

Será por isto que Mário Soares deixou, de há uns tempos para cá, de se referir ao «Mon ami Mitterrand»?

Não há dúvida; pureza só em Portugal e depois do 25 de Abril.

Não admira que seja o país mais «admirado» e «imitado» da Europa embora sobreviva de esmolas, andando a estender a mão à caridade.

Penso que as escutas do Eliseu podem estar na origem da demissão de Alexandre Marenches que, aliás, não tinha grande simpatia por Miterrand.

Mas voltemos à PIDE. É verdade que se escutaram militares a partir do momento em que nasceu o chamado «Movimento dos Capitães». A PIDE tinha a obrigação de acompanhar a evolução dos acontecimentos e fê-lo até ao fim. Mas também é verdade que algumas vezes fez escuta a pedido dos militares.

Estou a lembrar-me do caso de um oficial superior que foi «estrela» durante o PREC e que chegou a comandante-geral da GNR.

Apareceu um dia na Rua António Maria Cardoso e pediu para falar com o director de Serviços, Pereira de Carvalho. Foi logo atendido.

No gabinete de Pereira de Carvalho, e na presença do inspector Abílio Pires, o militar expôs o que pretendia: como estava no «Ultramar a lutar pela Pátria» (palavras dele) pretendia que puséssemos o seu telefone em escuta pois desconfiava da fidelidade conjugal da esposa.

O director Pereira de Carvalho, um tanto desconcertado com o pedido mas delicadamente, tentou dissuadir o oficial dos seus intentos alegando que o assunto não era da competência da PIDE, etc, etc.

O militar não se comoveu. Insistiu que, «como combatente tinha o direito de ser atendido» e foi mais longe: afirmou que a PIDE «tinha a obrigação moral de o apoiar».

Pereira de Carvalho e Abílio Pires trocaram breves impressões e acabaram por ceder.

Confirmaram-se as suspeitas do militar.

Mais tarde, como comandante-geral da GNR, determinou aos subordinados que pusessem as armas de parte e actuassem apenas com a cabeça.

Isto foi o princípio da campanha, que visa destruir a insigne corporação que ainda é a GNR.

Os soldados, sobretudo, não gostaram do alvitre e diziam na caserna que se havia que lutar com a cabeça, que o fizesse o general, porque tinha a testa bem guarnecida, o que não era o caso deles...

Nestas histórias de caserna, há algumas que têm um senso de humor muito fino.

Eu não gosto destas coisas.

Para aborrecido já basta o facto de ter, por compromisso, que comentar este livro. Não digo o nome do general por duas razões. A segunda é porque toda a gente sabe quem é.

Se conto esta história é para demonstrar até que ponto a PIDE/DGS colaborava com os militares.

A GNR é um dos objectivos a destruir até porque é uma força que garante a segurança das pessoas, com disciplina e autoridade.

O processo está em curso. Não é com o aumento de agentes que se diminui a criminalidade. É dando aos agentes da ordem respeito, dignidade, espírito de corpo e autoridade.

Mas, pergunto: será que se pretende mesmo diminuir a criminalidade?

Todas as medidas que vejo tomar demonstram precisamente o contrário. Verifica-se a protecção do delinquente em detrimento da vítima.

É preciso criar o caos. O projecto está bem encaminhado.

Embora o Nuno Vasco o não pretenda, penso que neste capítulo fez um elogio à PIDE.

Quando a nova polícia, agora informatizada, quiser aperfeiçoar a sua eficiência nada mais tem do que introduzir no computador o «formulário» de que fala o autor.

A nova polícia está em formação e de forma refinada, só que não tem nada de nacional.

Em Portugal era corrente, e ainda é, algumas pessoas afirmarem que têm o telefone sob escuta. Isso confere-lhes um grau de importância que não têm mas gostariam de ter.

Para evidenciarem experiência, conhecimentos de «conspirativo» que não possuem, gostam de afirmar: «isto não é assunto para discutir ao telefone»...

São felizes assim.

A escuta telefónica é sempre um empreendimento muito caro. Todavia, para escutar conversas, há engenhocas electrónicas baratas que se vendem em qualquer loja da especialidade, nos dias de hoje.

Violação de Correspondência

A *«intercepção postal»* — nome eufemisticamente dado pela PIDE/DGS ao crime de violação de correspondência — era uma actividade praticada diariamente na sede da polícia política, em Lisboa, nas diversas delegações espalhadas pelo País e, às vezes, até nas próprias estações dos correios.

Neste último caso os interceptores eram os próprios informadores da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa colocados naqueles locais. Há até notícia de, por vezes, terem surgido sérios conflitos entre alguns desses *«fiéis instrumentos do fascismo»*, devido ao facto de se anteciparem uns aos outros na cega concorrência de desviarem as cartas do pacato cidadão.

Num documento a que tivemos acesso, na sede da PIDE, poucos dias depois do 25 de Abril, um dos informadores queixava-se amargamente aos seus superiores de que, fulano de tal, da Legião, lhe prejudicava o serviço, ao desviar antecipadamente para aquela organização muita da correspondência com interesse. E o *«solícito colaborador»* propunha que se tomassem *«rigorosas providências»*, pois — afirmava — estava a ser *«humilhado»*...

Os CTT chegaram a manter, durante certo tempo, um grupo de funcionários (*«catadores»*) que colaboravam com a PIDE na violação da correspondência. Mais tarde, porém, devido a queixas sobre o des-

vio de dinheiro de emigrantes e de correspondência diversa, foram afastados, passando a PIDE a assegurar este *«serviço»* sozinha e de forma directa na Estação Central dos Correios.

Não obstante a actividade da polícia política na Estação do Terreiro do Paço ser descarada, certa vez foi detectado um agente a retirar correspondência da posta restante, acabando por ser expulso do local pelos trabalhadores da secção.

A violação de correspondência mantinha adstritos diversos agentes que, conforme os casos, retinham pura e simplesmente as cartas, retiravam delas alguns elementos pontuais ou fotocopiavam-nas na íntegra.

O material recolhido era arquivado tanto no *dossier* do autor da correspondência como no do destinatário, junto a processos em curso ou canalizado para outros sectores, de acordo com as instruções superiores.

O *«sigilo da correspondência»* — escrevia o dr. José João Batista na sebenta de «Noções de Direito» utilizada na Escola Técnica da PIDE/DGS — *«deve equiparar-se ao segredo das comunicações telefónicas. Este segredo só poderá ser violado quando tal for estritamente indispensável à instrução do processo»*.

Acontece, porém, que para a PIDE era sempre *«estritamente indispensável»* violar a correspondência e tal aplicava-se a qualquer cidadão. Neste capítulo os portugueses eram, efectivamente, todos iguais... face às arbitrariedades da polícia política.

A intercepção da correspondência no interior do País rendia muito pouco, em virtude de haver outros meios, mais seguros e mais práticos, de transmitir mensagens. Já a intercepção das cartas vindas do estrangeiro ou ao estrangeiro destinadas era a principal fonte de informação sobre as organizações que actuavam a partir do exterior.

Não obstante a linguagem dessas cartas ser muitas vezes cifrada e, quase sempre, figurada, isso não impedia que a Polícia as decifrasse, ainda que parcialmente.

Podiam os nomes do destinatário e do remetente ser falsos, mas a carta havia de chegar ao seu destino — ou o seu envio não teria sen-

tido. Quanto ao resto, era apenas questão de um aturado trabalho de vigilância.

Foi deste modo que a partir de uma carta completamente anódina, seis meses depois do seu envio, a PIDE conseguiu prender Hermínio da Palma Inácio.

Não obstante *«render pouco»*, em material passível de exploração imediata, há indícios que levam a acreditar que em cada dez cartas recebidas por qualquer pessoa, três eram abertas pela PIDE. Muitas das cartas encontradas eram absolutamente vulgares, mas nem por isso a polícia política deixava de as estudar até aos mais infímos pormenores.

O departamento de violação de correspondência, que fora reestruturado alguns anos antes do 25 de Abril pelo inspector Rosa Casaco, estava confiado, à data da Revolução, ao inspector Sílvio Mortágua. O mesmo será dizer que a correspondência de qualquer cidadão ia parar a mãos que sabiam bem do seu ofício...

Em Março de 1977, foi julgado no Porto um chefe dos correios, aposentado, José Martins Nunes, que segundo os autos de acusação, desde 1963 a Abril de 1974, primeiro com uma gratificação de 400$00 e depois de 500$00, separou ou mandou separar correspondência que era entregue num gabinete da PIDE/DGS, instalado na Estação Central dos CTT, naquela cidade.

Dali os agentes da polícia política faziam seguir para a delegação portuense da PIDE/DGS as cartas dos cidadãos sob suspeita, as quais eram abertas e fotocopiadas, antes de prosseguirem para os seus destinos.

O réu alegou em sua defesa que recebia ordens dos superiores hierárquicos, a que não lhe era legítimo desobedecer, sob pena de perder o emprego. Todavia o juiz deu como provada a acusação tendo em conta, inclusive, os factos de o réu ter sido legionário e de receber dinheiro da PIDE/DGS o que, segundo a sentença, mostrava bem a sua personalidade e conduta.

Eram homens como este que faziam a intercepção postal à correspondência de todos nós. Intercepção que, tal como em outras circunstâncias, nada parecia justificar: o *«serviço»* fazia-se por rotina, da mesma forma que em relação às escutas telefónicas.

Talvez por isto mesmo a vigilância não poupava ninguém: dos monárquicos aos elementos das Forças Armadas, passando pela Igreja e até pelos próprios *«figurões»* do Governo.

Claro que havia determinados indivíduos sobre quem recaíam mais suspeitas, e entre estes situavam-se os ouvintes de emissoras estrangeiras que emitiam programas em português, como a BBC, de Londres.

A PIDE vigiava estes *«perigosos»* portugueses cujo *«único crime»* era pretenderem ouvir uma informação livre do espartilho censório que então dominava todos os órgãos de comunicação social: da rádio à TV passando, muito especialmente, pelos jornais.

Alguns exemplos:

Artur Marques Vidal, funcionário da Secretaria Judicial de Vagos, deitou no correio, cinco dias antes do 25 de Abril, uma carta dirigida à BBC. Nela Artur Vidal lamentava não terem chegado ao destino, ou terem chegado com muito atraso, postais que enviara de Londres quando da sua estadia ali. A PIDE, que interceptou esta carta, guardando nos seus arquivos fotocópias da mesma, foi certamente a responsável pela demora da chegada dos postais do senhor Vidal. Só que isto, antes da Revolução, não se podia dizer... e muito menos provar.

Uma outra carta dirigida à BBC, e que foi interceptada pela PIDE/DGS, tinha por remetente o padre João Anatólio Rocha Borges. O inspector encarregue do serviço despachou-a para que fosse arquivada, apesar de não conter matéria que suscitasse um interesse especial, para além do signatário pertencer ao clero e de ouvir uma emissora estrangeira conhecida pela fidelidade dos seus noticiários.

Porém num país amordaçado, como era o Portugal dessa data, qualquer cidadão que estivesse minimamente informado constituía um perigo potencial para o regime. Havia pois que detectar e vigiar todos

aqueles que não se deixavam enredar na apatia criada pelos meios de (des)informação controlados pela Censura/Exame Prévio.

O Estado policial em que se vivia era, no fundo, uma prisão sem grades.

Nas colónias, as delegações da PIDE entregavam-se também com afinco à ignóbil e criminosa actividade da violação de correspondência.

Em Fevereiro de 1972, por exemplo, a Delegação da PIDE/DGS, em Lourenço Marques, enviava para a divisão do Ultramar, em Lisboa, o resultado das suas violações de correspondência.

O alvo, neste caso, era o irmão do pretendente ao trono de Portugal, príncipe D. Miguel de Bragança, que então cumpria o serviço militar, em Moçambique.

Miguel de Bragança escrevia ao pai simplesmente isto:

O que a grande maioria dos monárquicos quer é o retrocesso de tudo, o que seria o caos. Por exemplo, na Junta Monárquica de Moçambique, os seus elementos dirigentes são mesmo aquilo que eu não quero dizer por ser actualmente tão empregue na imprensa ocidental: reacionários, ou seja, partidários do voltar para trás. Querem uma monarquia salazarista — há quem preferisse dizer monarquia facista, mas seria menos correcto. Nisto estou de acordo com Marx: toda a reedição da História é uma caricatura.

Um príncipe a contestar os dirigentes da Junta Monárquica e a citar Marx era, para os pides, um *«perigoso esquerdista»*. Não admira que, meses depois, tenha sido expulso de Moçambique...

Aliás o director da PIDE em Lourenço Marques, Fernando Pereira de Castro, mantinha na máxima operacionalidade os serviços sob sua responsabilidade.

Diariamente, nas malhas apertadas do sector de violação de correspondência ficavam centenas de cartas que, mesmo depois de abertas e fotocopiadas, nem sempre seguiam o seu destino.

A maioria destas fotocópias eram arquivadas na delegação moçambicana, mas as mais importantes seguiam para Lisboa, onde se procedia a uma análise ainda mais cuidada do seu conteúdo.

Sempre muito interessada na vida e correspondência da família de Bragança, a polícia política não esteve com meias medidas quando de uma passagem por Lourenço Marques do príncipe das Beiras, D. Duarte Pio.

Tendo escrito para Londres a uma sua amiga, Matilde Chaves, a PIDE interceptou e fotocopiou a carta tendo enviado para Lisboa o resultado de mais esta operação ilegal.

Escassos quinze dias antes da Revolução, uma outra carta, do padre David de Sá dirigida ao padre Joaquim Ferreira Leão foi também interceptada pela PIDE, que logo tomou nota de algumas frases: Eis os sublinhados da polícia:

E os acontecimentos militares? Há muitos terroristas na Metrópole : até os há na S.J. Quer ouvir? Nesta Lapa, habitualmente há menino que está mesmo em frente da televisão, todo recostado. Pois quando o Sr. Marcello fala, ou toma um livro e vai lá para trás ler, ou vai para o quarto.

Claro que a polícia anotou logo o local onde isto acontecia e eis como, a partir daí, passaram a estar debaixo de olho aqueles a quem não interessavam as «Conversas em Família» do presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano.

Há dois anos, quando requisitei ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo a consulta do meu *«dossier»* na PIDE/DGS, além do Processo 227/73, da Direcção dos Serviços de Investigação e Contencioso, relativo à prisão a que fora sujeito em 1973, descobri no CI 2 o Processo com o n.º 16494, no qual a polícia política guardava cartas que eu redigira e que nunca tinham chegado ao seu destino. E não eram simples fotocópias que estavam lá: eram os próprios originais.

Não resisto a transcrever dois deles. O primeiro é um cartão de Boas Festas, da minha autoria, enviado nesse longínquo Natal de 1970 a Adelina Taborda Ferreira e a muitos outros amigos. O seu texto:

Dizem-me que o Pai Natal
Vai distribuir este ano
a cada cidadão
um exemplar da Declaração Universal
dos Direitos do Homem
e pendurar nos pinheiros festivos
o sentido exacto da palavra
Liberdade.
Mas, como todos sabemos,
o Pai Natal não existe.

A outra carta, redigida em Novembro de 1970, destinava-se a Teresa Dias Ferreira, então em Londres, e era tão *«suspeita»* aos olhos da PIDE/DGS, que sofreu numerosos sublinhados:

Portugal é incomparavelmente mais frio do que Londres. Frio que se sente bem dentro da carne e dos espíritos oprimidos. Afinal Londres é a Liberdade.

Para ti. Para mim, que te escrevo agora de Leiria e penso em ti sem te idealizar em parte alguma. King's Road, Oakwood Court, Liberty Street.

Nós temos a Liberdade numa avenida, que é só avenida, quase beco. Em Lisboa.

Tu terás a Liberdade agora, no teu corpo, na tua alma, no gesto, no fumo do cigarro, na ponta da esferográfica.

Como homem de esquerda e *«operário da escrita»* que sempre fui, defendi e defendo que os Arquivos da PIDE/DGS devem ser preservados na íntegra, com todos os originais ou cópias das nossas cartas

intímas e também com as transcrições daquelas muitas palavras tantas vezes segredadas ao telefone. Que mal há nisso?

Que mal há em que ali fiquem, por junto, nesse *«Grande Arquivo da Vergonha»* todos os nossos desejos *«confessados»* de Liberdade?

Óscar Cardoso

Este capítulo é um poema. A PIDE terá inventado a violação de correspondência, uma actividade até então desconhecida, e hoje, de modo algum praticada no nosso Portugal livre e democrático.

Era uma vez uma velhinha, muito pobre, que vivia só num casebre de pedra solta, algures numa perdida aldeia beirã. Era viúva e o seu único esteio era um filho estremecido que a miséria obrigara a emigrar para França.

A velhinha, saudosa, ia sobrevivendo graças à caridade da vizinhança ou de algum caçador que, por piedade, lhe dava um coelho ou lebre para melhorar o magro caldo, quase sempre de urtigas e às vezes de feijão bravo, que constituía a sua alimentação. Os invernos eram rijos, o vento zimbrava entra as pedras soltas da cabana e nas redondezas dos currais ouviam-se os lobos uivar. Era uma coisa de meter medo.

Junto da casa havia uma pequena courela que nos bons tempos, ela o marido e o filho, cultivavam a primor.

A época de lavrar aproximava-se. Na aldeia só existiam anciães também pobres. A viúva lastimava-se. Era velha e doente (naquele tempo não existia uma primorosa assistência na doença como há hoje).

Com ajuda, pois também era analfabeta (hoje não há analfabetismo em Portugal, segundo as estatísticas...!?) escreveu ao filho a pedir que viesse para lavrar o chão.

Uns dias depois, a viúva recebia um telegrama mais ou menos nestes termos: «Mãe, não mexa terra. Armas escondidas».

Quase simultaneamente com o telegrama chegou um arraial de «Bulldozers» e «Caterpillers» à pequenina courela. Revolveram o chão, de alto a baixo e em profundidade, devidamente manobrados por elementos da PIDE.

Penso que tenho que descobrir um adjectivo para ilustrar os agentes da PIDE. Digamos «sinistros» agentes da PIDE. Soa melhor e além disso é mais ao gosto literário desta época.

A mãe, aflita, escreveu novamente ao filho a contar as suas desgraças e a perguntar o que havia de fazer.

Passado pouco tempo, chegou um novo telegrama com estes dizeres: «Agora semeie».

Li esta história que achei engraçada nos anos 60, na revista francesa *La Vie Ouvrière* num artigo intitulado «Pierre».

Nos tempos de obscurantismo arranjar-se-ia um final romântico para a história que acabaria assim:

«E a estas horas lá estarão comendo pão com melão».

Actualmente acabaria, talvez, assim:

«A estas horas lá estarão gozando os benefícios de viver num Portugal livre, próspero e democrático».

Duvido que estivessem a comer pão com melão porque estes são artigos caros: a farinha é importada e a fruta vem de Espanha.

Uma maneira de evitar o aborrecimento é recordar histórias. Aqui vai outra, bem verdadeira:

Quantas e quantas vezes não acontecia irem à PIDE as mulheres e mães de emigrantes pedir ajuda para visitar os seus entes queridos, lá fora, no estrangeiro.

Nós PIDE/DGS nunca perseguíamos os emigrantes.

Combatíamos sim a emigração clandestina, nomeadamente os «engajadores». Estes eram uma casta sem escrúpulos, que vigarizava e explorava os seu semelhantes, sujeitando-os, muitas vezes, a condições sórdidas e desumanas.

Um dia em que eu estava de serviço na Direcção-Geral, bateu-nos à porta uma senhora idosa, com aspecto muito triste e preocupado. O seu marido, emigrante clandestino em França, sofrera um acidente e estava hospitalizado. A velhota tinha junto todas as economias e queria ir vê-lo.

Os serviços apropriados passaram-lhe um passaporte especial porque tinham competência para o fazer.

Outros serviços, porque humanos, embora não oficialmente qualificados, fizeram-lhe um «pé de meia». O pessoal da cantina arranjou-lhe um farnel. Por fim, o director de Serviços determinou que a senhora fosse levada à estação ferroviária de Santa Apolónia, lhe comprassem o bilhete e providenciassem para que seguisse bem acomodada.

Este não é facto único. É apenas um dos muitos e muitos casos — e eu só conheço alguns — que se passaram na tão vilipendiada, mal compreendida e difamada Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

A PIDE é a única esperança que lhes resta para denegrir e culpar, para justificação dos erros, das vigarices, dos abusos de autoridade e das traições a que diariamente assistimos.

Não há muito tempo assisti, na televisão, a uma entrevista deveras interessante.

Quem entrevistava era uma senhora, com muito bom aspecto, que se dirigia ao interlocutor em termos moderados, de uma maneira correcta e simpática, demonstrando que sabia o que estava a fazer e sem alardes, revelava uma vasta cultura.

O entrevistado era um senhor já entrado na idade, de veneráveis cãs, com barbas brancas, bem cuidadas, e de aspecto respeitável.

A entrevista decorreu em boa ordem e com civismo. O senhor, com gestos de grande trágico e em tom grandiloquente, queixava-se de ter sido vítima da PIDE.

Afirmava que, inclusivamente, alguns dos seus poemas e cartas de amor tinham sido encontrados nos arquivos da PIDE/DGS tendo sido assim impedidos de chegar às afortunadas destinatárias.

Tudo indicava que a vítima teria sido, em novo, uma espécie de «Arlequim de Toledo», um D. Juan Tenório ou, como se diz no estilo actual, «um grande chicote».

E a entrevista continuava a decorrer com todo o civismo. A senhora afirmava-se serena, com muita classe, sem necessitar de se abandalhar ou de abordar e insistir em aspectos obscenos como acontece muitas vezes com outras pseudo-entrevistadoras da nossa praça.

Era notável a maneira como cada um falava, na sua vez, dando oportunidade ao outro de explicar e responder, sem atropelos, no seu turno. Confesso que já não estava habituado a este género de sessões.

Nas entrevistas da TV falam todos ao mesmo tempo, atropelando-se uns aos outros e cada qual, sem dizer nada, procura mostrar que é mais erudito do que o parceiro ou parceiros. Talvez esteja certo e seja moderno. Eu é que, infelizmente, me sinto atordoado.

Mas, voltando ao assunto. Senti imediatamente uma grande simpatia pelo trovador. Tive mesmo vontade de esganar o agente da PIDE que interceptara as epístolas do venerável ancião, por excesso de zelo ou demasiada sensibilidade a obras de estilo. Se o não conseguisse estrangular, pelo menos chamar-lhe-ia *malvado!*

De qualquer maneira, e na impossibilidade de localizar o «malvado», procurei saber antecedentes do bom senhor com o intuito de até lhe pedir desculpa.

E, eis o que me disseram: O trágico havia sido elemento activo e preponderante daquilo que a escritora esquerdista Patrícia Mcgawan chamou o *«Bando de Argel»*. Tinha pertencido à corja que, em Argel, fez a vida negra ao general Delgado e que, possivelmente, está por detrás da sua morte.

O respeitável senhor, falara na Rádio Argel-Portugal Livre, acicatando, açulando, incitando os terroristas a matar soldados portugueses. Além do mais era desertor. Não sei se por razões ideológicas ou, simplesmente, como agora se diz, por «ter um buraco ao fundo das costas».

Acontece que, presentemente, tem assento na Assembleia da República, onde desempenha lugar de relevo.

Da pessoa que o entrevistou, lembro-me do nome; chamava-se Fernanda Mestrinho e é uma verdadeira senhora. Do nome da vítima da PIDE/DGS não consigo recordar-me.

Foram tantas as «vítimas» do «Fascismo»...!

Apetecia-me acabar esta história citando Camões: *«Ditosa Pátria que tais filhos tem».*

E rematar dizendo: *Que grande filho...da Pátria!*

Não o faço, porque talvez não seja politicamente correcto citar Camões. Possivelmente está catalogado como um «fascista», ainda pior do que eu.

Mas vou terminar recordando o velho e honrado Fernando Pessa que entre as suas muitas virtudes, quase centenárias, tem um requintado senso de humor: — «E esta, hein?»

A «violação» de correspondência é prática comum em todas as organizações de «Inteligência» ou informação à escala mundial. Só que muitas delas não tiveram a «sorte» de estar na «berlinda» como nós; ou então, sendo da esquerda, tudo lhes é justificado para não dizer louvado.

É completamente falso que a prisão de Palma Inácio se ficasse a dever a uma carta anónima.

Discuti este assunto com o meu colega Abílio Pires, quando ambos estávamos presos em Peniche, à ordem das Forças Armadas, por determinação do Partido Comunista.

O Abílio Pires conseguiu a informação que deu origem à prisão do Palma Inácio, em Bruxelas e em Paris, obteve a confirmação.

Um mês antes do Palma Inácio entrar em Portugal já a PIDE sabia a matrícula e a marca do carro em que ele se deslocaria. Era um *Triumph Spitfire*, pertença de um tal Frade, que possuía uma casa com tectos falsos, lá para os lados do Areeiro.

Foi a partir destes dados que a vigilância se iniciou e o Palma Inácio foi preso.

O Abílio, que conduziu as operações, afirmou-me que a pessoa que forneceu os dados morreu, há cerca de um ano, esmagado por um camião. O Abílio não acredita que tivesse sido acidente e eu também não.

Se bem me lembro, em 1980 na sede da Military Intelligence em Pretória, foi ministrado um curso de espionagem.

Alguns militares sul-africanos tinham acabado de chegar da Inglaterra onde se haviam especializado em assuntos de informação, fotografia clandestina, dissimulação e outras artes.

Com estes conhecimentos ministraram, a um número restrito de camaradas, o curso a que me refiro.

Entre os instruendos encontrava-me eu. A determinada altura foi exibida perante nós uma maquineta que funcionava electricamente. Produzia vapor de água que, por sua vez, era insuflado para uma câmara fechada onde se colocavam sobrescritos que se pretendiam abrir sem deixar vestígios.

A máquina era grande, incómoda e talvez cara. O certo é que em certos casos, o vapor de água actuando sobre a tinta fazia-a esborratar. De qualquer maneira era sempre necessário proceder à secagem do sobrescrito.

Sem pretender ser mais esperto do que os outros, e apenas com espírito de colaboração, pedi licença ao brigadeiro e expliquei como as coisas se faziam à boa maneira portuguesa:

1.° — Toma-se o sobrescrito que se pretende abrir e uma lapiseira com a mina recolhida.

2.° — Examina-se o envelope e verifica-se a parte traseira do mesmo.

3.° — Com muito cuidado, introduz-se a ponta afilada da lapiseira num dos cantos de uma das dobras laterais do envelope e *nunca* na de cima onde, em geral, se escreve o endereço do remetente.

4.° — Sempre com cuidado desloca-se a lapiseira rodando-a suavemente ao longo da linha de colagem.

5.º — Abre-se a dobra lateral, evitando rugas, e retira-se o conteúdo.

6.º — Ao reintroduzir o conteúdo deverá ter-se o cuidado de o dobrar pelos vincos originais.

Esclarecimento: Nunca se deve abrir o envelope pela dobra do remetente porque, se alguma coisa correr mal e o destinatário for desconfiado, é logo ali que vai investigar.

Nota: Se o operador for requintado poderá usar um pêlo de porco espinho em vez da lapiseira. Normalmente, produz efeitos de melhor qualidade.

Esta história valeu-me a má vontade do brigadeiro que me tentou «lixar» até ao fim. Mas também ocasionou uma risada geral que teve a virtude de descontrair o ambiente formal e pesado que o brigadeiro impusera na sala.

Comecei este capítulo dizendo que ele «era um poema». Talvez até um poema de mau gosto, sobretudo do lado esquerdo.

Quero acabar este capítulo em poesia autêntica.

Só lamento que seja tão triste quanto verdadeira. Tomo a liberdade de transcrever os versos de um grande escritor e poeta que por amar a sua Pátria e ser muito português não lhe conferem os louros e a fama a que tem direito. Talvez, também, porque é demasiado grande para um país que se tornou tão pequeno, para não dizer mesquinho.

25 de Abril de 1974

Duzentos capitães! Não os das caravelas,
Não os heróis das descobertas e conquistas,
A Cruz de Cristo erguida sobre as velas
Como um altar
Que os nossos marinheiros levavam pelo mar
À terra inteira!
(Ó esfera armilar,

Que fazes hoje tu nessa bandeira?)
Ó marujos do sonho e da aventura,
Ó soldados da nossa antiga glória,
Por vós o Tejo chora,
Por vós põe luto a nossa História!
Duzentos capitães!Não os de outora...
Duzentos capitães destes de agora,
(Pobres inconscientes)
Levando hílares, ufanos e contentes
A Pátria à sepultura.
Sem sequer se mostrarem compungidos
Como é dever dos soldados vencidos.
Soldados que sem serem batidos
Abandonaram terras, armas e bandeiras,
Populações inteiras
Pretos, brancos, mestiços
(Milagre português da nossa raça)
Ao extermínio feroz da populaça.
Ó capitães traidores dum grande ideal
Que tendo herdado um Portugal
Longínquo e ilimitado como o mar
Cuja bandeira, a tremular,
Assinalava o infinito português
sob a imensidade do céu,
Legais a vossos filhos um Portugal pigmeu,
Um Portugal em miniatura,
Um Portugal de escravos
enterrado num caixão d'apodrecidos cravos!
Ó tristes capitães ufanos da derrota,
Ó herdeiros anões de Aljubarrota,
Para vossa vergonha e maldição
Vossos filhos mais tarde ocultarão

Os vossos apelidos d'ignomínia...
Ó bastardos duma raça de heróis,
Para vossa punição
Vossos filhos morrerão
Espanhóis!

10 de Junho de 1975 (antigamente Dia da Raça).
Joaquim Paço d'Arcos

Tortura

NUNO VASCO

A investigação através da tortura era uma prática comum da PIDE/DGS. Presos e supliciados, os detidos eram levados a «*confessar*» aquilo que sabiam e o que não sabiam. «*Os presos não saem daqui sem dizer toda a verdade*» — ufanavam-se os inspectores torcionários.

Conduzida de uma forma primitiva ou levada «*às últimas consequências*», por processos de som e luz, a tortura ocupava um lugar de destaque nas actividades habituais dos agentes da polícia política dos tempos do fascismo.

O terceiro andar do edifício-sede da polícia política, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, e as salas do reduto-sul do Forte de Caxias, são locais que os cidadãos que alguma vez estiveram presos não mais esquecerão.

O famigerado terceiro andar foi, durante muitos anos, a zona de torturas por excelência, não obstante os vizinhos darem conta de que aos presos eram ali infligidos os mais duros castigos.

Com a transferência, em 1971, dos Serviços de Investigação para o reduto-sul do Forte de Caxias, verificou-se um refinar dos métodos torcionários, em que um certo tipo de tortura física (como as agressões a murro e a pontapé) foi gradualmente substituída pela privação consecutiva do sono, audição de sons estridentes e sujeição a potentes

jogos de luz. Os elementos da polícia política exerciam ainda sobre os presos diversas formas de tortura moral, desde ameaças de rapto de familiares à chantagem.

Compreensivelmente, são muitos os depoimentos elaborados por presos sobre as torturas que lhes foram infligidas por agentes, chefes de brigada e inspectores da sinistra polícia política. Em contrapartida, são escassas as provas materiais de que se dispõe sobre as sessões de tortura praticadas pela PIDE/DGS.

Apesar de tudo uma dessas provas é o documento que se encontra apenso aos autos de querela n.º 62/65, do 4.º Juízo Criminal de Lisboa. Trata-se de uma ordem manuscrita de tortura, dada por um inspector ao agente Caldeira Fernandes, documento que foi junto ao processo devido às repetidas instâncias formuladas nesse sentido pelo advogado Joaquim Pires de Lima. Lia-se no original em causa:

Artur Catarino Simões. Perguntas a fazer: desde quando «voltou» ao Partido Comunista; quem o «aliciou» e «cotização» que pagava; «pseudónimo» que usava; «actividades» que tem vindo a desenvolver como «membro» do «partido». Nota: este homem não dorme.

Seguia-se a assinatura do inspector.

Na verdade é difícil, quase impossível, falar da PIDE/DGS sem falar de tortura. E vice-versa.

Cumprindo e exorbitando o velho lema de Salazar, de que não fazia mal aos presos *«meia dúzia de safanões a tempo»*, a PIDE/DGS não investigava para prender — prendia para investigar. E investigava sob tortura.

Segundo Marcello Caetano, no seu livro *Depoimento*, editado após o 25 de Abril, no Brasil, *a DGS «começou sistematicamente a ser acusada de tratamento desumano dos presos e até de torturas»*, mas em seu entender — ele, presidente do Conselho — terá cumprido como lhe competia, pois *«além das instruções e das recomendações cons-*

tantes, minhas e do Ministério do Interior, no sentido de que as investigações e os interrogatórios decorressem sempre de forma a não haver motivos para crítica fundada, não deixou de se fazer a fiscalização possível».

Opinião diversa tem o advogado Fernando Luso Soares: *«os agentes da PIDE/DGS eram quase, eram mesmo, senhores intocáveis (...) De um modo geral, todos os órgãos (ditos) de soberania se vergavam a esta natureza que a PIDE/DGS tinha, de um Estado dentro do Estado».*

Recorda-se a famosa resposta do capitão Catela quando, ainda inspector da PIDE, lhe observaram que ele não podia prender um deputado, em virtude da imunidade parlamentar:

Mas qual imunidade, qual carapuça! Eu cá posso prender todas as pessoas menos o presidente do Conselho e o presidente da República. E quanto a este último chego a ter as minhas dúvidas.

Após a detenção, o preso era habitualmente colocado numa cela sozinho (em isolamento) ou, em certos casos, tinha um companheiro temporário, que podia ou não ser *«bufo»*. Para além do carcereiro, que trazia as três refeições, o preso só via os agentes da polícia política que a qualquer hora podiam entrar na cela para fazerem buscas. Eram proibidos livros, revistas e às vezes até a correspondência familiar.

Durante o período de isolamento as reacções psicológicas eram notoriamente afectadas com fases de agitação, impaciência, agressividade, inércia, descuido com a higiene pessoal, passividade e quebra das defesas físicas.

Entretanto o processo que visava a despersonalização do preso já tinha começado: o ser fotografado de perfil, de frente e a três quartos, a colheita das impressões digitais, o corte do cabelo, da barba e do bigode. Eram-lhe também retirados todos os objectos pessoais, em especial óculos, relógio, cinto, atacadores.

Os interrogatórios iniciavam-se em qualquer momento e a sua duração era imprevisível, podendo levar algumas horas ou vários dias.

Um dos métodos seguidos pelos agentes era o de não acusar o preso concretamente de nenhum delito; limitavam-se a pôr diante dele um papel e lápis e ordenar-lhe: *«escreva a sua história»*.

Progressivamente, a PIDE/DGS foi-se especializando em técnicas de tortura psicológica, no fundamental por este tipo de actuação não deixar traços visíveis, sem no entanto ter abandonado a tortura física.

A influência crescente dos métodos americanos no treino da PIDE/DGS, levara à *«cientificação»* da tortura, particularmente pela aplicação aos interrogatórios dos conhecimentos adquiridos em Psicologia Experimental sobre *«privação sensorial»*.

Estas técnicas eram utilizadas em todas as combinações possíveis sendo os agentes torturadores suficientemente flexíveis para usar sistemas diferentes conforme as circunstâncias de cada caso individual. Para isso os pides jogavam com os seguintes elementos: filiação partidária, preso intelectual ou trabalhador, acontecimentos da história pessoal que pudessem se utilizados contra o preso, situação dos familiares, possibilidade de chantagem económica, etc.

Existiam no entanto técnicas que pela sua frequência e pelos efeitos que provocavam merecem ser destacadas.

Estátua: de pé, por vezes voltado para a parede, mas sem a tocar e de braços abertos.

Privação do sono: o preso era impedido de dormir durante vários dias consecutivos. Para isso bastava, por exemplo, o bater de uma moeda na mesa, ou então a agressão física quando o preso fechava os olhos.

Ameaças familiares ou pessoais.

Maus tratos em geral: por exemplo, queimar a carne com pontas de cigarros, pontapés, obrigar a defecar ou a urinar de pé ou, no caso das mulheres, em frente dos torturadores e com ameaças de violação.

Uso de altifalantes: gravações de vozes, gritos e choros, que eram colocados em salas vizinhas e transmitidos para a sala de tortura para

que o preso ficasse com a convicção de que amigos ou familiares seus estavam a ser torturados.

Na tortura participavam todos os agentes, seguindo um burocrático serviço de escala com a duração de quatro horas, a que os pides chamavam *«turnos»*.

Na 2.ª edição do «Relatório sobre a Tortura», publicado pela Amnesty Internacional, assinalava-se textualmente que *«a prática da tortura constituía uma rotina»* e referia-se que *«o pessoal da DGS tinha direito a bónus especiais por "competência técnica"»*.

Nos dias imediatos à Revolução agentes houve que, estando presos, decidiram *«dar com a língua nos dentes»*. Atente-se nesta confissão do agente de 1.ª classe, Luís Cardoso:

I — Tenho a certeza moral de que são verdadeiras em pelo menos noventa por cento as declarações dos ex-presos políticos, sobre torturas sofridas nas cadeias e interrogatórios da PIDE/DGS.

II — Em Caxias existia um grupo de agentes «disponíveis» que faziam os turnos de vigia à tortura do sono dos presos políticos, para que não dormissem. As escalas eram feitas pelo agente Joaquim Valente Fialho, e foram queimadas no reduto-sul do Forte.

III — Tanto a Secção Central como a Investigação ao fazerem determinadas buscas domiciliárias, levavam determinados panfletos, ditos clandestinos ou subversivos, e procediam como se fossem encontrados em casa do locatário, incriminando-o.

IV — O preso não tinha culpa, mas era incriminado: ao ser-lhe levantado o auto, se o agente deduzia que ele não o exigia para ler, intercalava um período com a acusação, que não era lido ao detido, que assinava o auto, já exausto por noites sem dormir. Se o preso não assinava sem ler, era-lhe primeiro levantado o auto negativo, que ele assinava. Depois o agente dactilografava outro auto, com a mais grave acusação, não confessada pelo preso e imitava a assinatura do pri-

meiro auto, subposto ao segundo, e ambos sobre um vidro, debaixo do qual estava um candeeiro com uma forte lâmpada acesa.

Em Maio de 1973 nós próprios passámos pela terrível e marcante experiência de sermos interrogados sob «*tortura do sono*», no reduto-sul do Forte de Caxias, tendo estado sujeitos a permanente «*isolamento*», durante todo o tempo que estivemos encarcerados no segundo andar da prisão, no reduto-norte.

Após o 25 de Abril, o chefe Palma, que durante mais de duas dezenas de anos permaneceu em Caxias, como chefe dos guardas prisionais, disse-nos, sorrindo:

Sei de cor o número das celas de muitos dos senhores que passaram por aqui. A sua era a 46, a mesma que Urbano Tavares Rodrigues costumava ocupar. Olhe, e a do dr. Mário Soares era a n.º 35.

Felizmente que já só estávamos encarcerados na prodigiosa memória do chefe Palma...

Óscar Cardoso

Tive um professor de Física que dizia, ao ler os trabalhos escritos pelos alunos:

«O papel é o material mais resistente que existe: aguenta com todas as bujardas que lhe caem em cima».

Ao ler o capítulo do lado esquerdo nunca me senti tão perto do meu velho e muito respeitado professor.

Nota: No meu tempo de estudante era norma respeitar os professores. Também é verdade que eles eram respeitáveis e sabiam fazer-se respeitar.

Fala-se de jogos de luzes. Já tenho visto isso em filmes de violência com que a TV nos contempla.

Todo o capítulo do autor é pura ficção e mesmo assim não da melhor.

Altifalantes? Então a vizinhança não reclamava?

A «cientificação de tortura» pelos métodos americanos!

Então os americanos torturam outros americanos? Mas, se a América é o país da Liberdade e da Democracia, por excelência!? Que teria sido a ex-União Soviética?

Aconselho o autor e os demais que possam estar interessados nestes assuntos a que leiam o «Relatório da Comissão de Averiguação de Violência sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares», documento que data de 1976, pelo que não deve ser suspeito.

Para quem não tenha paciência para ler, alvitro que procure falar com as pessoas que passaram pelo COPCON e pelo RALIS. Sugiro que contactem o oficial comando Marcelino da Mata, preto e um dos homens mais condecorados do ex-Exército Português. Ele dirá das torturas de que foi alvo.

Voltando a este assunto, que me aborrece supinamente, não quero deixar de afirmar que, algumas vezes e contra as instruções, os presos não «levassem um calor».

Gostaria de saber se já alguma polícia no mundo mede o crime de fraude, por exemplo, não se investigue com as mãos. Todas as polícias praticam a violência e normalmente quem apanha mais são os «pés descalços». Não creio que os «pés descalços» se queixem da PIDE.

Nos tempos do «Companheiro Vasco» que, se não foi o melhor primeiro-ministro que tivemos depois do obscurantismo, foi sem dúvida o mais reinadio, apareceu na TV uma pobre mulher exibindo as cicatrizes causadas pelas múltiplas queimaduras de cigarro que a PIDE lhe provocara: Pobre mulher!

As queimaduras não pareciam nada de cigarros, mas a PIDE possuía cigarros especiais capazes de provocar queimaduras especiais!

Passado algum tempo, a mesma boa senhora afirmava aos jornais que recebera 40 contos do PC (sendo anticapitalistas são os que pagam melhor) para exibir as queimaduras provocadas por azeite a ferver, quando dum acidente na sua cozinha e declarar que tinham sido feitas pela PIDE.

Palavra de honra que escrever sobre isto me enoja. Mas o que mais me custa é ver o meu povo a fazer figura de lorpa perante o espectador internacional.

Anne Frank foi uma menina muito gentil merecedora de toda a minha ternura, simpatia e compaixão. Foi mártir da Segunda Guerra Mundial, como milhares de outras crianças, vítimas dos bombardeamentos de Hiroxima, Nagasáqui e Dresden. Só que não escreveu Diário nenhum, como querem fazer crer alguns para provar certas teorias

menos verdadeiras. Parece que quem escreveu o Diário foi o pai de Anne Frank com um escritor judeu americano.

Agora é que eu a arranjei bonita! Já estou a ouvir o grito de alarme e de pânico: *o gajo é anti-semita*! E se me chamarem só «gajo» não é nada mau.

O meu colega «Inspector torcinário» Sílvio Mortágua foi um homem com quem gostei de trabalhar e de aprender. Considero-o um dos indivíduos mais íntegros que conheci, muito sóbrio, afável no trato e um grande polícia. Vou contar uma história que se passou com ele:

Algures, nos anos 60, existia em Portugal uma pléiade de rapazes que se propunha derrubar o regime por meios violentos, pondo bombas nas repartições públicas, quartéis, etc.

Entre outros objectivos, aliás libertários, queriam fazer ir pelos ares a Ponte Salazar no dia da inauguração, obtendo assim um efeito deslumbrante para não dizer apoteótico.

Os tais rapazes faziam reuniões numa vivenda sita em Colares ou perto e também imprimiam planfletos de literatura revolucionária no copiógrafo do dono da casa.

Uma certa noite, em que os conjurados se encontravam reunidos fazendo planos para libertar a Humanidade, a PIDE... (outra vez o adjectivo!) a famigerada PIDE, caiu-lhes em cima. Houve muitos tiros e os libertadores foram agarrados.

Os rapazes, embora convictos dos seus ideais, passado pouco tempo estavam a explicar ou a «cantar» tudo. Devo dizer que não deram trabalho nenhum. A nossa actividade era imensamente facilitado pela auréola tenebrosa que o PCP nos arranjara para explicação das suas fraquezas.

O dono da casa de apoio foi logo denunciado pelos rijos e convictos conjurados. Chamava-se Jean Bertrand Pierre Oulman. Era francês, radicado em Portugal desde criança de colo.

O Jean foi interrogado na António Maria Cardoso.

Declarou que uns cavalheiros, ligados ao teatro, lhe tinham pedido a moradia e ele acedera. Disse ainda que se tivéssemos sido nós, ou quem quer que precisasse, ele teria posto à disposição, da mesma maneira, a vivenda.

A franqueza pareceu-nos demasiada mas, era possível.

As investigações corriam os seus trâmites. Todos os dias a esposa do Jean ia à PIDE e pedia para falar com o inspector que tratava do caso do marido.

Ela era uma rapariga inglesa, muito simples e muito simpática. Levava sempre um bolo para o marido; o bolo de que ele mais gostava. O inspector e a rapariga viam-se todos os dias. Ela contava-lhe a sua desdita.

Amava o marido e também sabia que ele gostava muito dela. Mas, o Jean era um homem de teatro, um artista que só convivia com artistas. Vivia num mundo diferente do dela, a rapariga simpática que o adorava. Às vezes, nas longas reuniões que se estendiam pela noite dentro, ele esquecia-se que ela estava presente e a mágoa invadia o coração da inglesinha.

O inspector ia ter com o preso, ao qual já o ligavam laços fortes de amizade, e contava-lhe o sofrimento e a angústia da mulher. O Jean, com os olhos marejados de lágrimas, pedia ao inspector que transmitisse à esposa todo o amor que por ela sentia, todo o arrependimento por aquilo que a fizera sofrer e também um pedido humilde de perdão com promessas de compensação futuras.

Contra o regulamento, o inspector conseguia uma ou outra visita a sós entre o Jean e a mulher que tanto o amava.

O processo relativo ao Jean estava pronto há muito tempo. Só que havia muitos arguidos e a decisão estava dependente do tribunal.

Em determinada altura o Jean disse-me assim:

— Sabe, hoje é o dia de anos do meu pai. Ele tem quase noventa anos e eu, desde que me conheço, nunca faltei a uma única festa do seu aniversário. O meu pai vai ficar muito preocupado; ele não sabe que estou preso.

Fui ter com o Mortágua, com o coração comovido, e pedi-lhe conselho. O Mortágua, muito mais experiente do que eu disse-me:

— Não podemos estragar a festa ao velhote.

Nessa noite, um Mercedes preto impecável, com motorista a preceito e a primor, parava em frente de um portão enorme de uma daquelas casas lindas e apalaçadas da encosta de Algés, que se debruça sobre o Tejo.

De dentro do carro saíram três companheiros com ar feliz e sorridente.

No jardim de buxos, tipo Le Nôtre, verdadeiro labirinto de vegetação, com luzinhas penduradas nas árvores seculares, aglomeravam-se centenas de pessoas para comemorar um aniversário segundo o rito judaico. Os Oulman eram judeus.

O Jean apresentou-nos ao pai, a quem demos os parabéns, e a mais umas quantas pessoas. Ao fim de uns minutos nós, os amigos do Jean, já estávamos à vontade com toda a gente enquanto o Jean com a sua mulherzinha gravitavam pelos salões e pelos jardins.

O tempo passava em convívio alegre muito distinto e gentil. Quanto ao Jean, só Deus sabia onde se encontrava, no meio de tanta gente. Já era quase meia-noite e o Jean sem se mostrar.

Começámos a sentir-nos muito húmidos; já não estávamos alegres e muito menos sorridentes. Passou da meia-noite e não sabíamos o que fazer à vida. O Mortágua queria assumir toda a responsabilidade pois organizara tudo. Parecia o princípio do fim.

«Eis, se não, quando,» (caso nunca visto!) já com a esperança perdida e sem fé nos homens e no Deus da Criação, nos apareceram o Jean e a mulher, felizes!

Não vou contar o que sentimos. A inglesinha deu um beijo amigo em cada um de nós e regressámos.

Toda a minha vida tenho procurado ser disciplinador e disciplinado e sempre fui leal aos meus chefes. Só desta vez é que não fui leal. Não contei nada do sucedido ao meu director de Serviços, senhor José Bar-

reto Sachetti. No entanto, quando o Mortágua e eu tomámos a dec são, sabíamos que o nosso director, na nossa posição, teria feito ma e melhor. De qualquer maneira, foi por bem.

A história não acaba aqui. Passados dias veio a decisão judicial: Jean Bertrand Pierre Oulman era, simplesmente, expulso de Portug para o seu país de origem, a França.

Tentámos tudo para que ele ficasse. O meu director de Serviç também tentou. Foi tudo em vão: «Dura lex, sed lex».

Lamentava-se o Jean:

— *Mas que é que eu vou fazer para França se aquele país não n diz nada?*

Retorquia eu:

— *Enfim, um país onde há tudo.*

Lamuriava o Jean:

— *Sim, mas como é possível apreciar um bacalhau com batat como o vosso?*

Contemporizava o Mortágua:

— *Eu mando-lhe um bacalhau, todas as semanas, pelo nosso co reio especial.*

— *E o azeite? Não há como o vosso* — dizia o Jean.

O Mortágua e eu levámos o Jean ao aeroporto. Eu comprometi-n a fornecer o azeite em caso de carência.

Demos-lhe um grande abraço, à portuguesa, e dissemos:

— *Shalom.*

Muitos anos depois, estava eu preso no Forte de Caxias em regin de isolamento, quando aconteceu um facto curioso:

Lembro-me de que era de Inverno e chovia. Foram-me buscar cela e levaram-me à presença do oficial de dia ao Forte.

Na sala estava a minha mulher, encharcada, pois tinha vindo pé, para me ver. Havia um aquecedor, uma mesa e um capitão (serviço.

O capitão — sei que se chamava Canavilhas — pôs a sua garrafa de uísque na mesa e duas chávenas para café. Eram as que ele tinha, para bebermos. Depois desapareceu por uma hora ou mais.

Lembrei-me do Jean e das visitas que organizávamos para ele e para a sua mulher. Só que o Jean estava entre seres humanos, o que não acontecia comigo.

Não sei qual seria a filiação política do capitão. Sei que mandou levar a minha mulher a casa, no carro dele, naquela noite de vendaval.

Bem haja, senhor capitão, e que Deus o guarde.

Continuemos: repito que todo o capítulo esquerdo é uma rede de falsidades com as quais se pretende mostrar que embora Portugal esteja hoje na sarjeta da Europa, mesmo assim, o povo está livre dos homens maus que infligiam terríveis torturas aos pacatos cidadãos.

Só não se lembraram ainda de especular com a nossa brigada especializada em torturar velhos, ceginhos e criancinhas. Será que desconhecem isso?

Será que estão a perder o fôlego, agora, com a saída do camarada Álvaro? Será por falta de dinheiro que a TV já não vem recordar ao povo as «atrocidades» dos famigerados?

Mas é tão fácil e barato! Com a miséria que grassa actualmente no nosso país não há dificuldade em contratar alguém que a troco de uns cobres, não vá exibir na TV as suas cicatrizes e mazelas acusando a PIDE de as ter causado.

Há dias assisti a um espectáculo confrangedor:

A TV recordava ao povo o aniversário da morte do estudante Ribeiro dos Santos. Houve entrevistas; um irmão, eternamente inconsolável, que aproveitou em tom de laracha para dizer uns quantos piropos políticos. Mas havia também um membro do Governo ou funcionário superior de um dos múltiplos variegados e variados ministérios que me impressionou. Ele, também «vítima» da famigerada organização, afivelava no rosto uma máscara de dor plangente, de profundo desgosto e de desolada amargura que ofuscava o pesar da própria família, colocando-a mal.

Eu pergunto:

— Se o estudante Ribeiro dos Santos fosse vivo e precisasse que lhe emprestassem dinheiro para comprar um par de sapatos ou, simplesmente, que lhe pagassem o almoço, seria o «piedoso» ministro tão compassivo?

A morte do estudante Ribeiro dos Santos.

Em determinado dia, mês e ano que não recordo, foi recebido na sede da PIDE um telefonema do Instituto de Economia e Finanças — penso que era assim, na altura, que se chamava o Instituto.

Do Instituto informavam ter sido detido pelos estudantes um agente da PIDE que se encontrava dentro das instalações.

Foi o Instituto esclarecido que não podia tratar-se de um agente da PIDE visto que não tínhamos, por norma, o costume de introduzir agentes nos estabelecimentos de ensino. Mas houve mais telefonemas da secretaria do referido Instituto insistindo para que fôssemos averiguar.

Mandámos dois agentes que logo se dirigiram à secretaria, onde foram informados de que o desconhecido se encontrava no auditório. No auditório encontraram os agentes uma multidão e o desconhecido a quem os estudantes haviam enfiado um saco na cabeça.

Os agentes tiraram-lhe o carapuço e porque nunca o tinham visto afirmaram não ser ele agente da PIDE.

Perante tal afirmação os estudantes que estavam mais perto dos agentes atiraram-se a eles, ao murro e a pontapé, com toda a violência.

As agressões continuaram violentas até que um dos agentes, caído no chão e já a sangrar, puxou da pistola e deu alguns tiros para o ar.

(Naquele tempo era crime bater em qualquer polícia e estes usavam pistola para se defenderem. Hoje penso que os agentes da autoridade usam pistola para serem agredidos com elas.)

Dos disparos efectuados para o ar uma bala atingiu, por ricochete, o Ribeiro dos Santos.

O «estudante» Ribeiro dos Santos não era aluno daquele Instituto e tudo leva a crer que estava ali como agente provocador.

Finalmente, ironia do Destino, o indivíduo amarrado e encapuçado era um agente da PSP que, por iniciativa própria...!?, tinha decidido proceder a investigações.

O processo de averiguações foi organizado pela Polícia Judiciária, e enviado ao Tribunal que julgou o agente que efectuou os disparos. Foi provada a não intencionalidade de matar o Ribeiro dos Santos. Foi provada a legítima defesa.

Os atacantes sabiam estar a agredir dois agentes da autoridade. No tempo do obscurantismo isto era considerado crime. Na nossa época iluminada parece que quem não dê uma «surra» num polícia, não é homem não é nada.

Em 12 de Abril de 1994 o professor Tengarrinha foi à SIC acusar o PIDE fascista que sou eu, e que também estava presente.

O professor Tengarrinha esteve brilhante. Eu, com a ajuda só de Deus, parece que não me saí mal.

O professor mencionou a morte do escultor Dias Coelho, seu cunhado, por um agente da PIDE. Na altura eu desconhecia o caso e disse-o publicamente.

Entretanto procurei informar-me.

O agente Manuel Lavado e o seu colega Domingues tinham a incumbência de vigiar o Dias Coelho ou de prendê-lo, se necessário fosse, por este pertencer ao PCP, «organização clandestina e subversiva que se propunha derrubar o Governo e implantar em Portugal um regime marxista-leninista, semelhante ao que, na União Soviética e no mundo, já tinha causado milhões de mortes».

De vez em quando é conveniente pôr estes assuntos em estilo «cassete». Há alguns que, por deformação profissional, não conseguem assimilar de outra maneira.

Localizado o Dias Coelho, o agente Domingues, sem esperar pela colaboração do colega, decidiu efectuar a prisão sozinho. O Dias Coelho apercebeu-se da situação, e reagiu violentamente, agredindo o Domingues que caiu no chão.

Entretanto o Lavado correu em auxílio do colega e agarrou o Coe lho. Nessa altura o agente Domingues, ainda combalido da queda possivelmente com a vista toldada, sacou da pistola e disparou.

(Vemos cenas destas todos os dias na TV em programas magis tralmente apresentados por um senhor que veste bem e se chama Artu Albarran. Sei que se passam na América, a Pátria da Liberdade.)

O projéctil atravessou a manga da gabardina do Lavado, arranhou--lhe o braço e foi atingir o Dias Coelho, em ponto vital, causando-lh a morte.

Não existiu a intenção deliberada de matar mas sim o instinto natu-ral de defesa. Só por acaso a vítima não foi o agente Manuel Lavado

Por que é que os jornalistas que me apoquentam com os seus pedi-dos e muitas vezes invadem a minha privacidade, não tentam averi-guar e escrever sobre o que aqui digo e vou ainda dizer? Será porqu estes assuntos não são politicamente correctos?

Vejam-se alguns casos de assassinato, cometidos pelo Partid Comunista Português, de que me lembro:

Aurélia Celorico, morta com onze tiros, em São Gemil, perto d Porto, no ano de 1949 (ver processo instaurado pela Polícia Judiciári do Porto).

Manuel Domingos, assassinado com quatro tiros, num pinhal pert de Belas, por volta de 1950 (ver processo instaurado pela Polícia Judi-ciária de Lisboa).

Manuel Vital, igualmente assassinado a tiro, num pinhal próxim de Alcochete (ver processo instaurado pelo Tribunal Judicial de Alco-chete, em 1950).

José Miguel, o «Lambanas», assassinado a tiro na Cova da Piedad em 1961 (processo instaurado pela Polícia Judiciária de Lisboa, en 1961).

Augusto Ferreira Lindolfo, alvejado mortalmente, à porta de casa, em Vila Nova de Gaia, com uma rajada de pistola-metralhadora, em 1972 (ver processo instruído pela Polícia Judiciária do Porto).

De momento só me ocorrem estes casos mas há muitos mais de que me vou lembrar.

Não deixa de ser curioso o facto da imprensa livre que hoje temos, nunca ter dito uma palavra sobre estes casos.

É também interessante o facto de ninguém se interessar pela morte do tenente-coronel Magiollo Gouveia que, segundo a Cruz Vermelha Internacional, foi barbaramente espancado em Timor durante três meses, tendo nesse período entrado em coma várias vezes.

Foi morto pela FRETILIN, em Timor, em circunstâncias desumanas, durante o período gonçalvista. Este militar muito digno morreu pela verdadeira democracia, pela paz e por um Portugal que sempre soube respeitar.

Igualmente fuzilou a FRETILIN, em condições de extremo barbarismo, o intendente Victor Duarte Santa, figura exemplar de funcionário administrativo, em Dezembro de 1975. E trucidaram muitos mais portugueses pelo simples facto de não serem comunistas.

Entretanto, a imprensa, a TV e a Rádio não cessam de lamentar as vítimas do cemitério de Díli que talvez não estivessem lá para prestar homenagem aos seus mortos nem, simplesmente, para rezar.

Tecem elogios a um senhor mal «enjorcado» e com a barba por fazer que se intitula porta-voz de Xanana Gusmão e da Liberdade FRETILIN para Timor.

Este senhor soube tão bem «chular» as instituições que até foi agraciado com um Prémio Nobel. (É certo que estes prémios são, actualmente, de natureza política, não tendo qualquer valor moral ou cultural).

Há três anos, quando das comemorações dos «20 anos de Liberdade», imploraram-me que fosse à TV para um frente-a-frente com os democratas.

No sábado seguinte, tive a honra de encher uma das páginas do semanário *Expresso*, através de declarações prestadas por três indivíduos: Francisco Martins Rodrigues, João Carneiro de Moura Pulido Valente e um tal Saúl Rodrigues Nunes.

Diziam os cavalheiros que eu cometera sobre eles as maiores atrocidades.

O Francisco afirmou que eu lhe dissera:

— *«Se fosse em África já estavas morto»*.

Na altura em que o interroguei ainda não conhecia África. Não era preciso ir a África: um pinhal, em Belas, era suficiente, para usar dos mesmos métodos do «bom» Francisco.

Do Francisco lembro-me que cheirava mal, não gostava de se lavar e tinha horror às pontes. Até queria fazer ir pelos ares a «Ponte 25 de Abril» destruindo, *a priori*, a única obra construtiva da Revolução dos Cravos.

Quanto ao dr. Pulido Valente, não esperava isto dele.

Quando nos conhecemos, numa das salas da investigação, éramos os dois jovens e com gosto pela vida.

— Ó dr., então você não se lembra das nossas conversas tão interessantes enquanto bebíamos o uísque da sua preferência, naturalmente bom, porque você sempre foi um apreciador das boas coisas capitalistas. Não se lembra que nos fartávamos de rir porque, independentemente de você ser um «pulha» simpático, tínhamos algumas coisas em comum?

Olhe, ainda me recordo duma frase sua:

— *«Na vida o que conta é o supérfluo porque o essencial não interessa a ninguém»*.

Dr., sei que você foi para a enfermaria da Penitenciária por ter entrado em greve de fome e os médicos acharam que era lá o seu lugar. Você esteve, se não me engano, apenas quatro dias em greve de fome.

Aliás, a greve de fome é uma situação corriqueira neste Portugal «livre e democrático». E tanto assim é que se vê, frequentemente, nos ecrãs da televisão, o director dos Serviços Prisionais a dizer que há umas centenas de presos em greve de fome. Qual é a diferença...? Só vejo a dos números.

O dr. Pulido Valente foi para a enfermaria da Penitenciária porque estava na Penitenciária a cumprir uma pena de delito comum. Mais

precisamente, por *estupro*, que não sei se não foi cometido no exercício das suas funções de médico.

Foi por estar condenado por delito comum que o dr. fugiu para a Argélia.

Mais tarde, já político, entrou em Portugal para se dedicar a actividades terroristas.

Agora um aspecto curioso: o dr. João Carneiro de Moura Pulido Valente foi agarrado pela PIDE, bem como o Francisco Martins Rodrigues, por «informação» do PCP, através da sua imprensa clandestina que nos revelou a presença dos dois cavalheiros em Lisboa.

Quanto ao Saúl, não sei quem seja. À data da «tortura» eu ainda não estava na PIDE, nem tão pouco em Portugal Continental. Comandava uma Companhia Militar, no B.I.I. 17, em Angra do Heroísmo.

Só não processo o cavalheiro porque, em Portugal, a justiça e a saúde são apanágio dos ricos e eu «devo à providência a graça de ser pobre».

Mas não posso ficar por aqui.

É que o *Expresso* afirmava, com objectivos por demais óbvios, que Francisco Martins Rodrigues e João Pulido Valente estavam condenados em perto de vinte anos de prisão.

Só não esclarecia que se tratava de um «cúmulo jurídico», resultado da acumulação de várias penas respeitantes a outros tantos crimes.

Quanto ao primeiro: homicídio voluntário premeditado, actividades subversivas, falsificação de documentos, identidade falsa e não sei que mais. O mesmo em relação ao Pulido Valente, havendo apenas que substituir o crime de homicídio pelo de estupro.

Imaginem só qual teria sido a sentença se estes senhores tivessem «actuado», por exemplo, em Espanha ou na democrática América. Para cumprirem as sentenças teriam que viver tantos anos como Matusalém. No caso da América, talvez tudo se acabasse com a cadeira eléctrica.

O *Expresso* é o exemplo típico da imprensa que temos e que está contribuindo para a História do Portugal amputado que o Abril nos deixou.

E agora segue um rol de vítimas da Revolução humanitária dos Cravos:

Director de Serviços, José Manuel Leitão Bernardino — morreu, poucos minutos após a sua transferência do Forte de Caxias para a Prisão Hospital de Caxias, para onde foi já moribundo, por lhe ter sido negada assistência médica oportuna e adequada.

Inspector-adjunto, Henrique de Sá e Seixas — foi provocada a sua morte na cadeia, através de constantes torturas psicológicas e físicas. Utilizaram frequentemente a chantagem, dada a circunstância da sua esposa ser cega e necessitar de cuidados permanentes. Deixaram-no ir morrer a casa, vá lá.

Augusto Marques da Cruz — capturado após a fuga de Alcoentre esteve durante cinco meses encarcerado nas celas de isolamento de Alcoentre, sendo provocado, com frequência, por um tal «Piedade», membro da LUAR. O balde que diariamente lhe punham na cela, com água para beber, era o mesmo que em último recurso, servia para fazer as necessidades.

Os nossos rapazes sofreram mais do que nunca quando a filantrópica organização LUAR passou a dirigir a cadeia de presos políticos. Só numa altura chegaram a ser 13 000!

O senhor major Sousa e Castro tem conhecimento das atrocidades a que os PIDES foram submetidos em nome da liberdade.

Ocorre-me uma frase, de Vitor Hugo:

«Quando ouço vivas à liberdade vou sempre à janela para ver quem é que vai preso».

Servente Lage — o servente Lage que nem sequer exercia funções policiais, foi assassinado a tiro, no Chiado, no dia 25 ou 26 de Abril de 1974. Foi o primeiro assassinato cometido pelos militares de Abril.

Chefe de Brigada, Lima Trindade — morreu num hospital, para onde tardiamente foi transferido da Prisão de Pinheiro da Cruz, nos últimos momentos de vida. Eram os presos de delito comum que prestavam serviço na Enfermaria da Cadeia que à socapa lhe davam alguma assistência, negada pelos responsáveis.

Agente, Fernando Gonçalves — morreu na Cadeia Penitenciária de Lisboa por falta de assistência médica, premeditada. Foi por isso que os agentes da PIDE presos ali, se amotinaram.

Inspector, Cândido Pires — a sua morte é um dos casos mais estranhos da situação prisional pós 25 de Abril. Tudo indica que a sua morte foi provocada. Deixaram-no morrer porque lhe negaram assistência médica, na prisão. Este é um caso muito interessante e que merecia ser desvendado. Aonde estão os nossos jornalistas?

Chefe de Brigada, Amândio Gomes Naia — embora o médico da Penitenciária tivesse exigido a sua transferência imediata para o hospital, o «militar» que comandava a cadeia só o transferiu no dia seguinte. Veio a morrer a caminho do Hospital de S.José.

Agente, José Pereira — deixaram-no ir morrer a casa. Não foi por humanidade mas porque era menos uma «chatice».

Inspector Reis, dos Caminhos de Ferro — os comunistas acusaram-no de ser informador. Depois do 25 de Abril apareceu morto, em Coimbra, com o corpo retalhado. Aonde estão os nossos jornalistas outra vez?

Chefe de Brigada, Helder Santos — felizmente ainda vivo. Foram-lhe injectados pentotal e entorpecentes para depois o interrogarem. Um dos inquisidores era o «major» Jean Jacques Valente, assassino do capitão Almeida Santos.

Este homem tem muito para contar; desde os seus alimentos regados com gasóleo até aos processos de persuasão que os humanitários LUAR usavam nos interrogatários. Os «bons rapazes» da LUAR chegaram a prender a família do Helder Santos para o obrigarem a prestar declarações que lhe repugnavam, por não serem verdadeiras. Haverá algum impoluto jornalista (são todos impolutos) que se interesse pelo que acabo de dizer?

Se continuasse a desbobinar não sei de quantos volumes precisaria. Então, se contasse as coisas do Ultramar em que o galhardo MFA mandava que as tropas «coloniais» depussessem as armas para depois

lançarem os terroristas sobre os pobres soldados desarmados e aturdidos...

Vou terminar aqui o rol dos supliciados em nome da Liberdade.

Quanto ao que se passou comigo não me queixo. Só quero lembrar o facto de as represálias exercidas sobre a minha família terem destruído a minha Mãe. Isto não é assunto para escrivinhações. É assunto entre mim e os «rapazes». Já não falta muito...

Deixemos por momentos as coisas tristes. Falemos da figura castiça, digna de Almanaque, que foi o insigne chefe Palma.

Vem-me à memória, não sei porquê, um poema de Camilo Castelo Branco:

Amigos cento e dez, ou talvez mais,
Vaidades que eu sentia
Julguei que sobre a terra não havia
Mais feliz mortal entre os mortais.

Amigos cento e dez, tão serviçais,
tão zelosos das leis de cortesia
Que eu já farta de os ver, me escapulia
Às suas curvaturas vertebrais.

Um dia adoeci profundamente, ceguei.
Dos cento e dez houve um, somente,
Que não defez os laços quasi rotos

Que vamos nós, diziam, lá fazer?
Se ele está cego não nos pode ver
Que cento e nove impávidos marotos

(Estou a citar de memória)

Não sei se o Chefe Palma já morreu. Ele era um dos cento e nove. Direi mesmo o mais destacado. Tanto assim que em reconhecimento da sua «dedicação», recebia todos os meses um subscrito com uma pequena lembrança do inspector-adjunto Matos Rodrigues que o fazia para não quebrar a tradição dos seus antecessores.

Vou terminar este capítulo com uma confissão: é verdade que uma vez fui demasiado duro para com um preso.

Nos finais dos anos 60 os estudantes andavam um bocado azougados em demasia. Digo em demasia porque a juventude sã é irreverente por natureza.

Em França tinham-se dado as manifestações do estudante Cohn-Bendit e os nossos não queriam ficar atrás.

Um certo jovem universitário com os fulgores dos quase 20 anos, com o idealismo próprio da idade e com os exemplos do Che Guevara, Camilo Torres, Regis Debray, Douglas Bravo e outros «astros» da época, também quiz ser «libertador».

Não sei o que é que ele queria «libertar». Era moda ser «libertador», como agora estão em voga aqueles energúmenos que vestidos como palhaços, grunhem obscenidades a que chamam «música» *rap*.

O nosso «libertador» fazia comícios, arregimentava outros estudantes e queria destruir o Governo, a Constituição, e não sei que mais, por meios violentos e não consentidos.

Mandei buscá-lo. Entrou com ar arrogante e esplêndido. Quando tive oportunidade de falar com ele estava manso como um cordeiro. Contou a sua história:

Queria ser um líder, não interessava de quê. Queria impressionar uma determinada garota, também «revolucionária», que lhe era arredia.

(Naquele tempo os rapazes mesmo traquinas gostavam de impressionar as raparigas. Hoje, já não e as raparigas queixam-se disso.)

Tiraram-lhe umas fotografias em que ele ficou muito bem. Até era bem parecido e escorreito, o que não acontecia com a maior parte dos

«revolucionários» que conheci. Eram todos ou deformados do corpo ou frustrados psiquicamente.

Nessa mesma tarde telefonei à mãe do rapaz e pedi-lhe que viesse buscar o filho.

Quando o moço saiu da sede da PIDE, pela mão da mãe, tinha um aspecto furibundo.

Não estou arrependido de ter telefonado à mãe dele que, aliás, era uma senhora muito simpática e compreensiva. Não quero mencionar o nome dele.

Os camaradas já não se devem lembrar de que o «líder» saiu pela mão da mãezinha e que esteve detido apenas umas horas.

Vi-o no outro dia, na Televisão. Tem um aspecto amadurecido e, tudo indica que está bem instalado na vida. Justa compensação que a sociedade dá aos «mártires» da PIDE.

Ligações à CIA
e Polícias Congéneres

Como facilmente se compreende, a PIDE/DGS possuía ligações internacionais muito desenvolvidas, em particular com as polícias suas congéneres ocidentais.

Reorganizada à semelhança da britânica Scotland Yard, depressa a PIDE esquece as porventura *«boas maneiras inglesas»* para, sobretudo depois de 1957, enveredar pelos caminhos de *«agressiva eficiência»* da americana Central Intelligence Agency.

É a partir desta data que seguem para os Estados Unidos, a fim de estagiarem na CIA, alguns dos pides que, anos mais tarde, constituiriam a coluna vertebral da polícia fascista portuguesa: Neves Graça, Cunha Passo, Gomes da Silva, Francisco Robalo, Abílio Pires, Sílvio Mortágua, etc.

É também a partir desta data que a PIDE passa a auxiliar a CIA e vice-versa, nos campos vastos da informação e contra-informação, a ponto de, em 1974, segundo o Relatório Pike (da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos), a CIA estar em Portugal muito dependente dos serviços oficiais de segurança.

Curioso é também saber-se que Abílio Pires, responsável pelos contactos PIDE-CIA a partir de 1966, parece ter declarado, certa vez, que preferia trabalhar com o FBI, pois os métodos deles eram, em seu entender, *«mais limpos»* do que os da CIA.

Aliás é Abílio Pires quem relata que quando assumiu a chefia do CI 2 o próprio subdirector Barbieri Cardoso o avisou:

Atenção aos americanos. Não são hoje o que você conheceu, quando lá estava, em 1956. Hoje eles têm de saber aquilo que for do nosso interesse que saibam.

Segundo afirma, procuravam-no constantemente na sede da PIDE/DGS mas ele estava de consciência tranquila:

Almoçávamos juntos uma vez por mês. No Tavares, pois então! Cada dólar eram 28$00, vejam lá o estado deste país?! Falávamos de tudo. Mas eu interiorizara tão perfeitamente as palavras do meu chefe que me sentia totalmente à vontade: eles sabiam aquilo que eu queria que eles soubessem. E de tal forma assim foi que foram apanhá-los totalmente de surpresa pelo 25 de Abril. Lembro-me perfeitamente que, por volta das 10 e 30 desse dia, recebi um telefonema do sr. John Morgan. Queria saber, concretamente, o que estava a passar-se. Respondi-lhe que a situação era confusa, me desculpasse, mas estava ocupadíssimo. E era verdade.

De um relatório elaborado em Caxias, em Agosto de 1974, a partir de declarações do inspector-adjunto Sílvio Mortágua, que à data se encontrava detido, fica-se a saber melhor como as coisas se passaram entre a CIA e a PIDE:

No ano de 1957 começou de maneira organizada a troca de serviços entre a PIDE e a CIA, numa actividade conjunta cujos resultados já foi possível começarmos a apurar numa primeira conversa com o ex-director de serviços Álvaro Pereira de Carvalho.

Para arrumarmos as informações obtidas, a fim de passarmos a uma fase de maior aprofundamento, temos o seguinte:

- *Em 1957 o ex-pide Neves Graça deslocou-se aos EUA acompanhado do ex-pide Cunha Passo.*

• Ainda em 1957, os ex-pides ligados aos Serviços de Investigação Vilão de Figueiredo, Gomes da Silva, Felismino Gomes, Amândio Raia, Sílvio Mortágua e Abílio Pires foram fazer um curso na CIA, nos Estados Unidos, durante três ou quatro meses.

• Também no mesmo ano (1957), ao mesmo tempo seguiram, do quadro dos administrativos, para fazer um curso de três ou quatro meses, os ex-pides Miguel da Silva, Francisco Robalo e Ernesto Lopes, também nos Estados Unidos, na CIA, para aprender técnicas ligadas à fotografia, arquivos, vigilância de rua, formas de entrar em casa sem deixar vestígios, formas de forçar fechaduras. A partir deste curso intensificou-se a técnica de intercepção postal de cartas (com ou sem lacre) sem deixar vestígios.

• Ainda no ano de 1957, a partir da ajuda da CIA, instalaram na PIDE a escuta telefónica, ultrapassando os métodos perceptíveis e rudimentares que tinham até então.

• Nos anos de 1957/58 montou-se a «Operação EXPECTADOR», que consistia em vigiar as actividades de refugiados de guerra, em Portugal, provenientes dos países de Leste e quase todos judeus, nomeadamente uma senhora (com uma loja de artigos de criança na Avenida Guerra Junqueiro), o dono do barco «Wilbrand» (de nome Spiter) que encalhou em Cascais.

Esta operação foi dirigida pelo homem da CIA em Lisboa, coronel Vandervoort, com a participação activa de brigadas dirigidas pela PIDE. O relatório desta operação seguiu para a CIA.

• Começou também em 1957 a actividade de fotografarem os barcos dos países socialistas que passavam pela nossa costa, a detecção da passagem de presumíveis agentes de países socialistas pelo nosso aeroporto, e a vigilância à Embaixada de Cuba, a partir das suas instalações.

• Abílio Pires foi convidado a participar nos quadros da CIA com a perspectiva de 500 dólares mensalmente.

• Gomes Lopes, quando da sua estada em Lourenço Marques, em contacto com o cônsul ou vice-cônsul dos Estados Unidos, obteve um ficheiro da CIA, com cerca de cinco mil nomes, de vários países, nomes

falsos com os quais os agentes da CIA se identificavam na altura, n países onde actuavam.

O ficheiro referido estava instalado, com a forma de livro, no CI na António Maria Cardoso. O Robalo trabalhou com esse fichein

* *Miguel da Silva era acusado na PIDE de pertencer à CIA. E na altura primeiro-oficial dos serviços administrativos.*
* *Há quatro ou cinco anos estava na Embaixada dos EUA u homem de nome Belve, ligado à CIA, que teria estado em Portug entre 1968/71.*
* *Fred Hubart era, no período de 1958/62, representante ofici da CIA em Portugal.*

Note-se, para além da globalidade das informações contidas nes documento, a particularidade de um agente da PIDE ser *«acusado»* c pertencer à CIA, o que revela bem até que ponto as polícias têm razõ que a razão não conhece...

Quando em Abril de 1997 o Instituto dos Arquivos Nacionais/Tor do Tombo organizou a exposição «O Arquivo da PIDE/DGS na Tor do Tombo» vieram a público alguns documentos (infelizmente pouc e não muito expressivos) sobre as ligações com a CIA.

De reter, porém, uma carta guardada na Escola Técnica, datada c 13 de Julho de 1957, com tradução do agente Ernesto Lopes, precis mente um dos *«contemplados»* pelos treinos nos Estados Unidos:

Recebida a confirmação de um programa de treino que está el borado para funcionar de 21 de Outubro a 29 de Novembro de 195 Foi também solicitado que o grupo de treino seja limitado a dez ind víduos. O nosso Quartel-General está agora a tentar conseguir tran porte militar de Lisboa e V. Ex.ª será informado, tão cedo quanto es verem completados.

Foi elaborado o seguinte esquema do Curso de Treino sujeito apreciação de V. Ex.ª:

1.ª Semana — Introdução à organização do Partido Comunista e operações contra o PC.

2.ª Semana — Orientação geral na perícia do agente secreto de ligação; técnicas de vigilância; Ficheiros; Elaboração de Relatórios.

3.ª e 4.ª Semana — Treino técnico prático e especializado.

5.ª Semana — Operações de contra-espionagem e operações contra o Inteligence Service russo.

6.ª Semana — Estudo das operações presentes e um resumo do curso completo de treino.

Em 5 de Fevereiro de 1958, é o próprio Allen Dulles, então director da CIA, que em carta dirigida ao capitão António Neves Graça, na época a autoridade máxima na Rua António Maria Cardoso, avaliava com «nota positiva» os agentes da PIDE que se tinham deslocado aos Estados Unidos:

Caro Senhor Graça. Muito obrigado pela sua amável carta de 13 de Janeiro de 1958, sobre a recente visita dos vossos agentes ao nosso país. Achamo-os de bom nível, eficazes e agradáveis visitantes, sob todos os pontos de vista, e consideramos que esta visita e troca de opiniões foi de grande benefício mútuo. Estou, logicamente, muito contente que tenham considerado o treino dos vossos agentes como um enriquecimento para os serviços. Sobre o problema dos gastos de viagem mencionados, o coronel Vandervoort recebeu uma informação sobre os fundos disponíveis e todos os acordos a que puder chegar com ele são satisfatórios. Obrigado ainda pela amável carta e aceite, por favor, os meus melhores cumprimentos. Sinceramente,

Allen Dulles, Director

Abílio Pires, (que foi quem acompanhou Mário Soares no avião que o levou para o exílio, em S.Tomé), não obstante o que agora afirma, terá

recebido um salário da CIA, desde os anos cinquenta, conforme Kenneth Mawzell referiu num artigo publicado no *The New York Review*.

Outros elementos da PIDE/DGS apontados como tendo mantido estreitas ligações com os serviços de informação norte-americanos foram António Rosa Casaco, Agostinho Tienza, Francisco Robalo e, claro, Agostinho Barbieri Cardoso.

No decorrer da guerra colonial, independentemente das relações entre a PIDE e a Agência Americana terem esfriado muito (sobretudo devido a Angola, onde a Agência esteve por detrás de Holden Roberto e da UPA) a CIA prestou à polícia fascista portuguesa inúmeros serviços.

Como interpretar, por exemplo, se não através de uma intíma colaboração entre a CIA e a PIDE/DGS, a existência nos arquivos da Rua António Maria Cardoso de correspondência trocada entre o próprio presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e um amigo seu, William W. Durney.

Pelo seu teor estas cartas parecem não ser muito importantes, não obstante o correspondente de Nixon referir a inflexibilidade americana *«no que respeita ao fornecimento de qualquer equipamento militar»* a Portugal para combater nas colónias. Espantoso é que a polícia política portuguesa estivesse na posse de documentos como estes, que só de forma pouco ortodoxa poderão ter sido conseguidos. Coisas de que nem é bom falar... Segue-se a transcrição de uma dessas cartas arquivadas na PIDE:

WILLIAM W. DURNEY
10889 Wilshire Boulevard
LOS ANGELES

16 de Dezembro de 1969

Sr. Presidente:

Queira perdoar a minha tardia resposta à sua carta de 5 de Novembro de 1969. Estive fora do país e regressei recentemente.

A sua carta foi muito apreciada e pode ter a certeza de que continuarei a oferecer os meus possíveis préstimos para de qualquer modo o ajudar no desempenho das suas tarefas nacionais e internacionais.

A 4 de Janeiro parto para Lisboa para visitar o nosso mútuo amigo Manuel Espírito Santo e o meu bom amigo e sócio o Duque de Palmela.

É difícil compreender o tremendo investimento que os Estados Unidos têm estado a fazer no Congo enquanto a nossa política para com a África Portuguesa permanece inflexível, mesmo no que respeita ao fornecimento de qualquer equipamento militar para ajudar a repelir as agressões constantes de guerrilhas vindas do Congo. Com os miríades de problemas que já tem, não pretendo criar-lhe outro; mas espero que, quando do meu regresso de África, e com o seu auxílio, possa encontrar-me com os responsáveis do Departamento do Estado para aquela parte do mundo, para mais esclarecimentos quanto às razões de tal política dos Estados Unidos.

Com os meus melhores cumprimentos.

Sinceramente,

Bill

Mas nem só a CIA colaborou com a PIDE. Também os «Special Branch», sul-africano e rodesiano, se *«portaram bem»* com a polícia política portuguesa. A SDECE francesa (Serviço de Documentação Exterior e Contra-Espionagem) colaborou igualmente com a PIDE em relação às colónias, o que não impediu (esta colaboração e as outras) que a PIDE montasse as suas próprias redes de informação — então já com verdadeiros espiões — no Quénia, Malawi, Tanzânia, Uganda, Zaire, etc.

A ligação da SDECE à PIDE/DGS foi, como seria de esperar, muito mais activa e profícua em relação à vigilância dos portugueses exilados em França por motivos políticos, em particular, e dos emigrantes, na generalidade.

Com frequência habitual eram enviados para a PIDE relatórios circunstanciados dos movimentos dos nossos compatriotas.

Foi assim possível encontrar nos arquivos da DGS um determinado número de *«provas de zelo»* manifestadas pelas autoridades francesas. Por exemplo: extensas listas de portugueses que viviam em França e que tinham actividades políticas, com as respectivas moradas; notas sobre os contactos de certos portugueses com o Partido Comunista Francês; documentos referentes à passagem da fronteira franco-espanhola por estudantes franceses com ficha na polícia, que se dirigiam para Portugal; documentos confidenciais sobre *«católicos progressistas»*, a *«extrema-esquerda»*, etc.

Mas não era só a SDECE que vigiava os portugueses em França de colaboração ou não com os agentes infiltrados pela PIDE: também a DST (virada para a acção policial secreta, dentro da própria França) e o 2.º Bureau, faziam o mesmo.

O contacto com a SDECE era tão importante que o próprio Barbieri Cardoso recebia em Lisboa, todos os meses, o representante daquela polícia, encarregue do sector Península Ibérica.

Com frequência, o subdirector da PIDE/DGS deslocava-se também a França. Aliás foi em Paris que a Revolução de 25 de Abril o surpreendeu.

Citemos Alexandre de Marenches, ex-chefe dos Serviços Secretos Franceses, no seu livro *Dans les Secret des Princes*, com tradução portuguesa de *No Segredo dos Deuses*:

«O patrão da PIDE era um senhor B., que me visitava uma vez por ano.

Chegou uma manhã ao meu gabinete no aquartelamento de Tourells — ele tinha cultura francesa — e disse-me: «Paris é maravilhoso, está um tempo lindo, a vida é bela!». Era verdade, porque eu tinha aberto as janelas e os passarinhos cantavam. Disse-lhe:«Caro sr. B., sente-se». E pergunto-lhe: «Está ao corrente do que se passa em Por-

tugal?» Responde: «Não, que é que se passa?». Digo: «Há uma revolução». Levanta-se como esticado por uma mola: «Não é possível!».

— «Ora, não sabe?». Ele respondeu-me: «Não!».

Soube mais tarde que devia ter-se demorado num local idílico qualquer em França, ou talvez preocupações pessoais o tivessem retido longe de todo o meio de informação.

Como não me queria acreditar, disse ao meu ajudante de campo para ligar ao gabinete dele em Lisboa, mas não obtivemos senão uma série de ruídos espantosos feitos por burburinhos acompanhados por estalos de todo o género. Tomada de assalto, a PIDE já não respondia. O Sr. B. cada vez ficava mais verde. Foi assim que escapou à depuração que se seguiu e que pôde procurar asilo político em Madrid.

Cópias de inúmeras cartas oficiais, trocadas entre Lisboa e Paris, foram encontradas nos arquivos da polícia política portuguesa, bem como simples bilhetes postais, amigáveis, mesmo familiares, trocados a intervalos regulares entre franceses e portugueses.

Em 1971, por exemplo, o comissário Jean-Pierre Guépratte, então chefe da 7.ª Repartição (Relações Exteriores) da DST escrevia a Barbieri Cardoso:

O director da Polícia do Ar e das Fronteiras do nosso Departamento gostava de confirmar a veracidade de uma notícia publicada na imprensa de Strasbourg, relativa a um acidente de aviação ao largo dos Açores (Ver fotocópia junta).

Seria possível confiarem-nos todas as informações sobre este assunto?

Espero que esteja de perfeita saúde assim como a senhora Barbieri. Terei muito prazer em vê-lo brevemente. Entretanto aceite os meus mais cordiais cumprimentos.

Um outro exemplo: a nota n.º 68, POR/I, de Outubro de 1971, com a indicação de *«difusão restrita»* enviada pela Direcção de Vigilância

do Território à PIDE a propósito da participação de um cientista português numa conferência internacional sobre armas bactereológicas, atómicas e químicas.

As informações que nos pudessem comunicar sobre a pessoa e as actividades profissionais e políticas de B... seriam de grande interesse para nós.

Por seu turno foi a polícia francesa que forneceu à PIDE, como apoio técnico, os aparelhos de escuta telefónica.

Todavia, a prova mais espantosa das ligações da polícia política portuguesa com as autoridades francesas foi divulgada, em Dezembro de 1974, pelo semanário parisiense *Le Canard Enchainé.*

O jornal publicou o organigrama *«altamente secreto»*, datado de 1971, do Serviço de Documentação Externa e de Contra-Espionagem (SDECE), isto é, dos Serviços Secretos Franceses. Este documento representava então um segredo de Defesa Nacional. Como tal qualquer cidadão francês que o tivesse em sua posse seria levado perante o Tribunal de Segurança de Estado, pois o organigrama e identidade dos dirigentes de um serviço secreto constitui sempre um dos segredos mais ciosamente guardados.

Em França apenas dele têm conhecimento um pequeníssimo número de funcionários e, no estrangeiro, somente aqueles com quem existem relações de trabalho estreitas e de confiança total.

Ora este documento figurava nos arquivos da PIDE. Fora dado, muito *«oficiosamente»*, à direcção da polícia política portuguesa pelo *«agente especial»* do SDECE em Lisboa, seguindo instruções dos seus superiores de Paris.

Mas outros, muitos outros documentos foram encontrados nos arquivos da PIDE como aquele em que se pode ler, por exemplo, que o director dos Serviços de Informações Gerais, de França, envia a Barbieri Cardoso uma garrafa de «Napoleão», tratando-o por tu; ou a carta

em que o antigo prefeito da polícia parisiense, Maurice Grimaud, fala a Silva Pais dos *«elos de camaradagem que existem entre os nossos serviços, elos indispensáveis à causa que ambos servimos»*.

Adiante: o responsável pelo Gabinete Interpol, então dependente da PIDE era o inspector Cunha Passo, director dos Serviços de Investigação.

Outra das funções de Cunha Passo era supervisionar as ligações com as polícias belga e holandesa, as quais se faziam tanto directamente como por intermédio dos serviços de informação da NATO.

Por incrível que pareça, a PIDE também tinha contactos com elementos da polícia argelina (que chegaram a fornecer informações sobre activistas da Frente de Libertação Nacional, refugiados de Argel) e mesmo com polícias de países do Leste, como a Polónia e a Checoslováquia, embora nestes casos as coisas dissessem geralmente respeito ao tráfico de armas.

Que as ligações internacionais da PIDE/DGS eram sujas (aliás como as de todas as polícias suas congéneres) não é caso para estranhar. Curioso, porém, é saber-se — com provas provadas — que também os relatórios dos adidos militares das nossas embaixadas espalhadas pelo mundo iam parar, pois claro, à DGS. Não se tratava de um envio directo, mas o resultado era o mesmo.

O adido militar enviava o seu relatório para a 2.ª Repartição do Estado-Maior do Exército e para a 2.ª Repartição do SGON, guardava uma cópia para si e enviava outra ao embaixador da representação diplomática em que se encontrava acreditado.

Em 25 de Abril, todavia, foram encontradas na sede da PIDE/ /DGS inúmeras fotocópias e até cópias de documentos dos adidos militares.

O relatório que divulgamos em seguida é do maior interesse. Arquivado pelos serviços da PIDE, o seu teor transcende os limites da polícia política do fascismo português para nos dar a imagem de um aventureiro internacional, que se vende a quem melhor lhe paga.

Ex-Legião Estrangeira, ex-OAS, ex-contactado para liquidar um importante refugiado político, o *«nosso homem»* atraiçoa, denuncia, mata. Ao publicar este documento levanta-se um pouco o véu sobre os bastidores do terrorismo político internacional — a que a PIDE/ /DGS também estava ligada.

Eis, na íntegra, o texto do relatório, não se reproduzindo no entanto (e por motivos óbvios) o nome do coronel, mais tarde brigadeiro, que o assinava:

EMBAIXADA DE PORTUGAL

Paris, 11 de Maio de 1965

Relatório Imediato

1 — Ontem, cerca das 18 horas, um indivíduo que não se identificou, solicitou-me telefonicamente uma entrevista. Como lhe dissesse que o aguardaria na Embaixada, respondeu-me que não podia vir aqui, por recear ser seguido. Ficou combinado que cerca das 19 horas me telefonaria de um café, onde eu poderia encontrá-lo.

2 — Passava das 19 horas quando isso aconteceu. Fui ao encontro do indivíduo, que deu o nome suposto de Schindler e me deu o telefone VAL 33.33 para futuras comunicações. Disse-me ser antigo sargento da Legião Estrangeira, ser alemão e ter deixado a Legião para ingressar na OAS... Sugeriu que tomara parte em atentados, designadamente em Oran, onde era chefe de um comando Delta.

3 — Terminadas as notas biográficas, passou ao assunto que o levara a solicitar esta entrevista. Segundo afirma, foi contactado aqui em Paris pelos exilados portugueses dr. Guerreiro e Seromenho, os quais lhe propõem um negócio de 50 000 francos. Tratar-se-ia de entrar em Portugal, como turista, e tomar a direcção de vários grupos de comandos, formados com indivíduos, uns já residentes em Por-

tugal outros a introduzir clandestinamente no momento oportuno. Organizados esses grupos passariam à acção revolucionária, começada, possivelmente, com o assassinato do Presidente do Conselho.

4 — Informa-me que respondeu a Guerreiro e Seromenho que a quantia oferecida é muito pequena («não dá para uma caixa de fósforos»), tendo estes aumentado 20 000 francos, a depositar em nome do filho do dito Schindler. Diz-me que, em três ou quatro dias, terá de dar resposta aos seus aliciadores.

5 — Passando a interrogá-lo, consegui os seguintes esclarecimentos:

a) Acha que no nosso país é extremamente fácil levar a bom termo um plano do género do que lhe é proposto;

b) Não mostra escrúpulos em tomar parte numa acção deste género. Precisa de dinheiro e dá a entender que, se lhe oferecerem mais, aceitará a incumbência;

c) O que mais lhe agradaria — já que por formação política preferiria trabalhar a nosso favor — seria ser aliciado por nós, simulando a sua adesão ao grupo Guerreiro-Seromenho. Põe esta hipótese às autoridades portuguesas e pede resposta urgente;

d) Dá, como credencial de valor, o facto de ter sido, em tempos, contactado em nome de uma autoridade portuguesa para assassinar Seromenho, «negócio» que não foi concluído por lhe darem somente 20 000 francos. Mostrando-lhe a minha incredulidade, reafirmou que isto é inteiramente verdade;

e) Sobre a organização Guerreiro-Seromenho, em que iria enquadrar-se, diz-me que, além dos aliciados, existem em Portugal cinco postos emissores-receptores, que os ligam com os chefes, em Paris;

6 — Ignoro se haverá cinco réis de verdade em tudo isto. Em todo o caso, julgo conveniente expô-lo imediatamente e dar alguns elementos para identificação do indivíduo:

Aparenta 35 anos, cerca de 1,70 m de altura, forte, ligeiramente adiposo.

Cabelo castanho-claro, cortado curto, percebendo-se à frente que é ondulado.

Olhos azuis, pupila negra. Nariz regular, boca pequena, lábio inferior carnudo. Faltam-lhe o canino e o primeiro molar, superiores esquerdos. Rosto branco, bastante rosado. Fala francês com sotaque alemão e diz falar também espanhol e inglês.

7 — Disse-lhe que transmitiria tudo o que me dissera, a quem de direito. Embora fosse improvável obter resposta, dar-lha-ia telefonicamente, caso a obtivesse. Respondeu-me que lamentaria o nosso desinteresse neste caso.

Propositadamente deixámos para o fim as relações entre a PIDE/DGS e a sua congénere e homónima espanhola Direccion General de Securidad.

Era muito íntima, cordial e antiga a colaboração entre as duas polícias. Governos semelhantes tinham, forçosamente, de possuir polícias semelhantes. A DGS portuguesa era irmã da DGS espanhola e entre as duas não havia segredos. Ou, pelo menos, não havia grandes segredos. Prova insofismável disto é a cópia de uma carta endereçada por Silva Pais ao seu «*colega*» e, mais tarde, primeiro-ministro espanhol, Arias Navarro. O texto, datado de 3 de Dezembro de 1962, é bem elucidativo:

Tem-me sido muito grato verificar a óptima colaboração que os serviços da Direcção-Geral da Ilustre Chefia de V. Ex.ª têm prestado, não só na repressão da emigração clandestina, como também na luta contra o partido comunista.

Temos recebido na fronteira numerosos emigrantes clandestinos e alguns responsáveis. O Sr. Comissário Geral de Investigação Social, Don Vicente Reguengo Gonzales, também nos tem enviado muito útil documentação.

Assim, estou muito agradecido por toda esta valiosa ajuda e em tudo o que possa interesar aos serviços dessa Direcção-Geral, não deixaremos também de dar a melhor colaboração.

Aceite, meu Ex.mo Amigo, o meu melhor trestemunho de muito apreço e dedicação.

Fernando Eduardo da Silva Pais

No fundo só os regimes é que mudam: as polícias políticas são sempre as mesmas...

ÓSCAR CARDOSO

Finalmente há um capítulo em que eu e o autor estamos de acordo. Embora ele desconheça muita coisa, até porque não é da «arte»; no essencial, relatou a verdade.

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado foi uma corporação de elite, considerada e respeitada por todas as polícias cristãs, e não só.

Pequeno pormenor: a PIDE não foi criada à semelhança da Scotland Yard. Foi estruturada consoante as necessidades de um país que se dabatia numa guerra suja e cruel que lhe fora imposta pelas grandes potências coloniais, nomeadamente a União Soviética.

Quanto às «boas maneiras inglesas», o autor está a ver o caso sob uma forma romanesca, de ficção literária e cinematográfica.

A ideia que prevalece entre os profissionais de vários países é a opinião dos americanos:

«Under no circunstances underestimate the British. Your counterparts over there behave and conduct themselves like the impeccable English Gentlemen you see in the movies, but don't — as some of our people have done in the past — think they are foppish. You will find them charming — overbearingly charming at times — but don't be taken in. Behind the "old school ties" and "old-boy" networks they're as ruthless as anything the KGB can dish out. They'll fall over them-

selves to help you, and you'll believe that you are getting every assistance, but they'll be kicking you in the balls every minute.»

Não traduzo porque é impossível fazê-lo sem se perder o verdadeiro sabor.

A Lei n.º. 8/75, promulgada pelo marechal Costa Gomes, declara a PIDE/DGS como uma «associação de malfeitores». Além de ser um portento jurídico, digno de um país do Terceiro Mundo, tem a particularidade de ter sido promulgada por um indíviduo que, dois anos antes, tecia os maiores louvores à PIDE.

Nessa altura o marechal recebeu das mãos de um «Flecha» da PIDE, uma Kalashnikov, apreendida aos terroristas, como penhor de agradecimento e distinção.

Passado pouco tempo o marechal bandeava-se com os terroristas que ele e a PIDE haviam combatido antes.

É bom saber que o capitão Agostinho Lourenço, fundador da PIDE, foi durante muitos anos presidente da Interpol, cargo que manteve ainda depois de ter ultrapassado o limite de idade, o que foi um caso único.

Também é de interesse que se saiba que a PIDE foi a representante da Interpol em Portugal.

O director de Serviços, José Manuel da Cunha Passo, chefe do Gabinete da Interpol em Portugal, foi o homem que detectou os assassinos do preto americano, líder dos direitos humanos, Martin Luther King. Os assassinos iam de fugida de Londres para Bruxelas. Foi um excelente trabalho de «intelligence» da PIDE, a pedido do FBI. O director Passo indicou com precisão, à Scotland Yard, o local de fuga dos criminosos.

Confesso que havia colaboração entre polícias, baseada no conceito da reciprocidade. Havia com os espanhóis, com os franceses, com os americanos, com todos com os que o autor cita e ainda com os «serviços secretos» (este nome é muito do agrado geral) do Vaticano, uma das melhores e mais vastas «redes de informação» do mundo.

Embora não cristãos, tínhamos contactos com os serviços de Israel. Mossad e Shin Bett.

Alexandre Marenches, o mítico chefe do SDECE, esteve em Lisboa em fins de 1973 ou princípios de 1974. Fez a viagem, como sempre, no seu avião a jacto particular e como sempre, aterrou na Base Aérea de Sintra.

Eu partilhava um gabinete com o Abílio Pires. Lembro-me que um dia ele recebeu um telefonema do Estado-Maior da Força Aérea perguntando-lhe se sabia qual o combustível utilizado pelo avião do conde de Marenches, não fosse dar-se o caso de nós não termos cá esse combustível.

O Abílio Pires é um dos melhores profissionais que conheci e um homem estruturalmente honesto.

Se ele ler este livro, o que por certo fará, fica a saber que sempre o considerei como um mestre no emprego de uma matéria hoje em desudo: a «massa cinzenta», como diz Hércule Poirot.

Andava tudo atarantado para saber a espécie de combustível. O Abílio, pura e simplesmente, pegou no telefone, ligou para Paris e dentro de momentos tínhamos a resposta. Afinal, na Força Aérea, havia o combustível.

Ainda me lembro da exclamação do Abílio:

Gaita, que alívio!

Como se vê, o segredo destes contactos era muito relativo.

E porque havia de ser de outra forma? Não é verdade que as polícias portuguesa e espanhola fazem operações conjuntas em terra e até no mar?

Não é verdade que os espanhóis e os franceses fazem o mesmo contra a ETA?

Não é verdade que esta colaboração terá que aumentar muito mais numa Europa sem fronteiras?

Por mim nada tenho contra isso, antes pelo contrário. No entanto, só uma coisa me preocupa: que as operações conjuntas entre espanhóis

e franceses obriguem os *etarras* a abandonar as suas bases tradicionais e a virem estabelecer-se em Portugal.

Concordo com o que o autor diz neste capítulo. O que não aceito é que alguma vez o Abílio Pires tenha recebido um centavo que seja da CIA. Considero isso uma calúnia, como aquelas de que são alvo todos e quaisquer homens de valor.

A «Revolução» do 25 de Abril, em que alguns militares se cobriram de «glória» sem terem lutado contra nada nem contra ninguém, apanhou totalmente de surpresa a estação da CIA em Lisboa, o que não seria possível se o Abílio Pires estivesse com eles.

Não sou advogado de defesa, nem o Abílio precisa de algum. Ele já demonstrou através da imprensa, publicamente, quão falsas são as acusações com que pretenderam atingi-lo. Os outros funcionários que aponta o autor, também não receberam qualquer gratificação da CIA.

As relações com as polícias estrangeiras estavam a cargo da CI 2 que de 1965 a 1974, foi chefiado pelo inspector-adjunto, Abílio Pires.

Rosa Casaco nunca chefiou o CI 2 e Agostinho Tienza muito menos.

Miguel da Silva e Robalo eram burocratas, pelo que só tinham que ver com os serviços de secretaria.

Resta o subdirector-geral, Barbieri Cardoso que tinha contactos ao mais alto nível com as polícias estrangeiras, já que era o chefe de Abílio Pires, o meu, de Pereira de Carvalho e de toda a Direcção de Serviços de Informação. Morreu pobre mas com dignidade.

Sobre a questão dos relatórios dos adidos militares, só intriga quem não está dentro dos assuntos.

Num país em guerra é inevitável o aparecimento de burlões internacionais a oferecer serviços e sobretudo informações, ou melhor, falsas informações.

Ninguém pode evitar que «saltem» de Embaixada para Embaixada com a intenção de estorquir dinheiro. Por norma, os embaixadores passavam os assuntos desta natureza para os adidos militares. Só que estes

também se defendiam. Era normal telefonarem ou oficiarem a PIDE a pedir um técnico que pudesse avaliar a «mercadoria».

O técnico era, normalmente, o Abílio porque chefiava o CI 2. Quantas vezes lhe ouvi dizer:

— *Esta minha vida é pior que o Inferno.*

E, se calhar, era ...

O autor termina:

«No fundo só os Regimes mudam... as polícias são sempre as mesmas...»

Mas serão mesmo?

Eu gostava de terminar este capítulo, que não me aborreceu tanto como os outros, com uma frase de Brito Camacho, a respeito da política e dos políticos. Só a minha pudicícia me impede de o fazer.

Muitas vezes me têm perguntado como é que uma polícia experiente como a minha e bem informada, se deixou agarrar como se de «patinhos» se tratasse.

Foi triste, concordo, mas houve razões para isso.

Nós, PIDE, éramos todos militares e tínhamos as Forças Armadas no mais elevado conceito. Embora estivéssemos a seguir a par e passo os seus devaneios nunca pensámos que os militares se deixassem manipular pelo Partido Comunista, que acabou por os destruir.

Além do mais havia a palavra do general Spínola que nos garantia continuidade e apoio, depois de Marcello Caetano se ter entregue, satisfeito.

Naquele tempo, a palavra de um general português era o que havia de mais próximo da palavra de Deus.

Hoje, qual é o valor de um general?

Epílogo

Agora não há capítulo esquerdo nem direito. Apenas um remate, para me despedir.

Edgar Hoover, que era amigo pessoal do director da PIDE, major Silva Pais, escreveu um livro muito interessante, que intitulou *Masters of Deceit*, (*Mestres da Fraude e da Impostura*).

Edgar Hoover foi o fundador da organização americana que se chama FBI e que tão relevantes serviços tem prestado à sociedade norte-americana.

Transcrevendo o início do capítulo 23 do livro, temos:

«Algo inteiramente novo instalou-se na América, durante a geração passada; uma mentalidade comunista representando uma sistemática, intencional e consciente tentativa para destruir a Civilização Ocidental e fazer regredir a História para a Era da crueldade bárbara e do despotismo, tudo em nome do "Progresso". O mal é descrito como bom, o terror como justiça, o ódio como amor, e obediência a ideologias estrangeiras como patriotismo».

O comunismo acabou. Algo de pior vem a seguir.

Em Portugal o comunismo cumpriu a sua missão. Noutras partes do mundo ainda mexe contribuindo para o estabelecimento do caos onde ele ainda não é total.

O que aconteceu em Portugal é bem descrito no excelente livro do ex-socialista George Orwell — *Animal Farm* — que em português foi traduzido por o *Triunfo dos Porcos*, com grande propriedade.

O que querem impor a Portugal e ao resto do mundo também foi previsto por Orwell na obra «1984».

Os comunistas mais espertos que querem, sem nada produzir, viver à custa dos que trabalham, passaram-se para o socialismo, um sistema aparentemente mais moderado e mavioso.

Todas as calamidades caíram em cima deste, hoje, pobre país «onde a terra acaba e o mar começa».

Sendo mestre da fraqueza humana o inimigo soube explorar a nossa vaidade, assim como na fábula de La Fontaine a *Raposa* explorou o Corvo:

«É fama que estava um corvo
Sobre uma árvore pousado
E que no seu forte bico
Tinha um queijo atravessado.
Pelo faro, aquele sítio,
Veio a raposa matreira
A qual, pouco mais ou menos,
Lhe falou desta maneira:
Bons dias meu lindo corvo.
És a glória desta planura.
És outra Fénix se acaso
Tens a voz como a figura.
A tais palavras o corvo
Com louca estranha afoiteza
Para mostrar que é bom solfista
Abre o bico e solta a presa
Lança-lhe a mestra o gadanho
E diz-lhe: Amigo aprende

Como vive o lisonjeiro
À custa de quem o atende
Esta lição vale um queijo.
Tens destas para teu uso.
Grasna então consigo o corvo
Envergonhado e confuso:
Velhaca, deixou-me em branco.
Fui tolo em fiar-me nela
Mas este logro me livra
De cair noutra esparrela».

(Cito de cor. Para os mais pequeninos, claro)

O corvo aprendeu a lição e ficou envergonhado. Os abrileiros não aprenderam a lição, não ficaram envergonhados e não vão cair noutra porque já não têm onde cair.

Só que na queda inicial arrastaram uma nação inteira que desde o Minho a Timor, anda agora a estender a mão à caridade.

Assim o disse uma senhora portuguesa, com a coragem que falta a muitos homens, num teatro de Lisboa, em 1979.

Vera Mónica ao declamar chorando de dor sentida, «a filha de D.Afonso Henriques», disse mais:

... Só vejo ambições e ânsias de poder.
Traições e mais traições, meus filhos a sofrer
E com a alma em sangue ouvi dizer
que esta terra de Santos, Heróis, Navegadores
é também a de invejosos, gatunos e traidores...

Também outra senhora, cuja coragem, determinação e apurado espírito crítico pedem meças a muitos homens, denunciou as torpezas dos grandes democratas de Abril no seu livro *A Cambada*.

Dá gosto vê-los quando passam revista ao que resta de um Exército glorioso e experimentado que eles não serviram quando a Pátria precisava. Dá gosto vê-los assumir poses atléticas e um ar desenvolto com o passo trocado, perante aquilo que foi o espelho da nossa nação.

Um homem do Estado Novo, e também soldado, escrevia em *Outras Terras outras Gentes*, referindo-se às colónias, porque na época eram colónias, o seguinte:

«Suponhamos, para facilitar a demonstração, visto que é para rapazes que falo, que, de um momento para o outro, nos víamos privados das nossas Colónias.

É o que se chama uma demonstração por absurdo, moralmente, ficávamos sem finalidade europeia e mundial, sem personalidade definida — isto é: sem razão de ser moral para existirmos...

Todos nós sabemos que em Portugal, fosse qual fosse a gravidade da crise, as dificuldades, os prejuízos, não haveria um jornalista capaz de propor uma questão semelhante.

... Não há um só que tenha a coragem de propor o seu abandono. Todos sabemos, felizmente, que entre nós isso é contra a Nação, contra todos e cada um.

... Sem Colónias e, por consequência, sem estes sentimentos seríamos apenas um jazigo de Família — de uma Família ilustríssima, mas morta».

Henrique Galvão escreveu tudo isto. Por despeito cometeu um acto de pirataria ao desviar, com o apoio de um general, o navio mercante *Santa Maria*, em 1961.

Henrique Galvão, no final da sua vida, arrependeu-se.

O seu funeral foi pago pela PIDE. O capitão repousa numa campa ignorada.

O general jaz no Panteão para onde foi transladado com honras de herói nacional.

Mas, dizem os "esclarecidos", Henrique Galvão escreveu assim em 1940; nos anos de 70 as coisas eram diferentes.

As coisas eram diferentes porque tudo evoluiu.

Digam o que disserem, o caso do *Santa Maria* tem a «virtude» de ser o precursor de um método de terrorismo que ainda hoje flagela o mundo: sequestro de embarcações e aeronaves com assassínio de tripulantes, passageiros ou reféns.

Era necessário emancipar certos territórios, o que aliás estava no pensamento de Salazar e nas suas disposições. Só que o que os abrileiros fizeram foi prematuro e criminoso.

Esses senhores que agora dão a volta ao mundo, «papam grandes almoços» e se deslocam em carros de luxo com cortejos de motos e batedores, dignos do III Reich, fazem-no à conta do contribuinte.

Esses senhores que de nada se privam, causaram a morte a muitos milhões de seres humanos, a miséria, a fome, a dor, o desespero e o que ainda está para vir.

Mas, dizem os progressistas iluminados, isso é assim porque a independência foi concedida tarde de mais.

Se a independência tivesse sido dada mais cedo talvez não restasse preto nenhum, o que aliás está dentro da estratégia da nova ordem mundial.

Há coisas que se passam em Portugal para as quais, aparentemente, não há explicação.

Os nossos historiadores croniqueiros comprazem-se em denegrir grandes figuras da história nacional, porque as temos, e em deturpar factos que nos honram como portugueses e como seres humanos.

Fazem-no para ter o assentimento, o reconhecimento cínico e hipócrita dos «grandes gurus estrangeiros» que sempre nos invejaram e diminuíram.

Os nossos historiadores de pacotilha não aprenderam a lição do corvo Vicente que, por coincidência, é também o ex-libris da cidade de Lisboa.

Não sei há quanto tempo foi, mas foi certamente no período de maior euforia revolucionária, que o Governo português decidiu distinguir um preto ordinário e ainda por cima terrorista, com a espada e categoria de general do Exército Português.

Não contente com isto agraciou Samora Machel com a Ordem do Infante D. Henrique. Entretando, e como contrapartida, o Governo de Moçambique lançava a estátua do grande português e insigne soldado que foi Mouzinho de Albuquerque, numa lixeira.

Samora Machel, reconhecido e aclamado pelos democratas portugueses, comia do melhor, bebia do mais fino e trajava fatos importados dos melhores costureiros franceses, enquanto o seu povo, o mais pobre do mundo, passava «fome de rabo».

Machel teve o fim que merecia. O seu sucessor, assim que pôde, virou as costas aos portugueses e aderiu à British Commonwealth.

Para um povo com um mínimo de brio e dignidade tudo isto teria sido um insulto do mais alto grau. Para os portugueses, parece que foi tudo muito bem.

Há quem diga que o marasmo, a indiferença e a cobardia em que se atascaram os portugueses é consequência de um vírus, ou de radiações castradoras de um satélite controlado não se sabe por quem.

Não é assim. Tudo é produto de uma campanha orquestrada, persistente e massiva para destruir Portugal. Uma mentira insistentemente repetida toma-se verdade. Portugal acredita que tudo se passa em nome da democracia.

Na verdade, o que acontece é que é preciso destruir Portugal na medida em que ainda é um baluarte da fé, de uma religião e civilização ocidentais.

É preciso destruir Fátima, e o processo está em curso.

Para destruir Fátima há que degradar e denegrir o seu significado, o seu sentido, a sua essência: a fé. Para isso utilizam-se processos subtis. Enquanto os peregrinos vêm dos confins, a pé e às vezes de rojo, os turistas têm um comboiozinho tipo Disneylândia para se passearem e admi-

rar as curiosidades locais. Não falta muito para que, em Fátima, haja *sex-shops*, *boîtes*, e outros benefícios do mundo moderno e esclarecido.

No dealbar de uma nova era, segundo astrólogos e quejandos, deixamos de estar sob a influência do signo de Peixes para ficarmos sujeitos ao do signo do Aquário. O Padre Eterno estará velho. É altura de o mandar para a reforma compulsiva porque é teimoso, ditador e porque se recusa a acompanhar o progresso.

Dentro desta conjuntura aparecem os oportunistas, bruxos, adivinhos, mágicos, apóstolos de religiões exóticas, de cultos satânicos e dos outros, bem como videntes que se prontificam a resolver todos os problemas por correspondência, ou mesmo pelo telefone e a prestações.

Mas, para além do aspecto reinadio que possa ter tudo isto, há factos muitos sérios que convém considerar.

Desde tempos imemoriais que existem organizações secretas, cavilosas e cabalistas que pretendem dominar o mundo. Nunca o conseguiram, mas também nunca estiveram tão perto de o conseguir como agora.

Adão e Eva viviam no Paraíso. Não lhes faltava nada e tinham muito pouco que fazer. Um dia, apareceu-lhes um anjo disfarçado de serpente e mentalizou o casal de que estavam a ser vítimas de um sistema totalitário, de um Deus ditador e mau que os queria manter no obscurantismo e que explorava a sua ignorância.

Se o Adão e a Eva quisessem saber tanto como Deus, bastava comerem uma maçã de certa árvore; ficariam tão sabedores como Deus. Eles mesmos seriam deuses, também. A proposta era tentadora e eles não resistiram.

Deus zangou-se, correu com o Adão, com a Eva e com o Anjo, outrora o menino bonito lá do Céu, que se chamava Lúcifer. Os três tiveram que procurar modo de vida cá na terra.

Lúcifer, que era o mais esperto dos três, cedo criou uma religião e intitulou-se «Supremo Arquitecto do Universo».

Do conflito entre a religião de Adonay (Deus, em Hebraico; Deus, dos Cristãos e dos Judeus) e Lúcifer, Osíris ou Bal (Deus dos Maçons Egípcios e Fenícios) resultaram vários cultos e guerras que ensanguentaram a história.

Lúcifer auto-intitulou-se Deus da Luz e do Bem e acusou o nosso Deus de Senhor da Escuridão e do Mal.

Em 1766, Adam Weishaupt forma a «Ordem dos Iluminati», na Baviera, com o propósito de dominar o mundo.

Os objectivos dos «Iluminati» eram a abolição das monarquias e de todos os governos ordeiros; abolição da propriedade; abolição do direito de herança; abolição do patriotismo; abolição da família; abolição da educação dos filhos pelos pais (as crianças passariam a ser educadas pelo Estado Comunal); abolição de todas as religiões.

Os «Iluminati» pretendiam fomentar o caos, ao nível do planeta, para tomarem conta do mundo, sem reacção, e iniciar uma Nova Era.

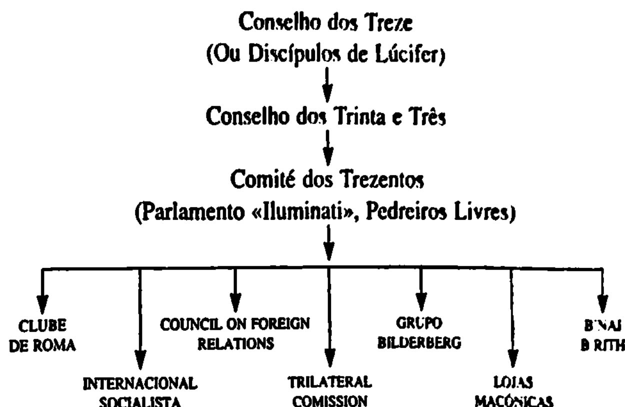
As coisas evoluíram e, presentemente, estamos perante uma organização poderosíssima.

Aos poucos, subrepticiamente, com os meios que a informática oferece e sob a capa de instituições aparentemente filantrópicas, estão desagregando o mundo, sem esquecer Portugal.

O professor Franco Nogueira, um dos últimos e mais ilustres portugueses diz assim no *Juízo Final*, seu derradeiro livro:

Por último, a tecnologia e a informática, se são maravilhas da inteligência humana e instrumentos preciosos de trabalho ao serviço do homem, podem constituir, e em muitos casos estão já a constituir, ameaças graves à liberdade. Computorizar a administração, numerar o cidadão, registar os seus actos, exigir que para a prática de qualquer um destes sejam indicados aqueles números, reconduzir tudo a um terminal na posse do Estado, e só do Estado, significa o controlo, o condicionamento, a vigilância, a fiscalização da vida privada de cada cidadão.

A Nova Ordem Mundial (*Novus Ordo Seclorum*) é controlada pela ONU e o seu organograma é mais ou menos assim:



Na Maçonaria, o Grau mais elevado é o 33.

Só a partir dos graus 31 ou 32 é que os membros são esclarecidos de «toda a verdade».

O supercapitalismo mundial, através dos seus órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, ao querer dominar o Mundo, pode ter criado uma «besta» que não conseguirá dominar: a avalanche dos povos famintos, miseráveis, que nada têm a perder, e o terrorismo nuclear e bacteriológico.

Eu creio no meu Deus, mesmo velho e ultrapassado, como querem fazer crer. Ele nunca me abandonou nos momentos difíceis. Nem a mim nem a muitos milhões.

Devo ao povo a que pertenço, e de que ainda gosto, uma explicação do que está a acontecer.

Há que distinguir entre os enganados e os enganadores.

Os enganadores, todos sabem quem são, a despeito dos seus disfarces.

Se os portugueses «democraticamente» decidirem ir para a sarjeta, ficam a saber como vão, porque vão e com quem vão.

Ao escrever estes comentários sei que fiz mais alguns inimigos. Também sei que granjeei outras amizades, a juntar às muitas que tenho, de brancos e de pretos extraordinários, alguns deles condecorados por Valor, Lealdade e Mérito.

Como dizia Brito Camacho:

É muito perigoso mexer na barriga de uma mula quando ela está a comer.

Com excepção do epílogo, escrevi estes comentários enfastiado.

Fi-lo porque mo pediram e dei a minha palavra. Sei que vou ter aborrecimentos mas estou preparado para a «tarrascada».

De qualquer modo, os homens prendem-se pela palavra e os bois pelos cornos.

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS QUADROS DA PIDE/DGS EM SERVIÇO NO CONTINENTE EM 25 DE ABRIL DE 1974

DIRECTOR-GERAL
Fernando Eduardo da Silva Pais

SUBDIRECTOR-GERAL
Agostinho Barbieri de Figueiredo Baptista Cardoso

INSPECTORES SUPERIORES
Rogério Morais Coelho Dias — Metrópole
Aníbal de São João Lopes — Ultramar

DIRECTORES DE SERVIÇOS
José Maria do Amaral Leitão Bernardino — Administrativos
Álvaro Augusto das Neves Pereira Carvalho — Secção Central
Manuel da Silva Clara — Serviços de Pessoal
José Manual da Cunha Passo — Investigação/Contencioso (Interpol)
António José Rodrigues — Estrangeiro e Fronteiras

TÉCNICO SUPERIOR
Fernando de Sousa de Araújo Gouveia — Gabinete Técnico

INSPECTORES-ADJUNTOS
Manuel da Silva Baltazar
Óscar Aníbal Piçarra de Castro Cardoso — Angola e Moçambique

Joaquim Malta de Oliveira Monteiro
Sílvio da Costa Mortágua — Continente e Ilhas (Intercepção de Correspondência
Abílio Augusto Pires — Estrangeiro e Fronteiras
Cândido Pires
Alberto Henriques de Matos Rodrigues
Antero da Glória Santos — Armamento
Henrique de Sá e de Seixas
Adelino da Silva Tinoco — Investigação
Carlos Rodolfo Xavier da Silva Lopes Velloso — Escola Técnica

INSPECTORES
António Augusto Ramos Calhau
Américo da Silva Carvalho
António Rosa Casaco
Mário Anatólio Correia
Manuel José da Cunha
Manuel Vilão de Figueiredo
António Adriano Freitas
José Pinto Galante
António Lopes
João Lourenço
Manuel Rodrigues Martins
Álvaro dos Santos Dias de Melo
Álvaro Alves de Oliveira
António da Costa de Oliveira e Silva
António Teixeira da Silva
Jaime Augusto Gomes da Silva
Agostinho Geraldo Cillero Tienza

SUBINSPECTORES
Hélio Freire de Andrade
Bernardino da Cunha Azevedo — Escuta telefónica
António Capelo
Inácio Ribeiro Ferreira — Brigadas exteriores
Manuel Martins Gomes

José Orlando Teixeira de Lucena
Acácio da Costa Matos
Jaime Nunes Paulino
Pedro Morgado Baptista Pereira
António Baptista da Silva
António Lemos da Silva
Fernando José Valdenan do Canto e Silva
Mário Félix Parra da Silva
José de Sousa Sousa
Carlos Alberto António Varatojo

CHEFES DE BRIGADA
José Luís Inácio Afonso
José Joaquim Dionísio Alberto
António Marques de Almeida
Manuel António Correia Alves
Benedito Pereira André
Joaquim Romão Baleizão
Fernando Augusto Teixeira Barbosa
Alfredo de Oliveira Pereira Bastos
Manuel Ribeiro Lopes Berlinga
Raul Rodrigues Bernardino
António José Castanheira
José Mendes Castelão
José Eustáquio de Castro
Gentil Garcia Coelho
Vasco Gomes Correia
Arlindo Costa
Joaquim Santos Costa
José Maria Moreira da Costa
Manuel de Aguiar Delgado
Narciso da Conceição Diogo
António Manuel Fernandes
José Coelho Moreira Fernandes
Álvaro Rodrigues Ferraz
Joaquim Ferreira

Adriano Correia Figueiredo
António Augusto Teles Freire
Jorge Garcia
Fernando Gaspar
Manuel Nunes Gomes
António Marcelino Gonçalves
Manuel Lavado
Silvestre Delgado Luís
Aníbal de Magalhães
Augusto Furtado Marques
Manuel Aníbal Rodrigues Marques
Francisco Martins
António Cândido de Melo
Arlindo Fernando Ferreira Miranda
Alberto Ribeiro Botelho Monteiro
Malaquias Alberto de Oliveira Monteiro
António Manuel Morais
Mário Valério Simões Morais
Amândio Gomes Naia
Maria Assunção Nogueira*
Miguel Henrique Nunes
Joaquim Maria de Oliveira
Henrique Garcia Queirós
David José Rendeiro

* (Só havia duas mulheres com a categoria de Chefe de Brigada. Por curiosidade refere-se o nome dos restantes elementos femininos da PIDE/DGS em serviço no Continente: Agentes de 1.ª: Maria Albertina Gonçalves Dias Rodrigues Costa, Maria Rosa Trindade Fernandes, Maria da Nazaré Leitão Candeias Francisco, Odete Maria da Conceição Mendes, Maria do Carmo Martins Leal Araújo Monteiro, Cândida Amélia Malta Lomba Robalo. Agentes de 2.ª: Zita dos Anjos Batanete, Maria José Mendeiros Belo, Maria Alice Esteves, Cândida Paula Fernandes, Maria de Lurdes T. C. Domingos Ferreira, Olívia Gertrudes Torres Veloso Ferreira, Cândida dos Santos Franco, Maria de Lurdes Morgado Fernandes Gonçalves, Fernanda da Conceição Guedes, Teresa da Costa Ribeiro Leite, Maria Antonieta Pinto de Magalhães, Cidália da Costa Moreira, Maria Natália Ferreira Pereira, Olga Elisabeth Calheiros Rebelo da Silva, Maria Emília Gil da Rocha Simão, Otília Maria dos Santos Patrício Torrão.

Joaquim Augusto Ribeiro
Manuel Duarte Robalo
Helder Sousa dos Santos
Jorge Capelo Saraiva
Fernando Augusto Saraiva Sequeira
José Filipe da Silva
José de Matos da Silva
Manuel Coelho da Silva
Fernando Pinheiro Tavares
Alberto Lima Trindade
Armando Jorge da Silva Reis Vieira
Marcolino Gonçalves Vieira